

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: O
PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA LAMBERT DE
SANTA TERESA-ES**

VITÓRIA/ES

2015

MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: O
PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA LAMBERT DE
SANTA TERESA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa “História, sociedade, cultura e políticas educacionais”.
Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Pinto Junior

VITÓRIA/ES

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial de Educação,
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F383h Ferreira, Márcia Regina Rodrigues, 1973-
História, memória e educação das sensibilidades : o processo de
patrimonialização da Casa Lambert de Santa Teresa- ES / Márcia
Regina Rodrigues Ferreira. – 2015.
190 f. : il.

Orientador: Arnaldo Pinto Junior.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação. 2. História. 3. Memória. 4. Modernidade. 5.
Patrimônio. I. Pinto Junior, Arnaldo. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

MÁRCIA REGINA RODRIGUES FERREIRA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA CASA LAMBERT DE SANTA TERESA-ES

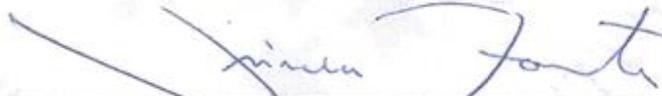
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 11 de dezembro de 2015

COMISSÃO EXAMINADORA



Professor Doutor Arnaldo Pinto Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo



Professor Doutor Erineu Foerste
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo



Professora Doutora Maria de Fátima Guimarães
Universidade São Francisco

A minha mãe, em memória, pelo exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

O Mestrado foi uma caminhada marcada por desafios, conquistas, descobertas, interações e aprendizado! Muitas pessoas participaram dessa trajetória e contribuíram para que os últimos dois anos se constituíssem em uma experiência plena de significados. A cada um de vocês que a sua maneira participou da concretização deste sonho, muito obrigada!

Ao Prof. Arnaldo Pinto Júnior, que soube ser mais que um orientador, deixo o meu agradecimento especial pelas leituras cuidadosas do meu texto, pela solicitude, pelos diálogos problematizadores, por compartilhar seus saberes, pela paciência, incentivo e confiança.

A minha família que sempre me deu o apoio necessário para enfrentar as dificuldades da vida. Em especial a minha irmã-amiga Gabi, pelo amor e pelas palavras de incentivo e conforto. As minhas sobrinhas Laura e Elisa, que trouxeram alegria e leveza nos momentos mais tensos.

Ao meu esposo Renê, presente maravilhoso que Deus me deu, por apoiar a minha escolha e compreender as minhas ausências e silêncios. Sei que foi difícil lidar com as minhas frequentes oscilações de humor, mas você soube ouvir, silenciar, incentivar e compreender na medida certa. Essa conquista também é sua! Amo você!

Aos professores Maria de Fátima Guimarães, Juçara Luzia Leite e Erineu Foerste por terem contribuído para a realização desta dissertação desde a qualificação até a defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, especialmente aqueles que trabalharam diretamente com a turma 28, pelos bons e inquietantes encontros teóricos e ensinamentos que me fizeram ir além.

Aos colegas da turma 28 do Mestrado, pelos diálogos e momentos compartilhados neste percurso acadêmico, em especial Wagner e Patrícia pela solidariedade, pelos

desafios e conquistas compartilhados. O encontro com vocês foi uma das grandes alegrias que o Mestrado me proporcionou!

Aos amigos que estão perto pelas palavras de incentivo, pelas críticas, por escutarem as minhas angústias e pelo estímulo permanente! E aqueles que mesmo de longe se fazem presentes em minha vida, obrigada por compreenderem meu longo período de afastamento do convívio.

Aos colegas de trabalho da EMEF “Professor Ethevaldo Damazio” que acompanharam essa trajetória e torceram por mim, especialmente a diretora e amiga Penha que não mediu esforços para que eu pudesse cumprir os compromissos do Mestrado.

Aos estudantes que revigoram minha vontade de buscar conhecimentos e me tornar uma professora melhor!

À família que me acolheu... Dona Celeste, Carla, Ricardo, Carol e Carina, obrigada pelo respeito, carinho, por poder contar com vocês e partilhar as conquistas e dificuldades dessa caminhada.

Ao pessoal da Secult, APEES, Círculo Trentino e Secretaria de Turismo e Cultura de Santa Teresa, por serem sempre tão solícitos.

Aos descendentes dos Lambert que se dedicaram a preservar a história e memória da Casa e tornaram possível a realização desta pesquisa.

E a Deus que possibilitou este percurso, me amparou nos momentos difíceis e permitiu todos esses encontros. Fonte de inspiração e sabedoria, em Ti posso todas as coisas!

Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler.

Paul Ricoeur (2007)

RESUMO

Esta dissertação de mestrado analisa o processo de patrimonialização da Casa Lambert na relação com a história, a memória e as experiências educacionais socialmente construídas pelos sujeitos. O diálogo com as contribuições teórico-metodológicas do filósofo Walter Benjamin e do historiador Peter Gay permite desvelar as visões de mundo, imagens e valores imbricados na Casa, considerando uma educação das sensibilidades constantemente em curso na modernidade que incide sobre o patrimônio cultural. E a partir das elaborações teóricas do historiador Edward Palmer Thompson, a cultura é compreendida em seus aspectos plurais, marcada por tensões, conflitos e negociações, e constantemente (re) significada pelos sujeitos por meio de suas experiências. Com um enfoque de cunho qualitativo, esta pesquisa documental e bibliográfica, focaliza três momentos fundamentais: a construção da casa em 1875-1876, o tombamento em 1985 e a restauração e transformação em um espaço de memória da imigração italiana em Santa Teresa e no Espírito Santo em 2010-2011. No âmbito da História Cultural, as reflexões sobre a Casa Lambert representam a possibilidade de novas leituras e novos olhares sobre a cidade e sua história.

Palavras-chave: História. Memória. Patrimônio. Educação das sensibilidades. Modernidade.

ABSTRACT

This master's dissertation analyzes the Lambert House patrimonialization process in the relation to history, memory and the educational experiences socially constructed by the individuals. The dialogue with the theoretical and methodological contributions of the philosopher Walter Benjamin and the historian Peter Gay allows unveiling the world views, images and interwoven values in the House considering an education of sensibilities constantly taking place in modernity which focuses on the cultural heritage. And from the theoretical elaborations of the historian Edward Palmer Thompson culture is understood in its plural aspects, marked by tensions, conflicts and negotiations and constantly (re) signified by the individuals through their experiences. With a qualitative study approach this documentary research and literature focuses on three key moments: the house construction in 1875-1876, the tumbling in 1985 and the restoration and transformation into an Italian Immigration Memory space in Santa Teresa in Espirito Santo State in 2010-2011. As part of Cultural History the reflections on the Lambert House represent the possibility of new perspectives and new views of the city and its history.

Keywords: History. Memory. Patrimony, Education of Sensibilities. Modernism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Espírito Santo: divisão político-administrativa. Em destaque, Santa Teresa.....	17
Figura 2- Fotografia da Casa Lambert nos dias atuais, abrigando um museu em seu espaço.....	17
Figura 3- Fotografia da Capela Nossa Senhora da Conceição.	18
Figura 4- Fotografia do centro histórico de Santa Teresa.	54
Figura 5- Mapa da Itália. Trentinos, vênnetos e lombardos se destacaram no processo migratório para o Espírito Santo.....	70
Figura 6- Mapa do Trentino- Alto Ádige, que por ocasião da imigração italiana para o Espírito Santo era domínio da Áustria.....	71
Figura 7- Mapa do estado do Espírito Santo. Ocupação territorial de migrantes italianos no século XIX.	74
Figura 8- Fotografia do Núcleo Porto do Cachoeiro, colônia Santa Leopoldina, em 1870.	79
Figura 9 - Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas, organizada pelo 1º Tenente de Engenheiros João Jose de Sepulveda e Vasconcelos - 1856, com recorte apresentando a Estrada de Santa Thereza e o Quartel do Timbuy.	80
Figura 10- Fotografia do Núcleo Timbuhy por volta de 1875.....	90
Figura 11- Fotografia da Casa Lambert no início do século XX.	124
Figura 12- Desenho do núcleo original da Casa- corpo principal.....	125
Figura 13- Fotografia mostrando detalhe da Casa Lambert que destaca armação de taipa no sentido diagonal.	125
Figura 14- Fotografia da Casa Lambert no início da década de 1980.....	127
Figura 15- Fotografia da Casa Lambert nos dias de hoje, destacando as mudanças oriundas da urbanização.	128
Figura 16- Fotografia da residência Lambert em 2002.....	129
Figura 17- Fotografia da Casa Lambert na época do tombamento, detalhes que destacam o uso residencial.	134
Figura 18- Fotografia de Virgílio Lambert Thomazi e sua esposa Elvina Moscon Thomazi.....	135

Figura 19- Fotografia da cerimônia de entrega da restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição.....	141
Figura 20- Fotografia da réplica da Casa Lambert.....	148
Figura 21- Fotografia de uma das salas da Casa-Museu.....	151
Figura 22- Fotografia da oficina dos Lambert.....	151
Figura 23- Fotografia do interior da oficina.....	152
Figura 24- Propaganda da Casa Lambert.....	153

LISTA DE SIGLAS

APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DEC	Departamento Estadual de Cultura
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHC	Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural
IABES	Instituto de Arquitetos do Brasil do Espírito Santo
IHGES	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
INDL	Inventário Nacional da Diversidade Linguística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCH	Programa das Cidades Históricas
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES
SECULT	Secretaria de Estado da Cultura
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: TESSITURAS DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA	15
1 ENTRETECENDO OS FIOS QUE FUNDAMENTAM O OBJETO DE PESQUISA	32
1.1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	32
1.2 A CASA LAMBERT NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES.....	36
1.3 MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS: QUESTÕES TEÓRICAS.....	44
1.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL E OS VALORES DA MODERNIDADE CAPITALISTA.....	50
2 A CASA LAMBERT NA HISTÓRIA DA CIDADE E NA RELAÇÃO COM A MODERNIDADE CAPITALISTA	54
2.1 AS PRODUÇÕES QUE FOCALIZAM O OBJETO DE PESQUISA	59
2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O ESPÍRITO SANTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	66
2.3 O NÚCLEO TIMBUHY.....	77
2.3.1 Os irmãos Lambert: vida nova na América e projetos ambiciosos	91
3 PATRIMÔNIO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, VALORES E CONCEPÇÕES ...95	
3.1 PROCESSOS DE (RE) SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DE UM CONCEITO POLISSÊMICO.....	96
3.2 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PATRIMONIAL NO BRASIL	104
3.3 O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO PRÁTICA SOCIAL	114
4 OS MÚLTIPLOS USOS E SENTIDOS DO ESPAÇO DE HABITAR	122
4.1 O PERCURSO HISTÓRICO DA CASA LAMBERT.....	124
4.2 O TOMBAMENTO.....	129
4.3 PARA ALÉM DA PROTEÇÃO FÍSICA DO BEM: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E DISPUTAS SIMBÓLICAS.....	138
4.4 A CASA-MUSEU: HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	143

CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS.....	163
ANEXOS.....	174

INTRODUÇÃO: TESSITURAS DE UMA NARRATIVA HISTÓRICA

Uma forma completamente nova de miséria recaiu sobre os homens com esse monstruoso desenvolvimento da técnica. [...] Pois, qual o valor de todo o nosso patrimônio se a experiência não mais o vincula a nós? [...] Sim, confessemos: essa pobreza não é apenas pobreza em experiências privadas, mas em experiências da humanidade em geral.

Walter Benjamin (2012)

Uma casa que se tornou patrimônio cultural de uma cidade é o objeto desta dissertação de mestrado que aborda conhecimentos educacionais e históricos. Para além de artefato construído para o abrigo humano, uma casa é uma manifestação cultural que revela os modos de viver, de pensar e de agir de um grupo social, podendo adquirir vários significados a partir dos processos históricos construídos ao longo de sua trajetória e, portanto, pode ser analisada sob diversos aspectos. Nesse sentido, a Casa Lambert¹ de Santa Teresa-ES, permeada por valores e visões de mundo, exprime uma relação dialética entre o tempo vivido e a interpretação do passado.

Inspirando-me nas palavras do filósofo Walter Benjamin, que trazem à tona questionamentos sobre as experiências vividas pelos sujeitos com o seu patrimônio, pretendo enveredar pelos caminhos do outrora no agora², em que as necessidades e inquietações do presente impulsionam os aspectos a serem rememorados por meio da pesquisa histórica.

Seguindo a perspectiva metodológica benjaminiana, os desafios que envolvem a abordagem das questões patrimoniais no complexo mundo contemporâneo me inspiram a promover um diálogo entre presente e passado que considere as experiências sensíveis dos sujeitos históricos, as discontinuidades, as rupturas e os

¹ Nas obras analisadas para esta dissertação encontrei duas formas de grafia para esta palavra: Lambert e Lamber. Utilizo a primeira por ser a que consta no registro de entrada da família no Espírito Santo emitido pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Cf. <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2014.

² Expressão utilizada pela historiadora Aline Ludmila de Jesus em sua dissertação de mestrado. Cf. JESUS, Aline Ludmila de. **Despertar o outrora no agora**: ensaios sobre as configurações do tempo e da memória em Walter Benjamin. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

processos de (re) significação envolvidos na patrimonialização de um espaço de habitar³, transformado em símbolo de história e memória da cidade. Assim, minha narrativa é um convite para novos olhares, novas versões e novas leituras da história local.

Considerada simbolicamente a construção mais antiga de Santa Teresa, cidade localizada na região serrana do Espírito Santo (Figura 1), a 78 quilômetros da capital Vitória, a Casa Lambert, construída em 1876 pelos irmãos trentinos Virgílio⁴ e Antônio Lambert, foi tombada em 1985 (ANEXO A) pela Secretaria de Estado da Cultura (Secult)⁵ e hoje funciona como um museu que procura contar um pouco da história da família Lambert e da imigração italiana no Espírito Santo (Figura 2). Em frente à residência encontra-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição (Figura 3), de 1898, também construída pelos irmãos Lambert e tombada em 1985, juntamente com a casa e outros bens da família.⁶

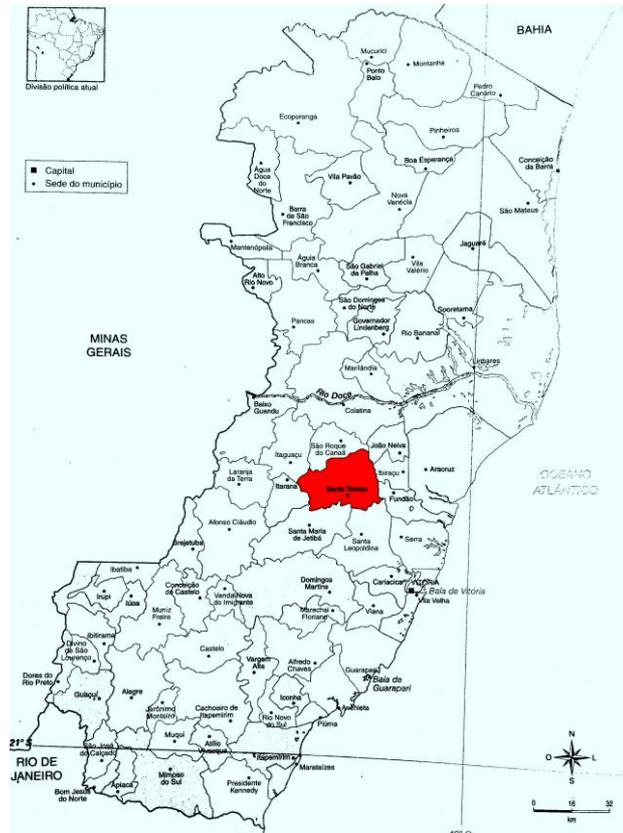
³ A casa como espaço vivido que envolve as experiências dos sujeitos e expressa, ao mesmo tempo, uma memória íntima e uma memória compartilhada está presente na obra do historiador Paul Ricoeur, em oposição a ideia moderna de casa enquanto espaço geométrico. Cf. RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain François (et al.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

⁴ Além da forma aqui utilizada, também identifiquei em documentos do APEES a grafia Virgilio. Nesta dissertação, utilizo “Virgílio” que é a forma reconhecida pelos familiares e moradores de Santa Teresa, presente também em artigos de jornais, materiais expostos na Casa-Museu e diversos livros. Sobre as diferentes grafias para os nomes e sobrenomes, Busatto (2010) destaca que as adulterações começavam nas listagens dos portos e prosseguiram nos registros de casamento ou batizado devido à inexistência de cartórios ou locais de registro. Cf. BUSATTO, Luiz. **Nomes e raízes italianas**. Vitória: [s.n.], 2010.

⁵ Cf. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (Espírito Santo). Resolução nº 07, de 12 de dezembro de 1985. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**, Vitória, 16 dez. 1985.

⁶ Os bens a que me refiro são: uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em madeira e três crucifixos, também em madeira. Cf. CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (Espírito Santo). Resolução nº 07, de 12 de dezembro de 1985. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**, Vitória, 16 dez. 1985.

Figura 1- Mapa do Espírito Santo: divisão político-administrativa. Em destaque, Santa Teresa.



Fonte: Hees e Franco (2011).

Figura 2- Fotografia da Casa Lambert nos dias atuais, abrigando um museu em seu espaço.



Fonte: Lordello (2013).

Figura 3- Fotografia da Capela Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Lordello (2013).

A história da Casa Lambert está vinculada ao processo de imigração italiana para o Espírito Santo na segunda metade do século XIX, especificamente ao grupo de trentino-tiroleses que em 1875 partiu do porto de Havre no norte da França, a bordo do navio Rivadávia, e se estabeleceu no Núcleo Timbuhy⁷, hoje Santa Teresa. Cabe ressaltar, que a imigração italiana em Santa Teresa e no Espírito Santo já foi tema de muitas pesquisas acadêmicas que abordam aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Entretanto, a investigação do espaço de habitar e mais precisamente sua transformação em patrimônio cultural no diálogo com a perspectiva da educação das sensibilidades proposta nesta dissertação, apresenta relevância por ser um tema pouco abordado em trabalhos acadêmicos, conforme identifiquei por meio da

⁷ Em sua dissertação de mestrado, a professora Simone Zamprogo Scalzer ressalta que existem três grafias para esta toponímia: Timbuí, Timbuy, Timbuhy. Utilizo a última grafia que aparece na obra de Renzo Grosselli fundamentada em fontes primárias de pesquisa e também no registro de entrada do colono Virgílio Lambert (ANEXO E) emitido pelo APEES. Cf. SCALZER, Simone Zamprogo. **O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a memória e a história: formação histórica territorial, projetos de governo e preparação dos lotes para os imigrantes (1847-1891)**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014; GROSSELLI, Renzo M. **Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponeses Trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

pesquisa exploratória, apresentando potencialidades para elucidar aspectos significativos da história local.

A definição da Casa Lambert como objeto de pesquisa decorre ainda de sua transformação em museu, símbolo da identidade local e, portanto, representação de um espaço/tempo vivido em detrimento de tantos outros imóveis. E compreendendo o patrimônio cultural como espaço de expressão das relações dos sujeitos históricos com a temporalidade, a cultura, a história, a memória e os processos de identificação, a Casa Lambert, no cenário sociocultural de Santa Teresa, suscita questionamentos fundamentais acerca de para quem se preserva, por que se preserva e qual visão de passado é selecionada e perpetuada na transformação de um bem em patrimônio.

É importante destacar que a Residência Augusto Ruschi, localizada no centro de Santa Teresa, também foi tombada pela Secult, de acordo com a resolução 09, de 1990. Assim como a Casa Lambert, esse imóvel afigura-se como uma das primeiras construções erguidas no Núcleo Timbuhy pelos imigrantes italianos. Entretanto, os argumentos que fundamentaram seu tombamento baseiam-se principalmente na trajetória do seu ilustre morador, o naturalista e ecologista Augusto Ruschi, considerado um dos ícones mundiais da proteção ao meio ambiente. Mesmo não sendo essa casa o objeto de pesquisa desta dissertação, mediante o exposto, é possível problematizar os fatores que estimulam a preservação do passado bem como a criação de fantasmagorias⁸ que distanciam os bens patrimoniais das experiências vividas coletivamente.

Entretecendo os fios, rastros e indícios que ligam presente e passado, a proposta basilar desta pesquisa é analisar como uma casa, um lar, um espaço de habitar, transformou-se em patrimônio cultural de Santa Teresa. Considerando o contexto de tombamento, restauração e transformação da Casa em museu, o objetivo geral

⁸ No pensamento benjaminiano, as fantasmagorias da modernidade capitalista estão relacionadas às “casas dos sonhos”, idealizações que apresentam efeitos destrutivos nas relações sociais, na percepção do tempo e espaço. Ao focalizar o século XIX, Benjamin identificou como “casas dos sonhos” as galerias que se apresentavam como cenário encantador de compras, o fetiche das mercadorias, e, ao mesmo tempo, dilapidavam as relações sociais. Cf. GALZERANI, Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zelia de Vrito Fabri; PRADO, Patricia Dias. (orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

desta pesquisa é investigar as visões de mundo, imagens e valores imbricados no processo de patrimonialização da Casa Lambert. Trata-se aqui de uma análise histórica do processo de constituição desse patrimônio local.

Para a realização deste objetivo, busco especificamente: (i) analisar, com base na História Cultural, a relação entre história e memória no processo de patrimonialização da Casa Lambert; (ii) apreender, na relação com a história da cidade, as ações de diferentes sujeitos e as concepções de história presentes no processo que definiu a Casa Lambert como patrimônio histórico e cultural de Santa Teresa; (iii) identificar as influências da modernidade capitalista na formação de valores e visões de mundo em torno da Casa Lambert; (iv) discutir conceitos e pressupostos teóricos que definem o patrimônio cultural; (v) relacionar o patrimônio cultural local com os processos informais e difusos de educação em curso nos diferentes espaços da cidade por meio da perspectiva analítica da educação das sensibilidades.

A partir do delineamento do objeto desta pesquisa e seus objetivos, cabe situar as questões que mobilizaram esta investigação histórica: que critérios definiram a visão preservacionista que resultou na patrimonialização de bens pertencentes à família Lambert? Quais valores e conceitos relativos à cultura e patrimônio foram evidenciados? Que memórias relativas ao patrimônio circulam no imaginário social? Num momento de declínio da experiência e memórias fragilizadas⁹, qual é o papel do patrimônio cultural? Por que a Casa Lambert foi definida como símbolo da cultura e memória dos imigrantes italianos em Santa Teresa em detrimento de tantos outros bens que foram silenciados?

Para responder a essas indagações e compreender o processo de patrimonialização da Casa Lambert, optei por um enfoque predominantemente qualitativo, pautado em pesquisa bibliográfica e documental. As análises apresentadas fundamentam-se nas perspectivas teórico-metodológicas do filósofo Walter Benjamin e dos historiadores Edward Palmer Thompson e Peter Gay.

⁹ Sobre o declínio das experiências na modernidade capitalista cf. BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras escolhidas; v. 1), p. 123-128.

Visando explicitar as motivações, os questionamentos e as escolhas que resultaram no delineamento desta dissertação de Mestrado destaco que este trabalho foi tecido a partir das minhas experiências vividas¹⁰ como mulher, professora de História da Educação Básica, mestranda, pesquisadora, ou seja, como sujeito histórico multifacetado em circulação por diversos espaços sociais. Afinal, “as experiências pelas quais passamos oferecem o substrato, a matéria viva, sensível, da recordação ou da rememoração” (HADLER, 2007, p. 202).

Sobre a relação entre memórias, presente e passado contidas na rememoração, ressalto os escritos de Hadler:

o passado nunca volta como era, numa situação de recordação ou de rememoração. Esta questão nos lança na tentativa de compreender melhor as relações possíveis entre presente e passado, contidas num ato de memória. Empreitada difícil, instigante e necessária (2007, p. 240-241).

Minha intenção volta-se também para a relevância desta narrativa nos processos de (re) significação das minhas experiências. Para a filósofa Jeanne Marie Gagnebin (2011) a importância da narração é reconhecida como a da “rememoração, da retomada salvadora pela palavra de um passado que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento” (p. 3).

Dialogando com Walter Benjamin, o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves assim descreve o narrador:

é alguém que retoma o passado no presente na forma de memória; ou que aproxima uma experiência situada num ponto longínquo do espaço. A narrativa sempre remete a uma distância no tempo ou no espaço. [...] é mediada pela experiência pessoal do narrador. Para Benjamin, os grandes modelos de narradores eram o velho artesão, que conhecia as tradições de sua aldeia, e o marinheiro, que narrava suas experiências, adquiridas em viagens (2009b, p.172).

Acompanhemos as reflexões do próprio Benjamin

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio artesão, [...] é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador, para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (2012, p.221).

¹⁰ Trabalho com a perspectiva de experiências vividas elaborada pelo historiador inglês Edward Palmer Thompsom. Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-200.

Estimulada pelas discussões benjaminianas, rememoro experiências significativas que se transformaram em memórias, elucidando aspectos que definiram esta pesquisa. Como propõe a historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani, as práticas narrativas

[...] devem se assentar no desapontamento da concepção absoluta da verdade, deixando vir à tona pessoas mais inteiras [...] deixando transparecer suas certezas, mas também suas incompletudes. Pessoas que renunciam a tudo preencher, para deixar que algo do outro possa dizer-se (2008a, p.22).

As lembranças da infância, das férias vividas na casa da minha avó materna em Piúma, cidade do litoral sul do Espírito Santo, me reportam aos pescadores que se reuniam no fim de tarde à beira-rio para tecer suas redes e ali narravam suas experiências. Entre eles, o meu avô, o português Manoel, mais conhecido como “Manduca”, que tantas histórias vividas compartilhou com seus filhos e netos. Embora eu não soubesse disso na época, estava em contato com uma forma artesanal de comunicação, narrativas no sentido proposto por Benjamin, fundada na possibilidade de compartilhar experiências mediadas por laços afetivos, que hoje são potencializadoras deste ato de rememoração.

Essas narrativas me faziam sentir “cheiros e gostos” de outros tempos e espaços e despertaram a curiosidade e interesse por lugares que para mim simbolizavam aqueles “encontros” com o passado. Assim, a casa da minha avó materna e seus objetos de diferentes temporalidades, as rodas de conversa dos pescadores, as construções antigas, os museus e seus acervos sempre foram lugares especiais, importantes na minha trajetória, com significados mais amplos que sua materialidade.

O desejo de ser professora também foi se delineando muito cedo, ainda em tenra idade, um legado da minha mãe, que inspirava os estudantes a trilharem seus caminhos para a realização de sonhos e ideais. A maneira carinhosa como os estudantes a tratavam e o reconhecimento do seu trabalho me encantavam. Além disso, por meio do exemplo da minha mãe, ser professora representava para mim uma possibilidade de atuação transformadora. E, muito jovem, eu decidi que queria viver a intensidade dessa profissão.

As memórias e histórias de outrora fomentaram questões que foram ampliadas e problematizadas na vida adulta por meio de escolhas que definiram minha trajetória profissional. Dessa forma, fiz o Magistério no início da década de 1990 e me tornei professora das séries iniciais do então Primeiro Grau. A graduação em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), também na década de 1990, representou meus primeiros contatos com a pesquisa científica e a oportunidade de conciliar o sonho de ser professora com o ensino de História e suas potencialidades para a transformação social.

Ao ingressar na vida profissional, passei por aquele momento que marca todo jovem sonhador, o choque entre as minhas idealizações e as reais e efetivas possibilidades de atuação. Nesse momento, a formação acadêmica, o relativo “domínio” de conteúdos e metodologias se mostraram, embora fundamentais, insuficientes para enfrentar os desafios e a complexidade de ser professor.

Em 1997, ao concluir a graduação, passei a viver em Santa Teresa, onde além de atuar na Educação Básica, comecei a trabalhar com processos de formação continuada de professores. Nessa época, as temáticas “patrimônio e educação” não me eram familiares. No entanto, o distanciamento entre a cidade e o seu patrimônio e a história ensinada na escola, restrita aos livros didáticos, já me inquietava e suscitava a problematização da minha prática educativa.

Ao dar relevo a minha vida profissional, não pretendo aqui descartar a minha atuação e envolvimento em diversos espaços sociais, pois vou me constituindo como sujeito histórico ao amalgamar experiências múltiplas. O sujeito que constrói esta narrativa é, ao mesmo tempo, “a criança perdida, o adulto preocupado de hoje e o desconhecido de amanhã” (GAGNEBIN, 2011, p.89).

Rememorando a minha prática como professora da Educação Básica, me reporto aos questionamentos feitos pelos estudantes à História ensinada na escola, considerada maçante, difícil e distante de suas realidades, uma “matéria” a ser decorada para a realização de exames escolares e obtenção de notas. É importante ressaltar que vinculada aos livros de textos e ao currículo educativo, a História

escolar é uma representação do passado que, segundo Mário Carretero (2007), deve ser diferenciada da História acadêmica e da História cotidiana.¹¹

As críticas à História ensinada, em muitas situações educativas inacessível aos sujeitos cognitivos que assumem o papel de meros espectadores e receptores de informações provenientes de uma realidade que é independente da sua experiência, envolvem a própria historicidade da disciplina e, assim, questões teórico-metodológicas e os paradigmas que fundamentam as narrativas históricas.¹²

Incomodada com os sentidos e as contradições do ensino de História, sempre questionei práticas de ensino consolidadas e naturalizadas no cotidiano da escola e as abordagens homogeneizadoras que perpassam a ideia de uma história acabada, neutra, linear, contínua e progressista. Na produção de conhecimento histórico-escolar é fundamental problematizar essa concepção de História que remete aos paradigmas da modernidade e à instituição de formas específicas de pensar, sentir, conhecer e perceber o mundo.¹³

Segundo Galzerani (2008a)

Data do final do século XIX a construção do conceito de história como disciplina, quando esta deixa de ser intimamente articulada à arte e à filosofia, para adquirir conotações mais específicas, isto é, técnicas e científicas. Data, ao mesmo tempo, deste final dos oitocentos, com o avanço da modernidade capitalista, a hierarquização dos saberes, o prevailecimento da história como ciência, como disciplina, em relação à memória (p. 19).

Esse processo de problematização foi reforçado pelos relatos compartilhados com os colegas professores de grupos de formação continuada, que geralmente

¹¹ Para aprofundamento da discussão sobre os diferentes registros da História, cf. CARRETERO, Mário; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda (Org.). Prefácio. In: _____. **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

¹² Os paradigmas que fundamentam as diferentes concepções de História são discutidos em BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental); CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. Os paradigmas da História. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). **O livro didático e o currículo de História em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

¹³ Para ampliar as informações sobre a concepção moderna de conhecimento e sujeito cf. VAITSMAN, Jeni. Subjetividade e paradigma do conhecimento. In: **Boletim Técnico SENAC**, v.21, mai./ago. 1995. Disponível em: <<http://www.senac.com.br/informativo/bts/212/2102003009>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

enfaticavam a passividade, inércia e desinteresse dos estudantes que não viam no que era ensinado significado para as suas vidas.

Os desafios e vicissitudes que compõem o ambiente escolar fomentavam a minha busca por alternativas para a construção do conhecimento histórico. Esse processo me reportou à memória e história local de Santa Teresa, referência para as minhas reflexões por ser a cidade onde vivo e atuo profissionalmente, portanto, palco de minhas experiências. Como professora de História, a cidade e seu patrimônio cultural foram inspiradores para pensar um ensino de história que extrapolasse o livro didático e até mesmo os muros da escola.

Dentre as muitas possibilidades para fazer uso da dimensão local em práticas educativas que considerassem o dinamismo e a complexidade do mundo contemporâneo, em princípio, despertou-me interesse a utilização das manifestações culturais como fontes primárias de estudos históricos. Essa abordagem da história local visava ao desenvolvimento de propostas que aproximassem o saber escolar da realidade do estudante, tornando-o mais significativo e prazeroso, e também a produção de novos olhares sobre a história e a cultura local. Por conseguinte, o interesse em pesquisar a relação entre memória, história, educação e patrimônio foi se delineando ao longo da minha experiência docente.

Eu estava vivendo um momento crucial de reflexão e, o desejo de (re) significar minha prática educativa enquanto professora da Educação Básica me motivou a voltar aos estudos. Dessa forma, em 2013, decidi investir na pesquisa em educação e apresentei no processo seletivo de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa “História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais”, um projeto de Educação Patrimonial voltado para a construção de conhecimento histórico a partir de questões mobilizadoras situadas no presente.

A partir da minha aprovação e inserção no curso de Mestrado do PPGE, o projeto original foi tensionado por meio de um estudo exploratório proposto pelo meu orientador, o professor Arnaldo Pinto Junior, no sentido de ampliar meus conhecimentos e reflexões sobre a relação entre educação patrimonial, história e

memória. Os professores e colegas de Mestrado são copartícipes dessa construção, contribuindo efetivamente para o redimensionamento desta pesquisa, pois as leituras e discussões fecundas que delas se originavam me reportavam as minhas propostas iniciais, seus limites e possibilidades.

Norteadas por trabalhos de Maria Carolina Bovério Galzerani, Nara Rubia de Carvalho Cunha, Arnaldo Pinto Junior, Maria Sílvia Duarte Hadler e Fátima Faleiro Lopes¹⁴, entre outros, minhas perspectivas de análise se voltaram para as experiências educativas desenvolvidas fora da educação escolarizada, ou seja, os processos educativos não formais e informais que estão constantemente em curso nos diferentes espaços da cidade e incidem de forma diferenciada sobre os sujeitos, produzindo significados.¹⁵

Nesse sentido, no diálogo estabelecido com novos interlocutores a pesquisa adquiriu outros contornos e, depois de um movimento inicial, fui tecendo caminhos investigativos voltados para a problematização do processo de constituição do patrimônio na propagação de valores e visões de mundo historicamente construídas.

Nas discussões desenvolvidas nas reuniões com o meu orientador e na aproximação entre as leituras e a minha experiência como docente, encontrei a motivação para enveredar nesse campo investigativo que eu conhecia pouco, mas que me instigava, o patrimônio cultural na perspectiva da educação das sensibilidades.

¹⁴ Os trabalhos a que me refiro são: GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna**: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998; PINTO JR., Arnaldo. **Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil**: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951). 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010; CUNHA, Nara Rubia de Carvalho. **Chão de pedras, céu de estrelas**: o museu-escola do Museu da Inconfidência. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011; LOPES, Fátima Faleiros. **A cidade e a produção de conhecimentos histórico-educacionais**: aproximações entre Campinas moderna de José de Castro Mendes e a Barcelona “modelo”. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007; HADLER, Maria Sílvia Duarte. **Trilhos de Modernidade**: memórias e educação urbana dos sentidos. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

¹⁵ Sobre os processos educativos não formais e informais que atuam na educação das sensibilidades cf. GALZERANI, 1998; PINTO JR., 2010; HADLER, 2007.

Assim, a ideia de uma educação dos sentidos na modernidade, presente na obra de Walter Benjamin foi fundamental para a definição desta pesquisa. Aproximando-me dos seus textos encontro alguns conceitos essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. A concepção benjaminiana de memória, por exemplo, amplia as possibilidades de análise das relações dos indivíduos com o seu patrimônio. Merecem relevo também suas reflexões sobre os valores e visões de mundo engendradas pela modernidade capitalista que atingem as experiências coletivas, destituindo-as de significados.

Com base na metodologia benjaminiana, a Casa Lambert, como espaço de expressão de valores socioculturais e visões de mundo presentes na tradição local, remete à ideia da “mônada” ou “centelhas extremamente instigantes” (GALZERANI, 1998, p.18). Como uma “mônada”, a Casa representa um recorte no todo para desvelar a ideia de preservação e a tônica dos discursos que incidem sobre esse patrimônio cultural, os critérios que a definiram como símbolo da imigração italiana em detrimento de outros bens culturais, os valores atribuídos ao imóvel, bem como as experiências vividas pelos sujeitos com os bens patrimoniais na atualidade.

Ao tratar da Casa Lambert como espaço dinâmico, relacionado às transformações sociais, econômicas e culturais do tempo e espaço em que está inserida, dialogo também com a perspectiva analítica de Edward Palmer Thompson e, entre os seus importantes subsídios para esta pesquisa, sublinho o conceito de experiência, por meio da qual os sujeitos se constituem. O entrelaçamento desse conceito com o de cultura, presente no pensamento thompsoniano, permite situar os processos de patrimonialização como resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e até mesmo disputados na definição dos bens que devem ser selecionados como símbolos da coletividade. Por conseguinte, a cultura é um campo plural permeado por tensões, negociações, contradições, conflitos e resistências.

Para analisar a relação entre patrimônio cultural e educação das sensibilidades, este trabalho está calcado especialmente nas contribuições teóricas de Peter Gay. A noção de educação dos sentidos desenvolvida pelo referido autor suscita a problematização dos processos educativos descontínuos e heterogêneos que envolvem cotidianamente os sujeitos na modernidade e definem visões de mundo,

formas de sociabilidade e sensibilidades. Por este caminho, o patrimônio como a materialização de uma pluralidade de imagens, valores e visões de mundo está enredado numa educação das sensibilidades constantemente em curso.

Para nortear as discussões sobre patrimônio cultural, espaço multifacetado e polissêmico, estabeleço interlocuções com as historiadoras Françoise Choay e Cristina Meneghello, os sociólogos Carlos Fortuna, Lúcia Lippi Oliveira e Maria Cecília Londres Fonseca, o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves, o museólogo e cientista social Mário Chagas e o historiador da arte Alois Riegl. A partir desses autores, busco compreender a trajetória histórica do conceito de patrimônio, o processo de constituição da questão patrimonial no Brasil, bem como conceitos, ideias e reflexões que consubstanciem a problematização da questão patrimonial.

Visando contextualizar a construção da Casa Lambert em um processo social mais amplo, evidencio alguns aspectos relativos à história da imigração italiana no Espírito Santo e à formação do núcleo colonial Timbuhy (Santa Teresa). Para isso, utilizo produções acadêmicas, memorialísticas e literárias, elaboradas em diferentes contextos de produção e a partir de diversos lugares sociais, em que procuro identificar e problematizar diferentes fragmentos da história da cidade.

Entre os autores abordados estão o sociólogo Renzo Grosselli, a pesquisadora social Sandra Gasparini, a historiadora Adriana Lucena, a professora e cientista social Maria Cristina Dadalto, os advogados Frederico Müller e Luiz Carlos Biasutti, o professor de teoria e história da literatura Luís Busatto, os escritores Graça Aranha e Virgínia Tamanini. O relatório do cônsul italiano Carlo Nagar merece destaque como importante fonte para a compreensão das condições encontradas e vividas pelos italianos nos núcleos coloniais.

A temática da imigração também é abordada nas dissertações de mestrado das professoras Gilda Rocha e Simone Zamprogno Scalzer, sendo esta voltada para a configuração do núcleo colonial Timbuhy em sua relação com o fluxo migratório do norte da Itália.

No que se refere à abordagem da arquitetura do imigrante italiano, e especificamente à casa em sua relação com os projetos de vida dos imigrantes, seus valores culturais e modos de vida, ressalto os trabalhos dos arquitetos Júlio Posenato e Maria Izabel Perini Muniz e a dissertação de mestrado da professora Maria Isabel Filippon.

Para a realização da pesquisa empírica, por sua vez, destaco as fontes obtidas no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), na Biblioteca Nacional, na Secult, no *Circolo Trentino di Santa Teresa*¹⁶, na Casa Lambert, na biblioteca municipal de Santa Teresa e no acervo pessoal de descendentes da família Lambert. Todavia, é importante explicitar que os documentos fundamentais de análise desta dissertação são os processos de tombamento e restauração da Casa.

No que tange à especificidade desta pesquisa, é necessário assinalar ainda que não pretendo promover uma descrição linear da história da Casa Lambert. Destarte, a pesquisa bibliográfica sobre o contexto de fundação da residência e o levantamento biográfico dos irmãos Virgílio e Antônio Lambert visam à busca de elementos que possam contribuir para a análise do processo de patrimonialização, localizando historicamente o objeto de estudo e os sujeitos a ele relacionados.

Quanto a sua estruturação, a dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos. No Capítulo 1 intitulado “Entretecendo os fios que fundamentam o objeto de pesquisa” evidencio os aspectos teórico-metodológicos da dissertação, entre eles, a perspectiva da educação dos sentidos de Peter Gay e as ideias e conceitos benjaminianos e thompsonianos que possibilitam a análise do processo de constituição da Casa Lambert como patrimônio de Santa Teresa e sua trajetória de ressignificação na relação com a história da cidade. No âmbito da História Cultural, as reflexões acerca do patrimônio afiguram-se como possibilidade de novas leituras e novos olhares relativos aos espaços da urbe, constituídos por múltiplas temporalidades e constantemente reinventados por sujeitos multifacetados, dotados simultaneamente de racionalidade e sensibilidade.

¹⁶ Fundado em 1987, o *Circolo Trentino di Santa Teresa* é uma sociedade civil que tem por objetivo principal estreitar os laços entre os descendentes de italianos. Tem uma ligação direta com Trento, através da Trentini Nel Mondo, entidade sede dos Circolos Trentinos no mundo, promovendo assim a cultura italiana nas suas origens. Cf. *Circolo Trentino de Santa Teresa*, 2015. Disponível em: <<http://www.circolotrentinost.com.br/circolo/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

No capítulo 2, denominado “A Casa Lambert na história da cidade e na relação com a modernidade capitalista”, reflito sobre a fundação do núcleo colonial Timbuhy, inserindo-o no contexto da imigração italiana para o Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Ao discutir aspectos socioculturais imbricados na história da cidade, pretendo desvelar imagens, visões de mundo e valores imbricados na tradição local que incidem sobre o patrimônio cultural, considerando ainda as implicações da modernidade capitalista na relação entre história e memória.

No capítulo 3, “Patrimônio: perspectivas históricas, valores e concepções”, apresento reflexões sobre o polissêmico conceito de patrimônio, bem como a trajetória histórica da questão patrimonial no Brasil. Abordando aspectos conceituais, analiso o patrimônio como uma construção histórica, reinventado constantemente pelos sujeitos por meio de suas experiências e projetos socioculturais. Assim, o patrimônio é compreendido como um espaço que educa por meio do contínuo, difuso e incisivo processo de educação das sensibilidades, que envolve os sujeitos em circulação pelos diferentes espaços da urbe.

No capítulo 4, “Os múltiplos usos e sentidos do espaço de habitar”, ao analisar o processo de tombamento do imóvel, a restauração e sua transformação em museu, a partir de fontes obtidas principalmente na Secult, busco elementos que evidenciem o patrimônio como espaço de processos de (re) significação histórica, na qual os sujeitos de cada momento histórico têm papel fundamental na atribuição de valores e sentidos ao bem cultural.

A análise da patrimonialização da Casa Lambert a partir de suas múltiplas narrativas representa uma possibilidade de leitura a contrapelo da história da cidade, ao se problematizar as disputas simbólicas e o confronto de ideias que envolvem a elevação de um espaço de habitar a patrimônio da cidade (BENJAMIN, 2012). Assim, no diálogo com diferentes temporalidades, o patrimônio cultural potencializa as discussões que abordam as experiências educacionais construídas socialmente.

Nos limites dessa pesquisa, apresento nas considerações finais algumas reflexões a que posso chegar a partir dos objetivos propostos e fontes utilizadas para esta dissertação. E dialogando com a ideia de mônada benjaminiana, as discussões aqui apresentadas não dão por encerradas as possibilidades investigativas em relação ao

processo de patrimonialização da Casa Lambert. E, dessa forma, minha narrativa deixa rastros para processos de ressignificação.

1 ENTRETECENDO OS FIOS QUE FUNDAMENTAM O OBJETO DE PESQUISA

1.1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Na produção desta narrativa, busco embasamento teórico-metodológico na abordagem da História Cultural, que reconhece e valoriza as ações dos sujeitos históricos localizados em seu tempo e espaço. Assim, os valores, as práticas, os saberes e as sensibilidades, constituem-se em possibilidades de investigação no campo da História Cultural. Conforme o historiador Peter Burke (2005) os historiadores culturais preocupam-se com o “simbólico e suas representações” (p.10).

Barros (2011), em um artigo que discute o universo conceitual da História Cultural, argumenta que este campo historiográfico aponta para a apreensão da complexidade, dinamismo e diversidade dos aspectos culturais. Nessa perspectiva, é essencial um olhar atencioso para as múltiplas ações sociais em um amplo repertório de possibilidades culturais.

Em outro artigo, o autor supracitado explicita que “a História Cultural enfoca não apenas os mecanismos de produção dos objetos culturais, como também os seus mecanismos de recepção [...], de um modo ou de outro, a recepção é também uma forma de produção” (BARROS, 2003, p.146).

No âmbito da História Cultural, a cidade, constituída por temporalidades múltiplas e constantemente reinventada pelos sujeitos históricos, “não é mais considerada só como um *locus*, seja da realização da produção ou da ação social, mas, sobretudo um problema e um objeto de reflexão” (PESAVENTO, 2004, p.77).

No conjunto de elaborações teóricas da História Cultural, destaco a acepção de cultura numa perspectiva antropológica, “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” ou ainda “uma forma de expressão que se faz de forma simbólica [...]” (PESAVENTO, 2004, p.15). Desse

conceito de cultura derivam os atuais discursos sobre patrimônio que enfatizam seu caráter de construção ou invenção (OLIVEIRA, 2008).

Para Barros (2011), merece destaque, entre as correntes da Nova História Cultural, a contribuição da escola marxista inglesa e, em especial, Edward Palmer Thompson, que trouxe para o centro da análise historiográfica o conceito de experiência histórica. Com isso, homens e mulheres inteiros são vistos como sujeitos históricos que exploram o mundo e a si mesmos. E, segundo o próprio Thompson

[...] experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, [...] “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (1981, p.182).

A transformação da Casa Lambert em patrimônio cultural de Santa Teresa, compreendida como produção material, mas também simbólica, expressa tendências culturais prevaletentes que podem ser problematizadas a partir dos parâmetros analíticos utilizados por Thompson. Enfatizando a concepção de experiência pessoal e a participação dos sujeitos nos processos históricos, o referido autor chama atenção para o fato de que o termo cultura “com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p.17).

Nesse sentido, as reflexões sobre o processo de patrimonialização da Casa Lambert visam romper com concepções tradicionais que relacionam os bens patrimoniais a um passado idealizado e nostálgico. Considerados intocáveis e distantes da experiência dos sujeitos do tempo presente, esses bens seriam destinados à contemplação. Em contraposição a essa concepção, o trabalho investigativo sobre a questão patrimonial deve ressaltar as experiências vividas pelos sujeitos e grupos sociais, as diferentes visões de mundo e sensibilidades e o entrecruzamento do presente e passado.

Além do exposto, destaco as considerações de Pesavento (2004) sobre a inserção do conceito de sensibilidades nas abordagens da História Cultural, como forma de repensar as possibilidades de problematização do passado, a partir das sensações,

emoções e subjetividades do sujeito histórico. Assim, para a autora “os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos” (p. 57).

Com base no conceito de sensibilidades, o patrimônio cultural, como espaço que abrange determinadas versões da história e visões de mundo, representa um fecundo campo de possibilidades investigativas. Afinal,

sensibilidades se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído [...] e nos remetem ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significações construído sobre o mundo (PESAVENTO, 2004, p. 57).

Ao se referir aos desafios enfrentados pelo historiador que fundamenta suas reflexões na História Cultural e especificamente na constituição das sensibilidades, Pesavento (2004) evidencia que “captar subjetividades e sensibilidades [...], aquilo que mais busca a História Cultural [...] é, ao mesmo tempo, o seu maior desafio” (p. 119). Cabe ao historiador dedicado a apreender as sensibilidades de um dado momento histórico, um trabalho apurado na busca pelas evidências, pelas fontes que traduzam tais aspectos do viver humano.

E reconhecendo que as necessidades do presente condicionam e delimitam a problematização do passado, são fundamentais as indagações levantadas pelo pesquisador para interpelar as fontes, pois “é a questão formulada ou o problema que ilumina o olhar do historiador, que transforma os vestígios do passado em fonte ou documento, mas é preciso fazê-los falar” (PESAVENTO, 2004, p. 63).

Como já explicava o historiador Marc Bloch,

[...] a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e] simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar [...] mais do que nunca impõe-se um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida (2001, p. 78).

Essas perspectivas analíticas abrem caminhos para a apreensão das múltiplas dimensões da construção do patrimônio cultural, relacionando-o ao processo de educação das sensibilidades que envolve as práticas sociais dos sujeitos históricos.

Aliada à noção de educação dos sentidos¹⁷, a modernidade capitalista e seus impactos sobre a cultura também é de suma importância nas formulações que delineiam esta pesquisa.

Dessa forma, buscando evidenciar o campo de reflexão em que se move esta pesquisa, destaco o pensamento de Walter Benjamin e suas possibilidades analíticas em relação às experiências dos sujeitos face aos valores engendrados pela modernidade capitalista.

O avanço das concepções relativas à modernidade capitalista produziu, a partir do século XIX, novos ritmos de vida e novas percepções de tempo e espaço que resultaram em mudanças significativas nas relações e práticas sociais, incidindo sobre os conceitos, ideias e valores que perpassam o patrimônio. Sendo assim, o processo de patrimonialização da Casa Lambert, entrelaçado aos temas memória, cidade e educação das sensibilidades, remete a questionamentos acerca da constituição e experiência dos sujeitos históricos na contemporaneidade.

Assinalando mais uma vez a proximidade desta pesquisa com os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, ressalto que, conforme Peter Burke (2005), os estudos sobre memória estão em expansão, e em consonância com a História Cultural afiguram-se como uma “reação à aceleração das mudanças sociais e culturais que ameaçam as identidades, ao separar aquilo que somos daquilo que fomos” (p. 88).

E prosseguindo na explicitação das contribuições benjaminianas, esta dissertação se propõe a uma leitura a contrapelo da história da Casa Lambert ao problematizar os discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre o patrimônio em sua relação com valores e ideais da modernidade capitalista. Conforme Jesus (2013),

o pensamento benjaminiano, nesse sentido, caminha em direção contrária às concepções de história que pressupõem o progresso e a linearidade, soterrando os desvios e os solavancos da história. “Escovar a história a contrapelo”: eis a proposta de Walter Benjamin. Proposta que vai de encontro às quimeras do progresso que acariciam, justamente, o sentido

¹⁷ Conceito elaborado pelo historiador Peter Gay. Cf. GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

dos pelos. Em oposição aos tempos cronológicos, progressistas e vazios, Benjamin propõe temporalidades impetuosas. São reconstruídas a partir daí novas formas de pensar o tempo e, por conseguinte, a memória, guiando-nos a pensar as relações entre o outrora, o agora e o porvir (p. 46).

Em suma, o pensamento benjaminiano articula-se a um olhar metodológico que amplia as perspectivas de análise dos processos culturais, relacionando-os a uma concepção de cultura que é ao mesmo tempo produto e produtora de relações sociais, entremeadas por visões de mundo e sensibilidades historicamente engendradas.

1.2 A CASA LAMBERT NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DAS SENSIBILIDADES

A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade.

Walter Benjamin (2012)

As discussões propostas no diálogo com a História Cultural encontram no historiador Peter Gay (1988) referências fundamentais para analisar a noção de educação dos sentidos como uma das problemáticas que envolvem o sujeito na modernidade.

Para Gay (1988), o sujeito histórico, dotado simultaneamente de racionalidade e sensibilidade, define suas formas de agir e pensar o mundo em práticas culturais plurais, entre as quais destaco a constituição dos patrimônios. Amalgamando temporalidades múltiplas, a Casa Lambert, outrora um lar e hoje patrimônio da cidade, está historicamente integrada às transformações oriundas dos ideais difundidos pela modernidade, que educa para fins específicos. Entre eles, o acelerado processo de urbanização das últimas décadas.

Na perspectiva analítica proposta por Peter Gay, a cultura está relacionada a toda realização humana que contribui para a experiência, um processo complexo de relações sociais em movimento. Hadler (2007) ressalta que para o autor supracitado

o processo de formação de uma visão de mundo é constante, sempre inacabado, sempre em constituição; é um processo, de fato, de formação, de educação, uma educação que não se circunscreve apenas aos domínios da racionalidade intelectual técnica, da consciência objetiva, mas que atinge e perpassa os campos mal definidos da sensibilidade, tanto no que ela tem de mais visível quanto de mais escondido e secreto (p.21).

Por conseguinte, a vida em sociedade e todas as realizações humanas contribuem para a experiência que constitui “o encontro da mente com o mundo” e também “do passado com o presente”. E dessa forma, as “experiências comprovam a existência de um tráfego ininterrupto entre o que o mundo impõe e o que a mente exige, recebe e reformula” (GAY, 1988, p. 19). Trata-se de uma educação vivenciada cotidianamente por meio de estímulos de natureza diversa, provenientes da circulação por diferentes espaços, um processo contínuo de ouvir e observar que produz significados e modela de forma sutil e silenciosa as sensibilidades e visões de mundo dos sujeitos.

De acordo com Pinto Jr. (2010), a perspectiva de educação dos sentidos desenvolvida por Gay apresenta uma concepção ampliada de ser sujeito e de cultura, abrangendo uma dimensão consciente e também inconsciente. Assim, “a cultura é vista em sua obra como um processo contínuo, difuso e contraditório, de produção de visões de mundo e formas de sensibilidade e sociabilidade” (p. 34).

Em relação à cultura, Gay (1988) argumenta que

Toda realização humana que de alguma forma contribui para a experiência pode ser englobada nesta vasta rubrica: as instituições sociais, o desenvolvimento econômico, a vida em família, as doutrinas religiosas e morais, os receios dos médicos, as mudanças de gosto, a estrutura das emoções, até mesmo a política. [...] cultura é algo mais complexo, mais descontínuo e mais surpreendente do que julgam os estudiosos da moderna civilização ocidental (p. 13-14).

Com base no que foi explicitado, analisar o processo de patrimonialização da Casa Lambert na perspectiva da educação das sensibilidades constitui um esforço investigativo para compreender as experiências e formas de interação dos sujeitos com esse espaço da cidade transformado em patrimônio cultural, atribuindo-lhe sentidos e significados.

É importante destacar, conforme ressalta Cunha (2011), que a educação das sensibilidades deve ser pensada “não como uma imposição, uma determinação

verticalizada, unidimensional, mecânica, e, sim, como construção coletiva, conflituosa e em constante re-significação” (p.22-23).

E, assim, no diálogo com pesquisadores que realizaram trabalhos sobre a relação história, memória e educação das sensibilidades, encontro fundamentação para ampliar as discussões acerca do processo de patrimonialização da Casa Lambert.

A tese da historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani (1998), pesquisadora de temas relativos às memórias e histórias da cidade na relação com a educação das sensibilidades, me estimulou a problematizar os processos que definem o patrimônio cultural e a pensar nas potencialidades desta pesquisa. O objetivo de sua pesquisa é a partir dos almanaques (re) constituir trajetórias culturais das décadas de 1870 e 1880 na cidade de Campinas, preocupando-se com versões da história em que a pluralidade de vozes e de visões seja considerada. As reflexões propostas pela autora acerca da construção das memórias locais, das sensibilidades estéticas e do declínio da experiência no mundo capitalista moderno, fornecem subsídios teóricos para se pensar a Casa Lambert na relação com a história da cidade.

Outra questão explicitada pela autora que vem ao encontro dos objetivos desta dissertação de mestrado é a preocupação com o fato de que muitas pesquisas voltadas para a história local assumam um caráter marcadamente celebrativo e homogeneizador. Para ela, é fundamental a elaboração de trabalhos que se preocupem com a percepção de memórias plurais, circunscritas a uma rede específica de conflitos e confrontos. Galzerani propõe uma elaboração criativa de significados para a história local, uma “aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa” (1998, p. 281).

Ainda segundo Galzerani, os conceitos benjaminianos de memória e de experiência podem dinamizar as produções sobre a história local. E, no diálogo com Peter Gay, a autora sugere um registro das sensibilidades vigentes, de personagens que não apenas fazem ou pensam, mas também possuem sentimentos e sensibilidades relacionadas com as condições sociais vividas.

A tese de doutorado de Maria Sílvia Duarte Hadler (2007), com a qual também estabeleço importante interlocução, apresenta os resultados de uma pesquisa sobre

os bondes, objetos culturalmente significativos, a fim de apreender práticas culturais de uma cidade em sua relação com a modernidade capitalista.

A referida tese aprofunda e discute o conceito de educação dos sentidos de Peter Gay (1988), relacionando-o à modernidade capitalista e apontando para uma preocupação com visões de mundo que se constituem e se propagam cotidianamente. Hadler ressalta que “a cidade e seus equipamentos urbanos diversos, expressando relações e práticas de poder, modelam as formas de viver esse espaço. De alguma maneira, a cidade exerce, não de forma homogênea, uma função educadora sobre seus habitantes” (2007, p. 141).

Ainda conforme a autora

Mentalidades, visões de mundo, são modeladas, são forjadas em meio ao entrelaçamento multifacetado de diversas instâncias de procedências sócio-culturais diversas. Muito distante de uma visão determinista de formação de consciências, de mentalidades, de uma visão que conceba traços culturais como reflexos de estruturas econômicas predominantes (HADLER, 2007, p.20).

Dessa forma, aproximando-me do texto de Hadler encontro importantes contribuições teóricas para pensar a relação entre modernidade, cidade, cultura e sensibilidades, temas que permeiam as questões de memória e os processos de constituição dos patrimônios. E, no contexto da cidade, estimula reflexões sobre as diferentes formas de interação dos sujeitos com os bens culturais, promovendo rupturas em práticas cotidianas homogeneizadoras.

Outro trabalho acadêmico que contribuiu para o delineamento desta pesquisa foi a tese de Fátima Faleiros Lopes (2007), que a partir da inserção social de José de Castro Mendes no universo campineiro e das visões da cidade de Campinas (SP) por ele elaboradas e divulgadas na imprensa local, aborda a temática da cidade em relação com os conceitos de história, memória e educação. Em suas análises, a autora também estabelece aproximações entre Campinas e Barcelona (Espanha) pertinentes à construção, nestas duas cidades, da concepção de cidade moderna e, no caso de Barcelona, também de cidade “modelo”.

Conforme Lopes (2007), as cidades devem ser compreendidas como *locus* de articulações sociais diversas, de temporalidades múltiplas e de sociabilidades. Para

a autora, a complexidade do mundo atual tem incidido em nossa maneira de perceber as relações espaço-tempo e a cidade esfacelada tem se apresentado em fragmentos. Desse modo, é essencial historicizar a cidade, considerando os processos que a institui e transforma continuamente.

Para a autora, a História Cultural amplia as possibilidades de problematização da cidade enquanto objeto de reflexão. Assim,

para além do seu entendimento exclusivo com base em processos econômicos e sociais, a ampliação das fontes e dos problemas a serem colocados tornou possível o trabalho com discursos e representações da cidade, ou seja, com o imaginário urbano (LOPES, 2007, p.18).

Entre as produções que contribuíram para esta pesquisa, merece relevo ainda a dissertação de mestrado de Nara Rúbia de Carvalho Cunha (2011) que aborda a trajetória do projeto educativo denominado Museu-Escola, empreendido no Museu da Inconfidência em Ouro Preto-MG, a partir de seu engendramento histórico com a cidade e questões mais abrangentes envolvendo memória e patrimônio.

A autora aponta os diferentes lugares das cidades como possibilidade de compreensão de que somos sujeitos históricos e construímos nossas vidas no tempo e no espaço. Ao discutir os diferentes valores que recaem sobre o patrimônio, Cunha questiona, entre outros aspectos, a visão mercadológica de cultura e a transformação dos sujeitos em meros espectadores de seu patrimônio.

Recorrendo ao pensamento benjaminiano, a autora revela o paradoxo de uma educação das sensibilidades constantemente em curso. Nesse sentido,

a contribuição benjaminiana para a ideia de experiência requer que reconheçamos os homens e mulheres como sujeitos inteiros, portadores de razão, sensibilidades, desejos inconscientes e sonhos. Se esse é o sujeito focalizado no processo de educação dos sentidos, pela via da dominação, é também o que amplia suas possibilidades de resistência (CUNHA, 2011, p. 31).

E numa perspectiva thompsoniana que permite analisar as experiências dos sujeitos a contrapelo de tendências dominantes a autora salienta que

os grupos e indivíduos filtram as tendências culturais dominantes em suas experiências. Ao fazerem isso, ora incorporam elementos, ora rejeitam, sempre procurando adequá-los às suas demandas. Como estamos em um campo de forças, dominação e resistência são formas de luta re-inventadas

a todo instante, o que movimenta o processo histórico (CUNHA, 2011, p.25).

Aproximando-me das reflexões de Cunha (2011), identifico em Santa Teresa discursos que focalizam a cidade como figura memorial, o que se aproxima da “imagem da obra de arte cuja aura ainda se preserva e, portanto, permanece autêntica, ligada à tradição” (p. 40). Acrescente-se que, enraizada num determinado tempo, espaço e contexto de produção, a obra de arte, e nesse caso, o patrimônio da cidade, é valorizada por encerrar em si tradição.

Em Santa Teresa, a figura memorial expressa a possibilidade de contato com uma cultura italiana enraizada e uma ideia de patrimônio como documento do passado, intocado. Nos veículos de propaganda comumente utilizados para divulgar a cidade e atrair turistas são recorrentes as seguintes ideias: Santa Teresa como a primeira cidade de colonização italiana no Brasil e como local de preservação das tradições italianas. Os seguintes trechos exemplificam essa discussão:

Município cercado pelas montanhas da região serrana do estado é um dos mais importantes destinos turísticos do Espírito Santo. Cultura marcante, meio ambiente preservado, clima agradável e gastronomia são os principais atrativos de Santa Teresa. [...] **Berço da colonização italiana no Brasil**¹⁸, teve sua história iniciada em 1874 (HISTÓRIA, acesso em 28 mar. 2015).

[...] Santa Teresa é uma cidade de belas paisagens, onde o contato com a natureza e o verde é a principal atração. Muitos turistas são atraídos ao local por essas características e pelas **manifestações culturais dos colonizadores italianos, cujas tradições são conservadas**.¹⁹ (REGIÃO SERRANA, acesso em 28 mar. 2015).

Reconhecendo o papel fundamental dos imigrantes italianos na formação do núcleo colonial que deu origem à cidade de Santa Teresa, o que ressalto aqui é a necessidade de considerar a pluralidade de memórias e histórias. Diante disso, aponto as seguintes indagações: a versão da história da cidade comumente divulgada considera as tensões, contradições, lutas e resistências que marcam a trajetória histórica da cidade? E as experiências dos sujeitos do presente que (re) significam a cultura, são consideradas?

Permeando essas questões, Guimarães (2013) destaca que

¹⁸ Grifo meu.

¹⁹ Grifo meu.

sem a percepção dessa pluralidade de memórias e histórias, o sujeito que não teve a sua memória e história contemplada na versão que identifico como monolítica tenderá a experimentar a sensação de desenraizamento, ele terá dificuldades para compreender a existência de um passado e de experiências vividas coletivamente na cidade [...] (p. 6)

Cabe ressaltar também que a repetição de temas e lugares implica no compartilhamento de uma determinada visão de passado, ou seja, trata-se de uma prática de educação das sensibilidades, o que chama a atenção para instâncias difusas de educação que precedem e atravessam a educação escolarizada.

Oliveira (2005), em um artigo que analisa a configuração do espaço da cidade num momento caracterizado pelo enfraquecimento da ideia de nação e crescimento da globalização, tece importantes considerações sobre a relação entre o turismo cultural e uma ideia de patrimônio como espaço ritualizado e estetizado. O visitante dá preferência ao estético em detrimento das mensagens históricas e, assim, o patrimônio torna-se uma mercadoria passível de ser consumida.

Conforme Gonçalves (2009b), nas elaborações benjaminianas sobre o declínio da experiência na modernidade, aparecem dois personagens típicos desse contexto: o *flâneur* e o *homem-da-multidão*, representando formas específicas de reagir ao célere ritmo das grandes cidades e sua impessoalidade. O *flâneur* e o *homem-da-multidão* podem ser identificados na relação dos sujeitos com o seu patrimônio cultural.

Benjamin (1985), ao analisar as transformações ocorridas em Paris no século XIX, assim define o olhar do *flâneur*

[...] o olhar alegórico a perpassar a cidade é o olhar do estranhamento. [...] É o olhar do *flâneur*, cuja forma de vida envolve com halo reconciliador a desconsolada forma de vida vindoura do homem da cidade grande. O *flâneur* ainda está no limiar tanto da cidade grande quanto da classe burguesa. Nenhuma delas ainda o subjugou. Em nenhuma delas ele se sente em casa. Ele busca o seu asilo na multidão. [...] A multidão é o véu através do qual a cidade costumeira acena ao *flâneur* enquanto fantasmagoria (p. 39).

Se o *flâneur* recusa-se a ser absorvido pelo ritmo vertiginoso das grandes cidades e a perder sua subjetividade, o *homem-da-multidão* se deixa levar pelo movimento, sem interesse ou curiosidade pelo que ocorre a sua volta. Desse modo, o homem da multidão pode ser descrito como

aquilo que aconteceria ao *flâneur* se lhe fosse retirado seu ambiente. A intensificação dos processos característicos da grande cidade, a vasta heterogeneidade de códigos socioculturais, a intensificação da atitude psicológica de reserva do habitante da grande cidade, o aumento do tráfego e do ritmo de deslocamento da população inviabilizam a experiência do *flâneur* [...]. O 'homem-da-multidão', em contraste com o *flâneur*, identifica-se com a multidão e seu ritmo vertiginoso (GONÇALVES, 2009b, p. 175).

Para Oliveira (2005), o patrimônio estimula e excita os sentidos dos diferentes indivíduos, possuindo uma importante função agregadora e, nesse sentido, possibilita aproximações com as figuras do *homem-da-multidão* e do *flâneur*. Permeando essa assertiva está o processo de educação das sensibilidades e a compreensão de que o patrimônio permite a análise histórica de múltiplas épocas, memórias diversas e experiências individuais ou coletivas.

Por conseguinte, com base no significado simbólico da Casa Lambert para a história de Santa Teresa o que proponho é uma leitura que possa desvelar, em um cenário de transformações culturais, múltiplos olhares sobre a cidade relacionados às variadas relações socioculturais nem sempre explícitas nos discursos que permeiam o patrimônio.

Entre os rastros e possibilidades de construção de saberes na relação da cidade com suas memórias e patrimônios, analisar o processo de patrimonialização da Casa Lambert na perspectiva da educação das sensibilidades é pensá-la no diálogo com as experiências de sujeitos inteiros, construídas em relações sociais plurais.

A partir das contribuições teóricas da educação das sensibilidades, uma das questões que mobiliza esta pesquisa é pensar, a contrapelo de tendências homogeneizadoras e dominantes, em imagens dialéticas e plurais de conhecimentos históricos produzidos por meio do patrimônio, reverberando em experiências que produzam momentos criativos e significativos que rompam com as vivências automatizadas inauguradas pela modernidade capitalista. Os patrimônios culturais podem “inspirar a produção de experiências [...] comprometidas com o absoluto dos seres humanos” (GALZERANI, 2013, p. 105).

Galzerani (2011), ao analisar os resultados de um projeto de educação patrimonial, assinala como potencialidades do patrimônio a “interiorização de valores culturais próprios, construídos no confronto de olhares, possibilitadores da reinvenção de

nossa própria humanidade. Valores culturais capazes de preservar identidades socioculturais, díspares, plurais” (p.3).

Nesse sentido, a identificação com o seu patrimônio constitui-se como um dos caminhos para que os sujeitos, vivendo as experiências do *flâneur*, se tornem capazes não só de conservar seus patrimônios, mas de se apropriarem deles numa dimensão mais ampla, recriando-os a partir de questões mobilizadoras situadas no presente (GALZERANI, 2013, p.97).

1.3 MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS: QUESTÕES TEÓRICAS

Em nossos livros de leitura havia a parábola de um velho que, no leito de morte, revela a seus filhos a existência de um tesouro oculto em seus vinhedos. Bastava desenterrá-lo. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, porém, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho duro.

Walter Benjamin (2012)

O excerto acima se refere à experiência, um dos conceitos fundamentais do pensamento benjaminiano. Para Benjamin, as experiências são transmitidas “[...] com a autoridade da velhice, em provérbios; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; às vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a filhos e netos” (2012, p.123).

Entretanto, com a modernidade capitalista, essa forma de contato mais direto torna-se rara, e, com isso, as pessoas deixam de viver experiências, construções coletivas plenas de significado para terem vivências, noção destituída de sentidos coletivos, que aponta para situações de isolamento e não partilha (BENJAMIN, 2012).

Como possibilidade de superação do quadro de esvaziamento das experiências produzido pela modernidade capitalista, os fios explicativos benjaminianos nos

apresentam o conceito de rememoração, que com base nas necessidades e indagações do presente, contribui para a reconstrução da experiência na sociedade contemporânea.

No pensamento benjaminiano apresentado por Galzerani (2008a), a rememoração é um ato político com potencialidades de despertar os sujeitos dos sonhos e fantasmagorias para a construção das utopias. Ou seja, rememorar “significa trazer o passado vivido como opção de questionamento das relações e sensibilidades sociais, existentes também no presente, uma busca atenciosa relativa aos rumos a serem construídos no futuro” (p. 21).

A propósito das memórias, focalizo mais uma vez o conceito engendrado por Walter Benjamin (2012), que abre caminhos para produções problematizadoras e inventivas em relação à questão patrimonial. Suas elaborações teóricas ampliam a concepção de ser sujeito, tanto sob o ponto de vista social quanto sob o ponto de vista psicológico. Dotados de certezas e incompletudes, os sujeitos se constituem em experiências socialmente construídas, e suas memórias, em constante construção, abarcam lembranças e também esquecimentos.

Buscando a historicidade do conceito de memória, cuja construção é entremeada por disputas simbólicas, é possível localizar na antiguidade greco-clássica a origem da elaboração conceitual produzida pela tradição historiográfica ocidental. Em Platão, a aceção de memória é associada ao conhecimento e dotada de uma dimensão mística, visualizada como reconhecimento, via instrução, de saberes de outras vidas perdidos com a encarnação. Ou seja, uma visão alicerçada numa concepção de alma eterna (GALZERANI, 2008a, p.19).

Nas pesquisas histórico-educacionais, as memórias tornaram-se tema recorrente principalmente a partir dos anos 1970, no contexto de crise da modernidade capitalista no período pós-guerra. Neste momento histórico, o papel do Estado, como produtor de uma história concebida como nacional, única e homogênea sofreu fortes críticas.

Em diferentes locais do mundo, grupos historicamente excluídos se posicionaram exigindo o reconhecimento de suas próprias e diversificadas memórias. E num

período marcado por incertezas, o passado começou a seduzir muito mais que o futuro, sendo incorporado na urdidura da lógica capitalista que transformou as memórias em objetos comercializáveis (GALZERANI, 2008b, p.226). Numa perspectiva benjaminiana, esse é o processo de criação do “fetiche mercadoria” e das “fantasmagorias” da cultura capitalista.

De acordo com Galzerani (2008b), as memórias apresentam um paradoxo que precisa ser considerado por aqueles que em suas pesquisas colocam em ação tal conceito. Dessa forma, é preciso observar que

[...] as práticas contemporâneas de memória constituem resistências culturais ao prevalecimento da imagem da História como senhora absoluta do passado - imagem esta centrada na racionalidade técnica -, de outro lado, estas mesmas práticas de memória, fundadas na valorização da subjetividade, muitas vezes, têm corroborado para a radicalização das mesmas subjetividades, fortalecendo as práticas culturais intimistas, que tanto fazem sentido à preservação e ao avanço da modernidade capitalista na contemporaneidade (p. 228-229).

Segundo a referida autora, o diálogo com as contribuições de Benjamin é uma alternativa para enfrentar os desafios que envolvem as discussões sobre memórias no tempo presente. A respeito das memórias em Benjamin, Galzerani (2008b) argumenta

Analista sensível e, ao mesmo tempo, crítico mordaz em relação ao avanço da modernidade capitalista, produz imagens relativas às memórias profundamente questionadoras das tendências culturais modernas, hoje em processo de radicalização. Refiro-me ao individualismo, ao narcisismo, à compartimentalização e à hierarquização das práticas sociais, dos saberes, à derrocada da esfera pública (p. 229).

Em relação às memórias na modernidade capitalista, gostaria de expor também a argumentação de Hadler (2007), com a qual compactuo: “se as possibilidades de experiência têm sido cada vez mais dificultadas na modernidade avançada, as possibilidades de memória também estariam ameaçadas. A faculdade de recordar estaria fragilizada” (p. 202).

Hadler esclarece ainda que,

as relações entre passado e presente, entre passado, presente e futuro, entre o individual e o coletivo, entre verdade e imaginação, entre racionalidade e sensibilidade, entre o voluntário e o involuntário, são relações [...] fundamentais para se pensar nos sentidos da abordagem da memória em nossa sociedade urbana contemporânea, no papel ativo das

memórias na formação de concepções sobre uma época, sobre objetos significativos desta época, nas possibilidades de contribuição da memória para as transformações sócio-culturais que se deseja nesta contemporaneidade, tão marcada pela precariedade de experiências e pelo esvaziamento da noção de sujeito (HADLER, 2007, p.241).

É necessário elucidar também que Benjamin (2012) articula a questão das memórias ao conceito de narrativa, que floresce nas relações sociais, mediada pela experiência pessoal do narrador, interligada a laços afetivos e ao compartilhamento de experiências numa coletividade. A narrativa prescinde de qualquer esforço de explicação sobre os acontecimentos narrados, o ato de interpretar é livre. Essa ausência de explicações é que cria as condições para o essencial numa narrativa, que é intercambiar experiências.

Contudo, a modernidade capitalista inaugura um tempo de declínio e desaparecimento da narrativa e, nesse contexto de rompimento das relações interpessoais, é desenvolvida uma nova forma de comunicação humana, a informação que, para Benjamin, “só tem valor no momento que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele”. A narrativa, ao contrário, “não se esgota jamais [...] conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos” (BENJAMIN, 2012, p.220).

Para Benjamin

O narrador - por mais familiar que nos soe esse nome - não está absolutamente presente entre nós, em sua eficácia viva. Ele é para nós algo de distante, e que se distancia cada vez mais. [...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. É cada vez mais frequente que, quando o desejo de ouvir uma história é manifestado, o embaraço se generalize. É como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (2012, p. 213).

A perspectiva benjaminiana de memória, com todos os seus vieses explicativos, dinamiza a visão de produção de conhecimentos a partir do patrimônio cultural, “entrecruzando diferentes espaços, diferentes temporalidades, diferentes sujeitos, diferentes visões do mundo” (GALZERANI, 2008a, p. 21).

Sobre a relação entre tempo e memória é importante dar relevo aos escritos de Ecléa Bosi em um artigo que propõe uma reflexão sobre a pesquisa em psicologia social da memória. Segundo a autora,

a memória, é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.

O tempo não flui uniformemente, o homem tornou o tempo humano em cada sociedade. Cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa.

Existe a noite serena da criança, a noite profunda e breve do trabalhador, a noite infinita do doente, a noite pontilhada do perseguido.

É verdade, porém, que nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, 'racionalizando' as horas da vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil.

Tal como o tempo social acaba engolindo o individual, a percepção coletiva abrange a pessoal, dela tira sua substância singular e a estereotipa num caminho sem volta (1993, p.281).

A categoria memória articulada à produção de saberes históricos implica ainda em um afastamento da racionalidade técnica e a aproximação com a racionalidade estética, que para Galzerani (2008b)

permite a explicitação de pontos de vista e não de pontos fixos; racionalidade que transforma os tempos passados em tempos redescobertos [...] possibilitando conferir às experiências outrora vividas atualizações de significados (p. 234-235).

É importante sublinhar também, que para Benjamin o cerne das reflexões sobre a memória não é aquilo que é possível rememorar, mas sim saber lidar com o fantasma dos esquecimentos. E assim, “como revelar os fatos esquecidos e apagados pela história oficial?” (GALZERANI, 2008a, p.20).

Somando-se a essas discussões é preciso sinalizar que a partir do patrimônio cultural é possível explicitar o entrelaçamento entre história e memória que

[...] caminham juntas, constroem-se e complementam-se num contínuo movimento que cria e recria interpretações sobre o passado, mediadas por um presente que esconde as articulações que se (re) fazem no movimento e construção da história/memória (PURIFICAÇÃO, 2002, p. 169).

Retomo novamente o conceito de experiência, desta vez na perspectiva thompsoniana, associada a uma noção de cultura que é mais abrangente que um conjunto de atitudes, valores e significados compartilhados e suas formas simbólicas. Para Thompson (1998, p. 17), a cultura “é também um conjunto de

diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; uma arena de elementos conflitivos [...]”.

O campo cultural é plural e constantemente reinventado. Assim, as generalizações esvaziam a cultura, que deve ser associada ao fluxo contínuo de contextos históricos específicos, localizado dentro de um equilíbrio particular de forças, em que resistências, confrontos e negociações estão sempre presentes, pois as culturas são formadas na relação com outras culturas (THOMPSON, 1998).

No tocante ao patrimônio cultural, os discursos e práticas que perpassam a ideia de um passado homogêneo e celebrativo, desconsideram esse dinamismo, movimento e complexidade que caracterizam as culturas. Não obstante, os patrimônios, como espaço imbricado de valores e visões de mundo, suscitam importantes reflexões sobre os silêncios e ausências que envolvem os processos que evidenciam tendências culturais prevaletentes.

Permeando essas discussões, está o termo basilar do pensamento thompsoniano: experiência. Para ele,

[...] as pessoas não experimentam sua experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e de reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Ao partir das ideias thompsonianas é possível reivindicar uma aproximação entre patrimônio e experiência. Em relação aos valores, fundamentais para elucubrar questionamentos feitos ao patrimônio cultural, Thompson ressalta que são “aprendidos na experiência vivida e estão sujeitos às suas determinações” (1981, p. 194).

Conforme Thompson (1981), os valores são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras e expectativas, entre outros, necessárias e aprendidas no ato de viver, na família, no trabalho e na comunidade imediata. (p. 194).

As reflexões benjaminianas e thompsonianas aqui apresentadas nos permitem analisar os processos socioculturais como espaços de constituição de sujeitos inteiros que, por meio de suas experiências, promovem rupturas, resistências e ressignificam os valores e visões de mundo relacionados às tendências culturais homogeneizadoras.

1.4 O PATRIMÔNIO CULTURAL E OS VALORES DA MODERNIDADE CAPITALISTA

Para ampliar as reflexões sobre experiências, vivências e outros conceitos relativos aos processos culturais produtores de visões de mundo e sensibilidades, é de suma importância abordar alguns aspectos que contextualizam a modernidade capitalista, um dos conceitos chave desta pesquisa.

A modernidade tem sua origem localizada no Renascimento Cultural dos séculos XV e XVI, ganha significativo impulso no século XVII com as discussões em torno da “razão” e se fortalece no século XVIII com o Iluminismo. No século XIX, o desenvolvimento tecnológico e industrial garante a expansão da consciência moderna. Nas concepções modernas associadas à plena ascensão do capitalismo industrial, a história é concebida como um futuro emancipador das sociedades humanas através do progresso (LOPES, 2007, p. 27-28).

No Brasil, esse ideário foi amplamente difundido no século XIX, período de intensas instabilidades sociais e culturais provocadas pelo avanço do sistema capitalista no país, com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, a implantação da República e os impactos da Revolução Científica (GALZERANI, 1998).

E, a partir do século XIX, a modernidade estendeu-se por espaços cada vez mais amplos, instituindo tendências predominantes na contemporaneidade. Entre elas, a exacerbação do individualismo, a padronização dos gostos e valores estéticos, a segregação espacial e social, o consumismo, a competição, a efemeridade, a busca da novidade, a obsolescência e o culto ao descartável (HADLER, 2012).

A modernidade capitalista, em suas diferentes dimensões socioculturais e desdobramentos históricos, produziu impactos culturais significativos, engendrando novas percepções sobre as relações entre tempos, ritmos e espaços. E diante de formas específicas de sociabilidades e sensibilidades, os indivíduos tendem a perder uma relação de maior diálogo com a cidade e os seus lugares (HADLER, 2012).

Vale ressaltar, na aproximação desta pesquisa com as ideias benjamianas, que de acordo com Galzerani (2002), foi sobretudo no “Trabalho das Passagens” de 1939, ao analisar as transformações ocorridas em Paris no século XIX, que Benjamin teceu seu conceito de modernidade. O filósofo focaliza a modernidade como a expressão artística e intelectual de um projeto histórico relacionado à ordem burguesa e capitalista. Para ele, o termo “modernização” é contraditório, uma vez que o referido projeto e as novas possibilidades técnicas que emergiram com ele não contemplam questões sociais fundamentais, como o esfacelamento das relações coletivas, a dominação e a opressão.

O conceito de modernidade formulado por Benjamin está intimamente associado ao avanço do sistema capitalista e inclui no bojo das relações sociais de produção, a dimensão cultural, isto é, as visões de mundo e as sensibilidades (GALZERANI, 2002).

Em seus diálogos com as produções benjamianas, Galzerani (1998) salienta ainda que com a modernidade capitalista, a sociedade foi despertada de seu sonho mítico e submetida a uma nova mitologia. Despertada, a sociedade não conhece sua história e vive um sonho coletivo, que entranhado nas relações materiais de produção reverbera nas manifestações culturais por meio de espaços denominados por Benjamin como “casas de sonho”, as fantasmagorias: na moda, no interior das residências, nos cassinos, nos museus, na própria cidade.

Diante das condições de vida que caracterizam a modernidade capitalista,

os sujeitos cada vez mais desligam-se dos lugares, desenraizando-se, como também das pessoas, cada vez menos encontrando-se tanto física como psicologicamente. Diante do avanço da modernidade capitalista, novos desafios foram colocados para o homem, que aturdido, perdia referências importantes de sua sociabilidade (PINTO JR., 2003, p. 44).

Dessa forma, na modernidade predomina uma visão intimista que resulta em um domínio público desprovido de sentido. A imediatez da sensação e da percepção, a experiência impessoal e o individualismo tornam-se preponderantes e o princípio de uma cultura pública se esfacela. Diante do refreamento de experiências, o homem público torna-se um espectador passivo (SENNETT, 1998).

E sobre a relação do quadro de declínio da experiência na modernidade capitalista com as concepções relativas ao patrimônio cultural, Galzerani explicita que

fica flagrante a articulação que ele [Benjamin] realiza entre tal imagem de patrimônio cultural moderno e a “barbárie”, ou, ainda, as ruínas, a caducidade – as mortes, mesmo em vida – que se explicitam e se avolumam na modernidade. Ruínas, portanto, sobretudo no que respeita às relações sociais – ainda que encarando a imagem de barbárie como dialética (2013, p.100-101).

Por este caminho, apresento algumas reflexões do sociólogo Carlos Fortuna (1995), bastante elucidativas para discutir as relações entre modernidade capitalista e patrimônio. Segundo este autor, os valores da modernidade transformaram o modo como os sujeitos se relacionam com o tempo, com suas referências de passado e com a memória. Diante disso, ele questiona a constituição de sujeitos errantes, destituídos de vínculos, que têm suas identidades sociais substituídas por identificações momentâneas e desordenadas. Nesse contexto, a cultura material, que contém valor simbólico e contribui para a formação dos sujeitos, desvinculada do contexto social é incapaz de dar sentido cultural à temporalidade contemporânea.

Sobre as funções e os modos de apropriação e percepção das ruínas, monumentos e museus das cidades por esses “sujeitos errantes”, o autor supracitado aponta que

tendem a ser fundamentalmente percebidos como elementos de estetização dos ambientes vividos na cidade, através do que os indivíduos procuram ou obter níveis elevados de satisfação pessoal, ou alcançar patamares de evasão das suas rotinas, ou ambos (FORTUNA, 1995, p. 6).

Essas questões me instigam a tensionar as relações da cidade com o seu patrimônio a partir de abordagens que problematizam os efeitos fantasmagóricos da modernidade. E para isso, uma das possibilidades é pensar em mediações significativas, em processos de reinvenção e reapropriação das cidades e seus espaços, entrelaçados às questões de memória e de constituição dos sujeitos por meio de suas experiências. A reativação de nossa capacidade de recordar é,

nesse sentido, uma das brechas para repensar a relação que mantemos com a cidade e o patrimônio cultural.

2 A CASA LAMBERT NA HISTÓRIA DA CIDADE E NA RELAÇÃO COM A MODERNIDADE CAPITALISTA

[...] De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta maravilhas, mas a resposta que dá as nossas perguntas.

Ítalo Calvino (1990)

Figura 4- Fotografia do centro histórico de Santa Teresa.



Fonte: Prefeitura de Santa Teresa (2011).

A partir das palavras do escritor italiano Ítalo Calvino, ressalto que são muitas as interpelações que faço a Santa Teresa, por meio de seu patrimônio cultural, especificamente a Casa Lambert. No âmbito desta pesquisa, a cidade é compreendida como espaço de entrecruzamento de temporalidades distintas, de

contradições, tensões e conflitos, sejam eles explícitos ou não. E nessa perspectiva problematizadora, são fundamentais as ações e interações dos diferentes sujeitos que constroem sua história de maneira ativa e dinâmica, (re) inventando e (re) significando os espaços da cidade.

Assim, mais que configurações físico-espaciais e diretrizes do poder público, a cidade apresenta uma função educadora sobre os seus habitantes, instituindo formas específicas de sociabilidade e sensibilidades.²⁰ E dessa forma, partindo do pressuposto de que a cidade não é feita apenas de pedras, mas também de signos e símbolos, a Casa Lambert, no contexto sociocultural de Santa Teresa, é um lugar rico de significados e retrata visões de mundo e expectativas tanto do presente quanto do passado.

A imagem do centro histórico da cidade, por sua vez (Figura 4), me mobiliza a discutir a crescente sedução exercida pelo passado relacionada à lógica capitalista dominante que transforma as memórias em objetos comercializáveis, escamoteando as singularidades espaço-temporais e as relações sociais plurais e contraditórias.²¹ Por conseguinte, é necessário pensar nos fatores que estimulam a preservação do passado e nas construções simbólicas que permeiam o patrimônio de uma cidade e reforçam uma determinada memória coletiva, neste caso elaborada em torno do discurso da italianidade.

É importante destacar que a relação da cidade e dos sujeitos com a cultura italiana pode ser discutida a partir de diferentes pontos de vista. Ao pensar nas dificuldades impostas pelas contínuas transformações capitalistas à memória, as histórias narradas pelos moradores mais antigos aos seus filhos, netos e bisnetos apresentam-se como possibilidades de rememoração na perspectiva proposta por Walter Benjamin. Assim como são fundamentais as ações de diversos grupos sociais que visam à preservação dos elementos que simbolizam as marcas dos seus

²⁰ Sobre a temática da cidade na relação com a produção de conhecimentos histórico-educacionais, cf. LOPES, 2007; HADLER, 2007.

²¹ Essa discussão é proposta pela historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani. Cf. GALZERANI, Maria Carolina Bovério. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008b, p. 226-227.

antepassados²², uma relação fortemente atravessada pela afetividade. E aqui destaco atuação dos Lambert, que empenhados na preservação da memória de sua família e da cidade mantiveram erguida uma casa do século XIX, espremida pelo crescimento urbano.

Entretanto, conforme explicita Guimarães (2013), as práticas socioculturais do passado inscritas no espaço/tempo da cidade evocam referências de uma dada memória e história local que pode resultar na exclusão de histórias plurais, de tensões e conflitos. Esse processo de “colonização do presente pelo passado” é assim definido pela autora

[...] é como se todos que repetem e reafirmam tal versão se tornassem reféns da evocação de um tempo passado e idealizado que não volta mais. Como se fosse possível silenciar os rastros de dissonâncias e as permanências de práticas socioculturais, algumas impregnadas de resistências (p.9).

A modernidade capitalista e seu ritmo célere de transformações inauguram uma noção linear, contínua e progressista de tempo que transforma as experiências em vivências, ou seja, as “experiências compartilhadas em vivências automatizadas, mecânicas, desconectadas do sentido de relação, de troca entre os sujeitos [...]” (LOPES, 2007, p. 55).

Esse processo resulta num “presente cada vez mais transformado em agora”²³, esmaecendo tradições, esfacelando experiências e desvinculando os sujeitos dos bens culturais. Sobre a temporalidade na modernidade capitalista, Galzerani (1998) ressalta que

quanto à visão de tempo, estamos circunscritos ao império do instante, do imediato, da urgência, do culto ao descartável. A flexibilidade dos ritmos e dos olhares temporais (a partir de experiências plurais), bem como a dimensão da duração são, cada vez mais, desqualificadas, degradadas, desprezadas nesta gaiola atemporal atual (p.270).

²² Entre esses elementos, ressalto a língua italiana que faz parte do currículo das escolas de Ensino Fundamental, do 2º ao 9º ano. É importante observar ainda que a língua Talian, uma das autodenominações para a língua de imigração falada nos estados brasileiros onde houve ocupação italiana, é reconhecida como Referência Cultural Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e faz parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), conforme dispõe o Decreto 7387/2010.

²³ Expressão utilizada pela historiadora Nara Rubia de Carvalho Cunha ao se referir às transformações engendradas pela modernidade capitalista nas relações do sujeito com seu tempo e espaço. Cf. CUNHA, 2011.

As considerações anteriores acerca do avanço da modernidade capitalista dão relevo à complexidade e desafios impostos ao pesquisador que problematiza a realidade social a partir de seu patrimônio cultural. Nesse sentido, a cidade de Santa Teresa por apresentar aspectos bucólicos de uma cidade do interior, com hábitos e ritmos muito diferenciados dos grandes centros urbanos, pode parecer desvinculada dos processos de modernização capitalista. Entretanto, são muitos os elementos que contribuem para a efetivação dos valores da modernidade capitalista e que “buscam impedir-nos de deixarmos nossas marcas na cidade, tornando a nossa relação com aquele espaço, uma relação atravessada pela fantasmagoria, pelo distanciamento entre sujeito e experiências coletivas” (CUNHA, 2011, p. 21).

O diálogo com a história local proposta nesta pesquisa não configura um trabalho isolado, ao contrário, traz “à tona a imbricação, não isenta de tensões, do singular, do específico, do local, com o geral, com o global, com os traços mais preponderantes do fluxo dos acontecimentos nacionais e/ou internacionais do período” (HADLER, 2007, p.19).

A historiadora Adriana Lucena (2007), ao analisar a ocupação territorial e as referências culturais dos imigrantes italianos no Espírito Santo, ressalta que “a colonização europeia no estado acontecia paralela às modificações urbanas em fins do século XIX e início do século XX” (p. 17). Nesse ponto de vista, as transformações que caracterizaram o desenvolvimento capitalista contribuíram para delinear as condições de surgimento dos núcleos coloniais, bem como o desenvolvimento da economia local em torno da cultura cafeeira. A dificuldade de Virgílio Lambert em desenvolver a sericicultura, que será explicitada mais adiante, evidencia esses aspectos.

Em relação aos impactos do crescimento urbano sobre a história e memória da cidade, o artigo intitulado “Santa Teresa: quando o futuro está no passado”, publicado na Revista Você, em 1995, é bastante elucidativo. De acordo com o autor Joca Simonetti, Santa Teresa, conhecida no Espírito Santo e no Brasil como a terra do naturalista Augusto Ruschi, do Museu de Biologia Mello Leitão e dos colibris, apresentava, na década de 1990, um quadro de degradação ambiental crescente. O autor sublinha que foi principalmente a partir da década de 1980 que o crescimento acelerado do núcleo urbano provocou alterações profundas na organização dos

diferentes espaços da cidade, na apropriação da natureza e nas relações sociais. Conforme Simonetti

Hoje, a natureza do cinturão verde que cerca a cidade já não é mais a mesma: as quaresmeiras - belas árvores esguias que só florescem na época da quaresma e são uma das marcas da cidade - são substituídas por plantações de café e loteamentos; espremida no pequeno vale cortado pelo rio Timbuí, a cidade cresce para as montanhas e empilha as casas em prédios de dois e três andares - feitos sem nenhuma arte - que escondem a cidade (1995, p. 28).

Diante desse quadro, Simonetti (1995) considera fundamental a aproximação com as marcas da colonização italiana para despontar o turismo, identificado como grande potencialidade de crescimento para a cidade. Assim, o artigo apresenta uma ideia de desenvolvimento baseada em um futuro engendrado pela valorização do passado. A deterioração dos valores tradicionais, o rompimento da comunidade com o seu passado, a perda de contato com a realidade e a desagregação dos grupos sociais também são aspectos explicitados no texto. Ao tratar da necessidade de ações efetivas por parte do governo municipal na preservação da memória da imigração italiana, Simonetti (1995) destaca que os imóveis dos imigrantes estavam entregues aos seus moradores sem nenhuma assistência do poder público. Entre esses imóveis, o autor dá relevo a Casa Lambert, utilizada no folder de divulgação da cidade.

Analisando as ideias apresentadas no artigo, identifiquei os efeitos racionais e sensíveis modernos que afetam as formas de viver e desfrutar a cidade e seus espaços. A visão progressista da história ligada a um futuro emancipador também está presente na narrativa. Dessa forma, para o autor “o passado deverá ser a mola propulsora do futuro social e turístico de Santa Teresa” (SIMONETTI, 1995, p. 33).

Permeando as reflexões acima, está o tempo das discontinuidades, das sensações de instabilidade e da transitoriedade que caracterizam a modernidade e seus efeitos fantasmagóricos sobre a relação entre os sujeitos e destes com a cidade, um processo que resulta em memórias fragilizadas e no esvaziamento das experiências coletivas plenas de significado.

Por conseguinte, a análise histórica da transformação de um espaço de habitar em patrimônio cultural, registrado em documentos oficiais, em diversas produções

culturais ou nas memórias dos habitantes da cidade, possibilita importantes reflexões sobre a história e cultura local na relação com a modernidade e valoriza a participação dos sujeitos históricos, produtores de visões de mundo e sensibilidades relacionadas ao seu espaço e tempo.

2.1 AS PRODUÇÕES QUE FOCALIZAM O OBJETO DE PESQUISA

Buscando contextualizar meu objeto de pesquisa, pretendo destacar alguns aspectos que circunstanciam a construção da casa que se tornou símbolo da história e memória da imigração italiana em Santa Teresa e no Espírito Santo. Para isso, utilizo produções de cunho memorialístico, literário e acadêmico que abordam diferentes aspectos que permeiam o processo migratório, a fundação do núcleo Timbuhy, as casas dos imigrantes italianos e, especificamente, a Casa Lambert.

Entretanto, é necessário explicitar que as obras destacadas ao longo do texto referem-se a diferentes contextos de produção e lugares sociais específicos. Algumas são baseadas em modelos mais tradicionais da historiografia e outras, de perspectiva memorialística, não estão alicerçadas nos critérios teórico-metodológicos que orientam a escrita acadêmica. Portanto, diversos trabalhos aqui destacados, não se constituem como referências historiográficas para esta dissertação, mas possibilitam a compreensão das diferentes narrativas relativas à imigração europeia para o Espírito Santo, especialmente a italiana, e da história de Santa Teresa.

Sobre a utilização de diferentes narrativas relativas à história local, destaco os escritos de Lopes (2007)

[...] muito se tem produzido sobre as cidades, mundialmente, seja por interesse de instituições governamentais que objetivam a construção de uma história nacional e de uma memória oficial; pela imaginação de inúmeros literatos; por interesses comerciais, informativos e propagandísticos; por uma intelectualidade em muitos casos compromissada com os interesses de grupos dominantes locais, regionais e/ou nacionais; por “historiadores amadores” e memorialistas, dentre outros. Em síntese, produções oriundas a partir dos mais variados interesses e contextos e que, como discursos elaborados e divulgados, dizem respeito à

construção de identidades, à divulgação de visões de mundo e de cidade. Acredito que tais obras se constituem, também, em fontes preciosas para a pesquisa [...] É possível que o pesquisador, ao analisar tais obras e considerá-las fontes históricas, partindo de uma perspectiva qualitativa, afirme o seu estatuto de documentos de uma época (p.14-15).

Os relatos memorialísticos²⁴ contribuem para a compreensão do papel dessas obras como instrumentos representativos da história da cidade e de seus habitantes, pois suas percepções históricas geralmente permeiam as ações dos governos municipais, orientam as práticas pedagógicas e a definição de conteúdos presentes nos materiais didáticos. Os autores memorialistas geralmente são pessoas conhecidas na cidade e gozam de grande credibilidade entre os habitantes e, suas obras, que registram a memória local e eternizam a importância de pessoas e acontecimentos, constituem-se como discursos que se aproximam dos leitores e se transformam em verdades históricas. O confronto entre essas obras, os documentos e pesquisas acadêmicas podem possibilitar o rompimento com versões sacralizadas da história do Espírito Santo e de Santa Teresa.

Revisitando as produções sobre a história do Espírito Santo, ressalto inicialmente a obra de João Batista Cavati (1973) que se refere à imigração italiana como um grande movimento constituído por uma sequência de etapas determinadas que alteraram profundamente o interior do estado do Espírito Santo, desde a margem sul do Rio Doce até os limites dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O autor destaca, no contexto da década de 1970, as escassas produções sobre a história da imigração italiana no Espírito Santo. Sua obra se limita a narrar os aspectos que promoveram a imigração e a criação das colônias, entre elas, Santa Teresa.

Seguindo a mesma perspectiva, a obra de Luiz Serafim Derenzi (1974), publicada no centenário de Santa Teresa²⁵, focaliza as crises enfrentadas na Itália, a situação econômica do Espírito Santo, as primeiras expedições e a formação dos núcleos coloniais. O autor dedicou um capítulo do livro para descrever o processo de fundação de Santa Teresa.

²⁴ Entre os estudos que destacam e caracterizam as obras de cunho memorialístico, cf. LOPES. Eliane Marta Teixeira. Memória e estudos autobiográficos. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 47-61, 2003; VASCONCELOS, José Antonio. História, ética e discurso memorialista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>. Acesso em: 12 out. 2015.

²⁵ Esta data considera os colonos da expedição empreendida por Pietro Tabacchi como os primeiros colonos a ocupar a região do Timbuhy, mesmo antes da criação do núcleo colonial. Essa questão será discutida no item referente à fundação de Santa Teresa.

Maria Stella de Novaes (1980), cuja produção se aproxima dos estudos folclóricos, aborda a temática da imigração italiana para o Espírito Santo a partir de uma descrição linear e progressista de fatos relativos à fundação dos núcleos coloniais, entre eles, o que deu origem a Santa Teresa. Nesse sentido, a autora apresenta uma abordagem das culturas populares que desconsidera os conflitos e tensões que envolvem a constituição da identidade espírito-santense.²⁶

Na produção acadêmica relativa à historiografia espírito-santense sobre a imigração estrangeira, ressalto a dissertação de mestrado de Gilda Rocha (1984) que explica o movimento migratório ocorrido no Espírito Santo a partir das oscilações nas políticas implementadas pelo governo brasileiro entre os anos de 1847 e 1896. Com um enfoque voltado para as condições econômicas da região, a autora dividiu a história da imigração estrangeira no Espírito Santo em três fases, apontando a articulação entre geral e o regional.

A primeira fase, de 1847 a 1881, assinala a criação das colônias oficiais de pequenas propriedades: Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castello. A segunda fase, de 1882 a 1887, representa o momento em que os auxílios e facilidades concedidos aos imigrantes foram abolidos e o Espírito Santo foi subordinado aos interesses da lavoura cafeeira paulista. A terceira fase, de 1888 a 1896 é caracterizada pela ação direta das autoridades de Vitória que solicitaram e favoreceram a imigração para as fazendas de café ou novos núcleos coloniais.

Merecem relevo ainda os artigos produzidos por Adilson Avansi de Abreu (1987), Luís Alberto De Boni (1998) e Sebastião Pimentel Franco (1998) que também salientam os aspectos econômicos imbricados nos projetos provinciais que envolviam o estabelecimento de imigrantes europeus no Espírito Santo.

O artigo da historiadora Adriana Lucena (2007), intitulado *Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural* apresenta uma aproximação com esta dissertação ao questionar aspectos consagrados na historiografia

²⁶ A biografia da intelectual espírito-santense Maria Stella de Novaes e sua obra escrita é analisada e contextualizada no momento histórico e ambiente intelectual em que foi produzida na tese da historiadora Juçara Luzia Leite. Cf. LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense do século XX. 2002. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

capixaba, como a generalização da ideia de vazios demográficos. A autora empreende um mapeamento da ocupação territorial e identificação das referências culturais atribuídas aos imigrantes italianos no Espírito Santo, registrando as especificidades do processo capixaba, mas ao mesmo tempo inserindo-o, no contexto nacional.

A professora Maria Cristina Dadalto também desenvolveu pesquisas que problematizam a imigração italiana no Espírito Santo. No artigo intitulado *O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído?* (2008) a autora discute, a partir de obras literárias, o mito da italianidade construído na representação da identidade capixaba, apresentando uma perspectiva plural do processo de formação e desenvolvimento do território capixaba. E no texto *Trajetórias migrantes: ambivalência na interação 'nós' e os 'outros'* (2011), Dadalto desenvolve reflexões, com base em depoimentos de migrantes estrangeiros e nacionais e seus descendentes, que evidenciam a diversidade étnica que construiu as relações sociais e culturais no Espírito Santo.

O professor Luís Busatto (1998), discute as razões da emigração italiana, o contexto capixaba que favoreceu o incentivo à vinda dos camponeses italianos e a chegada dos primeiros colonos. O foco de análise do autor é a formação da identidade dos descendentes dos imigrantes italianos, que de forma crescente e desenfreada solicitavam no final do século XX a dupla cidadania. Para ele, esse processo liga-se à busca de uma identidade que envolve a reivindicação de uma cultura própria e singular em tempos de crescente urbanização, consumismo e outros aspectos ligados ao capitalismo altamente desenvolvido. O autor ressalta que “os descendentes dos imigrantes italianos são brasileiros, falam o português e se comportam como consumistas norte-americanos” (p.294).

No Livro *Nomes e raízes italianas*, Busatto (2010) analisa a documentação primária relativa à história da imigração, explicitando seus usos e significados em um tempo histórico específico, o século XIX. Passaportes, certidões de casamento, cartas, títulos de terra e fotografias são pesquisados pelo autor na produção dessa obra. *Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo*, uma reunião de artigos publicados em diversos periódicos é outro trabalho de Busatto (2002) que fornece embasamento para esta pesquisa ao discutir os aspectos que impulsionaram a

imigração italiana, as dificuldades enfrentadas pelos colonos, e principalmente, as diferentes versões da fundação de Santa Teresa e do nome da cidade, ressaltando novos estudos e descobertas baseadas na ampliação das fontes de pesquisa.

A obra de Grosselli (2008), importante referência para os estudos sobre a história da imigração italiana no Brasil, baseia-se em fontes primárias obtidas em arquivos trentinos e brasileiros, especialmente o APEES. Publicada originalmente em italiano na Província de Trento em 1987, a obra traduzida em português foi lançada pelo APEES em 2008, como parte da comemoração de seu centenário. Em sua tessitura, o autor focaliza a complexa realidade da sociedade trentina nas últimas três décadas do século XIX e a sociedade capixaba do mesmo período, destacando a atuação dos imigrantes nos projetos de construção de um Brasil moderno.

É importante mencionar ainda o relatório do Cônsul Real em Vitória, Carlo Nagar (1995), publicado em Roma em abril de 1895, traduzido e editado pela primeira vez em português pelo APEES. O documento, importante para a compreensão do processo histórico de imigração italiana para o Espírito Santo, apresenta importantes informações sobre a administração dos núcleos coloniais, o serviço de imigração e a situação dos imigrantes nos núcleos coloniais distribuídos em vários pontos do território espírito-santense, em fins do século XIX.

O livro *Viagem ao Espírito Santo* (1888) que reúne os relatos de viagem da princesa Teresa da Baviera em sua passagem pelo Espírito Santo, também se afigura como importante fonte para a pesquisa histórica, ao apresentar uma análise geográfica, naturalista e etnográfica do Espírito Santo no século XIX. Contudo, a referida obra deve ser historicizada, considerando as motivações, os interesses e os valores culturais europeus implícitos na produção da narrativa.

Dessa forma, a utilização de relatórios consulares, relatos de viagem e memorialistas em pesquisas históricas mais que ilustração de uma realidade, possibilitam a problematização de imagens consagradas no imaginário sociocultural e de perspectivas contemplativas e saudosistas do passado. E seguindo essa perspectiva cito Thompson, que em suas considerações sobre o trabalho do historiador ao interpelar o objeto de pesquisa e as fontes, aponta

[...] o historiador tem um tipo diferente de lógica: adequado aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num único momento – manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas (THOMPSON, 1981, p. 48).

Entre os autores memorialistas que focalizaram suas pesquisas especificamente na história de Santa Teresa, merece relevo o livro do advogado Frederico Müller, publicado pela primeira vez em 1925, na ocasião dos festejos de cinquenta anos de fundação da vila de Santa Teresa, e reimpresso no ano 2000, como parte da coleção Cadernos de História do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Müller (2000) destaca, entre outras questões, a expedição Tabacchi, o contexto de chegada dos primeiros colonos, o nome da cidade, os desafios enfrentados pelos colonos nos primeiros anos de formação da vila, as primeiras construções. Em diversos momentos o autor refere-se à atuação e participação de Virgílio Lambert em decisões que envolviam a coletividade. Em relação à Casa Lambert, o autor destaca que “entre os colonos, a primeira casa de tabuinhas e que ainda existe foi a de Virgílio Lambert” (MÜLLER, 2000, p. 32).

O advogado Luiz Carlos Biasutti (1991, 1994, 2005), também salientou em seus trabalhos o contexto de fundação do núcleo colonial Timbuhy e o nome da cidade, além de apresentar uma descrição cronológica de fatos históricos referentes ao município, a partir de depoimentos orais e diversos documentos.

A cientista social Sandra Gasparini (2008, 2015) por sua vez, também tem se dedicado a pesquisar aspectos históricos e culturais relativos à imigração italiana em Santa Teresa. Suas obras, por meio de pesquisa documental e revisão bibliográfica, explicitam o processo migratório e o contexto de fundação da cidade. Além disso, ressaltam os múltiplos aspectos que marcam o cotidiano dos colonos como os casarios, as estradas, a relação com a natureza, o modo de viver e as tradições. A autora também dedica atenção especial à fotografia como importante fonte para desvelar a história da cidade.

A busca por trabalhos acadêmicos voltados para a história de Santa Teresa e seu patrimônio não apresentou amplos resultados. O trabalho que mais se aproxima da minha pesquisa é a dissertação de mestrado da professora Simone Zamprognio Scalzer (2014) que investiga a configuração do núcleo colonial Timbuhy (Santa Teresa) a partir de projetos do governo provincial e a imigração para a região, especialmente a italiana. A pesquisa aborda o contexto do norte da Itália e do Espírito Santo no século XIX, o processo de preparação do núcleo colonial, o estabelecimento dos primeiros imigrantes e a distribuição dos lotes e se estende até a emancipação política de Santa Teresa em 1891. Nesse caminho, problematiza alguns mitos fundadores da cidade que povoam o imaginário social.

Por último, e não menos importantes, ressalto as obras literárias *Karina*, de Virgínia Tamanini e *Canaã* de Graça Aranha como importantes fontes que revelam o cotidiano, os conflitos e as conquistas dos imigrantes europeus que se estabeleceram em terras do Espírito Santo no século XIX. Ressaltando mais uma vez o diálogo com a História Cultural, a obra literária relacionada a outros textos e ao contexto em que foi produzida oportuniza reflexões sobre as experiências dos homens no tempo, tornando-se uma fonte documental privilegiada para se pensar a história.

Nessa perspectiva, o romance *Karina* de Virgínia Tamanini (1981), ambientado no Vale do Canaã, retrata ficcionalmente a história de vida de imigrantes italianos que vieram para o Espírito Santo e se estabeleceram no núcleo Timbuhy. A narrativa, que tem início na Itália, em meio ao alvoroço e à excitação provocados pelas promessas de riqueza e prosperidade de Pietro Tabachi, destaca as dificuldades enfrentadas nas longas viagens, os conflitos e inquietações que envolviam uma viagem rumo ao desconhecido e a complexa realidade que encontraram no Espírito Santo.

A obra *Canaã* de Graça Aranha²⁷ (2002) por sua vez, registra a vida da comunidade de imigrantes alemães na Colônia de Cachoeiro de Santa Leopoldina. A partir da

²⁷ Em 1890, com apenas 22 anos de idade, o maranhense Graça Aranha foi nomeado como juiz municipal de Porto do Cachoeiro (Santa Leopoldina) e lá permaneceu por alguns meses. É exatamente Porto do Cachoeiro, o cenário central do romance *Canaã* que aborda tensões que envolvem a imigração europeia para o Espírito Santo. Publicado pela primeira vez no Brasil em 1902, o romance é considerado um marco do pré-modernismo brasileiro.

história das personagens Milkau e Maria, que se lançam numa aventura de fuga para viver um grande amor, o autor contempla situações sobre a abertura da estrada que ia de Porto de Cachoeiro, sede da Colônia Santa Leopoldina, ao núcleo Timbuhy.

A arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo e, mais especificamente as casas dos colonos, é uma temática que aparece em diversas obras explicitadas acima. Entretanto, destaco os trabalhos de Júlio Posenato (1997, 1998) e Maria Izabel Perini Muniz (1998, 2009) que se referem particularmente à relação entre a arquitetura e cultura a partir dos projetos de vida dos imigrantes, o apego à tradição e a necessidade de adaptação. Além disso, relacionam a casa do imigrante com os aspectos econômicos, sociais e culturais que caracterizavam a realidade brasileira e espírito-santense no final do século XIX e início do século XX. A Casa Lambert, aparece nessas obras como referência das formas construtivas utilizadas pelos colonos em suas residências.

A dissertação de mestrado de Maria Isabel Filippin (2007) apresenta considerações sobre os significados e as transformações do espaço de habitar do imigrante, na relação com sua cultura no contexto da Região Colonial Italiana, no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ao abordar a morada do imigrante italiano como espaço vivido permeado por subjetividades e múltiplos valores, as reflexões da autora também contribuem para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O ESPÍRITO SANTO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A imigração de milhares de italianos para o Espírito Santo na segunda metade do século XIX deve ser analisada a partir do entrecruzamento de uma multiplicidade de aspectos que envolvem a realidade brasileira e italiana. Dessa forma, foi impulsionada, por um lado, pelas condições socioeconômicas estabelecidas na Itália num contexto caracterizado pelas guerras que marcaram o processo de unificação e

o desenvolvimento do capitalismo industrial que impôs condições desfavoráveis ao camponês do norte da Itália (GROSSELLI, 2008; DE BONI, 1998; FRANCO, 1998).

Por outro lado, no Brasil, o quadro que se configurava também era complexo. A imigração europeia em massa ocorreu concomitantemente a um conjunto de mudanças que caracterizaram a transição do regime monárquico para o republicano, a supressão do tráfico negreiro e a posterior abolição da escravatura, com substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (BUSATTO, 1998; DE BONI, 1998).

Conforme Galzerani (1998), a segunda metade do século XIX marcou o avanço da modernidade capitalista no Brasil e seus ideais progressistas e civilizatórios expressos em projetos que focalizavam a industrialização, a urbanização e a imigração como importantes processos sociais.

Diante de amplas transformações, coexistiram no Brasil, a partir de meados do século XIX, duas políticas imigratórias: uma atendia às necessidades dos grandes proprietários, interessados em mão de obra substitutiva ao trabalho escravo na grande lavoura cafeeira e fundamentou a tônica das ações governamentais em quase todas as suas esferas; a outra se baseava no princípio de povoamento com europeus, voltada para a pequena propriedade policultora (ABREU, 1987). Todavia, é necessário ressaltar que a necessidade de mão de obra para a lavoura foi o principal fator incentivador da imigração (FRANCO, 1998).

O Espírito Santo, conforme as análises empreendidas por Abreu (1987) apresentou, ao receber grandes levas de imigrantes europeus na segunda metade do século XIX, uma “experiência contrastante e original” (p.192) em relação a outros estados brasileiros ao combinar o sistema de povoamento fundamentado na pequena propriedade com uma base econômica apoiada na cafeicultura voltada para a exportação.

Vale ressaltar que uma ideia recorrente na historiografia capixaba é a existência de uma grande quantidade de terras devolutas²⁸ no Espírito Santo do século XIX,

²⁸ Não cabe aqui aprofundar os meandros dessa questão, mas é importante mencionar que o governo imperial considerava as terras indígenas como terras devolutas. Cf. SCALZER, 2014; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista**

explicada em parte pelo papel de zona defensiva destinada à província com o desenvolvimento da mineração na região de Minas Gerais, que resultou em povoamento disperso limitado ao litoral (ABREU, 1987).

Entretanto, a generalização da ideia de “vazios demográficos” é questionada por Lucena (2007) que, no tocante à ocupação territorial do Espírito Santo, destaca o papel das narrativas que se referem aos imigrantes europeus como o principal grupo colonizador das terras capixabas, uma visão que exclui os negros e os indígenas do Espírito Santo²⁹. Nesse sentido, é preciso considerar que com a imigração além de mão de obra para a lavoura, pretendia-se forjar uma “identidade nacional, onde a nação ideal era branca, livre, católica e trabalhadora, características atribuídas aos europeus (p. 26). Ainda segundo Lucena (2007)

A vinda de migrantes europeus para as terras capixabas teve, de fato, um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade local. É preciso, porém, ter cuidado ao analisar a bibliografia sobre esse tema, visto que algumas dessas obras valem-se da tese do “vazio demográfico”, ignorando a presença das tribos indígenas que habitavam a região (p. 25).

Nessa mesma perspectiva, Dadalto (2008), ao problematizar a representação da identidade capixaba fundada numa narrativa mítica em torno da italianidade, define a formação e desenvolvimento do território do Espírito Santo como

um intenso movimento migratório e transmigratório interno de representantes de etnias europeias — portugueses, italianos, prussianos, suíços, alemães, pomeranos, hanoverianos, poloneses, entre outros —, além de sírio-libaneses, e de levas e levas de negros africanos. Também inseridos nesse processo, migrantes brasileiros de Minas Gerais, do Nordeste, do Rio de Janeiro, bem como os indígenas que já habitavam o local (p. 150).

A autora sublinha que “a maioria absoluta dos imigrantes e migrantes nacionais começa a chegar ao Espírito Santo a partir de meados do século XIX, originando uma identidade multicultural [...]” (DADALTO, 2008, p.150).

Brasileira de História, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 153-169, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10915.pdf>> Acesso em: 25 abr.2015.

²⁹ Conforme Lucena (2007) é possível identificar duas narrativas distintas na historiografia capixaba. A primeira e mais forte, baseada na história econômica, atribui aos imigrantes europeus a colonização e desenvolvimento do Espírito Santo. A segunda, fundamentada em pressupostos da história cultural, considera a presença indígena e discorda da generalização de “vazios demográficos”. Cf. LUCENA, Adriana. Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. **Patrimônio: Práticas e Reflexões**. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2007. Edições do Programa em Especialização em Patrimônio do IPHAN.

Dadalto (2011) explicita ainda que

a configuração do amálgama sociocultural que redesenhou o desenvolvimento do Espírito Santo tem seu marco no segundo quartel do Dezenove, quando o governo busca alternativas para transformar economicamente o estado e inicia o processo de assentamento de imigrantes estrangeiros, sobretudo europeus. No período, também se estabeleceram migrantes nacionais – contudo, idealizando seus próprios roteiros, afastados que eram das iniciativas públicas (p. 27).

É importante salientar que na segunda metade do século XIX, as leis restritivas ao tráfico negreiro e as baixas constantes no contingente de trabalhadores devido aos surtos de febre amarela, varíola e cólera resultaram em escassez de mão de obra na lavoura. Além disso, os trabalhadores estavam absorvidos na produção de café, açúcar, aguardente e farinha, havendo necessidade de fomentar uma produção agrícola mais diversificada que atendesse às necessidades da população (FRANCO, 1998, p.30-31). O incentivo à imigração europeia, insere-se nesse conjunto de transformações na realidade nacional e seus desdobramentos no Espírito Santo.

Sobre o processo de imigração italiana para o Espírito Santo no século XIX, sobretudo a imigração trentina, Grosselli (2008) destaca que foi a partir de 1874 que o fluxo de imigrantes do norte da Itália (Figura 5) para a América tornou-se intenso.

Figura 5- Mapa da Itália. Trentinos, vênéticos e lombardos se destacaram no processo migratório para o Espírito Santo.



Fonte: Página Imigrantes Italianos.

Em sua abordagem, o autor apresenta os múltiplos aspectos que motivaram milhares de italianos a se desvincularem de sua pátria, das suas tradições culturais e muitas vezes de sua família para se lançarem numa viagem rumo ao desconhecido.

De acordo com Gasparini (2015)

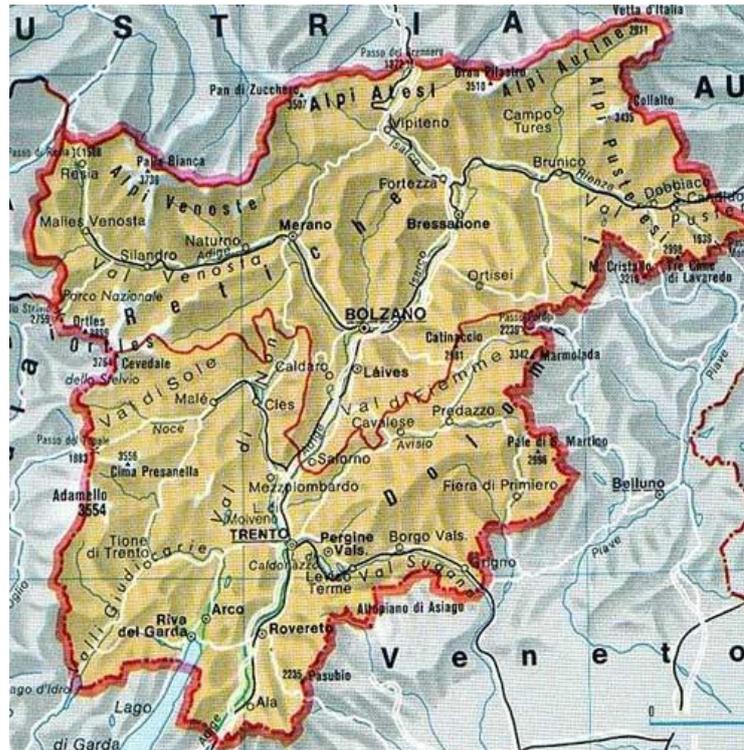
A história do povoamento de imigrantes no Espírito Santo, a partir de 1874 e 1875, pode ser considerada um marco no que tange à imigração em massa. Desde o terceiro quartel do século XIX, os imigrantes italianos e austríacos de cultura italiana, os tirolezes, entraram no Espírito Santo em grande número, principalmente para Santa Leopoldina e depois Núcleo do Timbuhy (p.37).

Em relação ao Trentino³⁰ (Figura 6), Grosselli (2008) destaca que o século XIX representou uma fase de transformações em que múltiplos fatores se enredaram na

³⁰ Atualmente, a Província Autônoma de Trento, no extremo norte da Itália, encontra-se politicamente unida à Província Autônoma de Bolzano, formando a região denominada Trentino-Alto Ádige. No século XIX, o Trentino, terra de fronteira entre o mundo alemão e o mundo austríaco esteve subordinado ao domínio estrangeiro, sobretudo austríaco, que perdurou até a derrota do Império austro-húngaro na Primeira Guerra Mundial em 1918. Para ampliar informações sobre essa temática cf. Grosselli, 2008, p.21-28; CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos alpes do tirol à serra gaúcha: a**

configuração de um cenário de crise. Entre eles, as lutas visando à emancipação da tutela austríaca e o cenário de guerras e conflitos oriundo do processo de unificação italiana³¹ (GROSSELLI, 2008).

Figura 6- Mapa do Trentino- Alto Ádige, que por ocasião da imigração italiana para o Espírito Santo era domínio da Áustria.



Fonte: Página Turitalia.

Os desafios impostos pelo avanço capitalista a uma sociedade predominantemente agrícola, também foi motivador da crise que estimulou milhares de italianos a emigrarem. De acordo com Grosselli (2008)

O novo sistema de produção capitalista revolucionou as relações sociais e econômicas consolidadas há séculos. [...] Surgiam novas necessidades, novos ideais, um novo modo de viver e de relacionar-se com a sociedade, a natureza e a divindade (p.43).

Ainda no tocante ao desenvolvimento capitalista, Franco (1998) aponta que o processo de industrialização na Itália da segunda metade do século XIX, ocorreu

questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918). 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2014.

³¹ Sobre a crise da unificação italiana cf. DE BONI, Luís Alberto de. Imigração italiana no Espírito Santo. In: CASTIGLIONE, Aurélia Hermínia. **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998.

fundamentalmente no norte, onde a concentração de terras em grandes propriedades e a mecanização da lavoura desencadeou o barateamento da produção e a eliminação, pela concorrência, do pequeno produtor. Além disso, houve uma elevação dos impostos sobre a terra, compelindo os pequenos proprietários a contraírem empréstimos que os levaram ao endividamento e desemprego.

Assim, “as vidas de grandes massas de homens estavam mudando nas cidades e nos campos do norte. [...] As relações capitalistas invadiram os campos, acrescentando-lhes numerosos vetores” (GROSSELLI, 2008, p. 44).

A esse quadro de mudanças introduzidas pelo desenvolvimento do capitalismo somaram-se outras questões que resultaram na crise do modelo social camponês como a pressão demográfica em um território pobre de recursos, a crise econômica caracterizada pelo declínio da sericultura e vinicultura, as dificuldades comerciais, as enchentes, os altos impostos e o serviço militar que deslocava o camponês de suas propriedades.

Considerando a situação descrita acima, a solução encontrada por milhares de trentinos era a emigração, temporária ou definitiva (GROSSELLI, 2008). Assim,

um processo de rápida depauperação da economia camponesa atingiu o Trentino por volta da metade do século XIX, estendendo suas consequências quase até o fim do século. Milhares e milhares de camponeses foram privados de suas propriedades e forçados a vagar pela Europa e pelo mundo em busca de trabalho, ou mesmo apenas de comida (GROSSELLI, 2008, p. 52).

A emigração transoceânica teve início no Trentino por volta dos anos 1860, quando são identificados alguns casos de emigração definitiva que tinham como principal destino a América. A direção do fluxo migratório pode ser explicada pela publicidade que vários países fizeram, no Trentino e em outras regiões da Europa, sobre suas experiências de colonização e também pela divulgação feita pelos próprios emigrados, sobretudo por meio de cartas que forneciam informações sobre o destino, muitas vezes “expressão de entusiasmo momentâneo” (GROSSELLI, 2008, p. 75).

No Brasil, os italianos espalharam-se por todo o país, exercendo papéis sociais diversos no campo e na cidade. Nesse caso, houve aqueles que ficaram na cidade por serem de procedência urbana e exercerem profissões que se coadunam aos cenários urbanos e também aqueles que, mesmo desprovidos de uma experiência profissional urbana, preferiram procurar trabalho nas cidades ou para elas mudaram depois de experiências malogradas no campo. A maior parte dos imigrantes, entretanto, se estabeleceu em áreas rurais, em pequenas propriedades denominadas prazos ou colônias ou como trabalhadores nas grandes fazendas (BUSATTO, 1998; DE BONI, 1998).

A migração europeia no Espírito Santo teve início na primeira metade do século XIX, a partir dos incentivos do governo imperial, que em seu projeto de colonização do Brasil pretendia fundar colônias baseadas na pequena propriedade (LUCENA, 2007). Dessa forma, “o Espírito Santo se beneficiou dessa política devido às extensas áreas escassamente povoadas e principalmente devido à intervenção do governo provincial [...]” (LUCENA, 2007, p. 27).

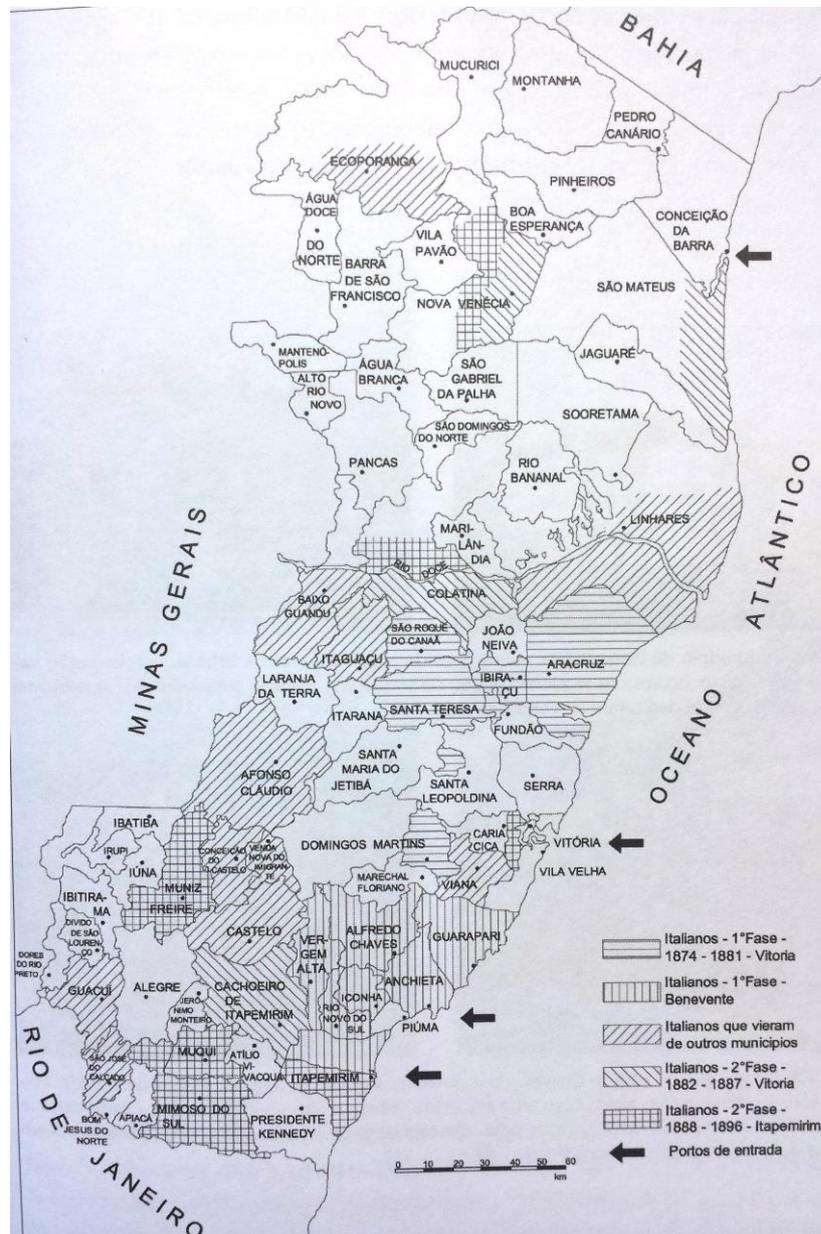
O projeto colonizador no Espírito Santo assinala a presença de açorianos na colônia de Santo Agostinho, hoje Viana, em 1812. Os alemães foram primeiros a percorrerem os caminhos do litoral em direção ao interior do Espírito Santo e, assim, em 1847 criaram o núcleo de Santa Isabel. Em 1854 é fundada a colônia de Rio Novo e o ano de 1856 marca o surgimento da colônia de Santa Leopoldina com holandeses, suíços e alemães pomeranos (BUSATTO, 1998, p. 309).

Os italianos começaram a chegar em 1874 (Figura 7) e a partir de 1875 o movimento imigratório ganhou vulto com a chegada de grandes levas de colonos. Inicialmente, a colonização italiana se processou em duas colônias pré-existentes: uma no sul, a de Rio Novo, outra mais para o norte, a de Santa Leopoldina. Dentro da colônia Santa Leopoldina foram fundados os núcleos Timbuhy, hoje Santa Teresa e o núcleo de Santa Cruz, atualmente o município de Ibirajuba (BUSATTO, 1998, p. 309).

Segundo Lucena (2007) “parte significativa desses migrantes instalaram-se em pequenas propriedades e dedicaram-se ao cultivo do café, o que proporcionou ao

Espírito Santo a inserção no contexto da economia nacional em fins do século XIX e início do século XX” (p. 28).

Figura 7- Mapa do estado do Espírito Santo. Ocupação territorial de migrantes italianos no século XIX.



Fonte: Lucena (2007).

Em relação à distribuição dos imigrantes no território capixaba, Carlo Nagar, Cônsul Real em Vitória, destaca em seu relato de 1895 que aos colonos era dada a possibilidade de escolha do local e das condições de trabalho.

Os imigrantes podem requerer um lote de terreno a colonizar, podem ser colocados como meeiros ou, ainda, optar por serem encaminhados àqueles centros que precisam de diaristas. São, portanto, reunidos, em grupos de acordo com seu destino e enviados pela costa ao ponto mais próximo da localidade a que são destinados, tais como: Benevente e Itapemirim pelo sul, e Santa Cruz, Rio Doce e São Mateus pelo norte (NAGAR, 1995, p. 45).

Em relação ao transporte dos colonos para os núcleos coloniais, Muniz (2009) esclarece

No Espírito Santo os navios atracavam nos portos de Benevente, Piúma, São Mateus e Vitória. A partir daí, em canoas, os imigrantes dirigiam-se até as proximidades do núcleo da colônia a que eram destinados. Depois, o percurso era completado a pé, por trilhas abertas junto aos rios, no meio das matas (p. 80).

Ao traçar um quadro da situação dos italianos que pleiteavam lotes de terra e se deslocavam para as colônias, o Cônsul Nagar refere-se aos inconvenientes e limitações que marcam o desenvolvimento da política imigratória no Espírito Santo. Assim,

[...] para alcançar o ponto da costa a qual foram destinados, são embarcados em velhos barcos, onde são amontoados em número excessivo em relação à capacidade do barco; [...] frequentemente ficam sem receber nenhum tipo de alimento. Muitas vezes acontece que por falta de barcos pelas costas norte ou sul, os imigrantes são obrigados a permanecer por cerca de um mês no albergue da imigração, onde, por causa da má qualidade dos alimentos, desenvolve-se entre eles a febre gástrica, perigosa sobretudo para as crianças (NAGAR, 1995, p.46).

Nos núcleos coloniais, os imigrantes eram alojados nos barracões, construções rústicas com piso de terra batida e cobertura de palha, onde permaneciam por semanas³², convivendo com diferentes famílias (MUNIZ, 2009, p. 81). Os barracões são assim descritos por Nagar

[...] são mal construídos em cima de estacas e subdivididos horizontalmente por paredes, com muitos beliches, e são cobertos com folhas de palmeiras, bem como as paredes laterais. Vivem sob este teto todos juntos, sem distinção de família, sexo ou idade, por períodos mais ou menos longos. De fato, a falta de pessoal capacitado para a medição dos terrenos faz com que estas famílias de imigrantes sejam obrigadas a ficar por um longo tempo nos barracões que ficam superlotados com a chegada de novos imigrantes todos os meses (1995, p. 47).

³² Em seu relatório, o Cônsul Nagar destaca que em alguns casos os colonos permaneciam instalados nos barracões até dois anos após a sua chegada no núcleo colonial. Cf. NAGAR, Carlo. Relato do Cavalheiro Carlo Nagar - Cônsul Real em Vitória. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895)**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995, p. 47.

O Cônsul Nagar destaca ainda que “enquanto os imigrantes estão alojados nos barracões distritais, [...] ocupam-se na abertura de estradas ou em trabalhos de interesse geral [...]” (1995, p. 47).

Em suas críticas à política imigratória, o Cônsul Nagar revela as contradições e omissões frente à empreitada colonizadora do território espírito-santense. Para ele

Sem dúvida este Estado terá, como outros, um futuro. Entretanto, hoje, mais da metade dos nossos imigrantes estão destinados a formar um substrato do seu bem-estar futuro, perdendo as ilusões, a saúde e muitíssimos também a vida.

[...]

Dentre os cidadãos italianos aqui estabelecidos atualmente por força de uma imigração iniciada há mais de 30 anos, encontramos também agricultores que gozam de prosperidade, e outros que, com a agricultura e o comércio, alcançaram a riqueza. Mas, para cada um destes afortunados, podemos contrapor centenas de trabalhadores que aqui perderam suas vidas, um número, que não é pequeno, de viúvas e órfãos que se repatriaram, e fileiras daqueles que, após um curto período, abandonaram o Estado pelo desgosto de uma existência atormentada e precária (NAGAR, 1995, p. 57-58).

Ao se referir às dificuldades enfrentadas pelos colonos, o Cônsul Nagar menciona Santa Teresa, importante núcleo de colonização italiana.

O serviço sanitário é deficiente, e é fácil imaginar como ocorre nas colônias do Estado, onde por extensos territórios os habitantes são privados do apoio da ciência médica às enfermidades a que estão sujeitos. Assim, como exemplo, o importante centro de **Santa Teresa**³³, que possui uma população formada quase que exclusivamente por italianos, não existe um médico, e em caso de necessidade precisam chamá-lo em Santa Leopoldina, distante seis horas de caminhada a cavalo, com uma despesa mínima de 250 liras, por uma só consulta (NAGAR, 1995, p.63).

Em sua narrativa de viagem de 1888, que expressa o olhar estrangeiro sobre a configuração das colônias capixabas, a princesa Teresa da Baviera também destaca Santa Teresa.

Aproveitamos a parada forçada para conhecer um pouco de Santa Teresa. Isso foi rápido. A localidade, que pertence a Timbuí, ex-colônia de Santa Leopoldina, se situa entre montanhas de altura média, muito próximas umas das outras, bem perto do riacho Timbuí. Ela consiste de apenas alguns casebres feios com muros em volta, e de uma igreja que ainda não conta com sacerdote. As casinhas têm telhados cinza e, sem contar as janelas e as portas, lembram um pouco as casas dos camponeses do Tirol, de modo que daria até para pensar que estávamos lá. Bem de acordo com o costume italiano, a torre da igreja com o sino se encontra à parte; ali o sino não é tocado através de batidas, como é o nosso costume, mas puxando-se por uma corda a ele amarrada. Mais do que pelo povoado sem graça, eu me

³³ Grifo meu.

interessei por uma sarigueia, isto é, um gambá que, para alegria do dono da casa, havia caído numa ratoeira na noite anterior (BAVIERA, 2013, p.61).

Cabe explicitar ainda que o fluxo de imigrantes italianos iniciado em 1874 manteve-se intenso até 1895, quando a imigração italiana para o Espírito Santo foi proibida³⁴. Entretanto, mesmo depois da proibição, manteve-se por mais alguns anos um pequeno movimento migratório (ABREU, 1987; BUSATTO, 2002).

A presença do imigrante europeu relacionada aos projetos de modernização e desenvolvimento do governo capixaba contribuiu sensivelmente para povoar e ocupar o solo, ampliando a fronteira agrícola e fomentando formas específicas de desenvolvimento regional. E como foi ressaltado anteriormente, desse movimento de circularidade participaram portugueses, alemães, prussianos, pomeranos, hanoverianos, italianos, libaneses, sírios, poloneses, índios, mineiros, fluminenses, cearenses, negros africanos, entre outros (DADALTO, 2008).

2.3 O NÚCLEO TIMBUHY

O Núcleo Timbuhy, fruto do projeto colonizador do governo imperial, desenvolveu-se por meio dos trabalhos de abertura da estrada que visava facilitar a ligação entre as províncias do Espírito Santo e Minas Gerais, denominada estrada de Santa Thereza, iniciada em 1848. A abertura dessa estrada, grande empreendimento realizado na província do Espírito Santo em meados do século XIX, é destaque em vários relatórios dos presidentes da província. Seu trajeto tinha início nas proximidades de Vitória e alcançava Minas Gerais, passando pelas margens do rio Doce (SCALZER, 2014).

De acordo com Gasparini (2015) a estrada de Santa Thereza, parte integrante da estrada Real, era uma das quatro vias de comunicação que no século XIX, ligava a província do Espírito Santo à de Minas Gerais. Conforme a referida autora, uma estrada Real era “[...] passagem para viajantes e tropeiros. Essa estrada possuía

³⁴ A Itália proibiu a imigração de seus súditos para o Espírito Santo em 1895, baseando-se nas denúncias do cônsul Nagar e outros relatórios consulares.

uma largura média de quinze palmos, aproximadamente três metros, ou até menos, pois só podia passar uma tropa de cada vez” (p.79).

A relação dessa estrada com a formação do núcleo Timbuhy é mencionada por Grosselli (2008)

desde 1871, pelo menos, haviam sido projetados os trabalhos de recuperação do velho trecho estradal [...]. Mas, para que os trabalhos [...] não fossem inúteis, era necessário abrir um fronte de colonização em torno ao seu traçado. Já em 1872, 134 lotes haviam sido medidos na zona da ponte sobre Timbuhy (p. 211).

Sobre a importância das estradas no projeto de ocupação do Espírito Santo no século XIX, Grosselli (2008) destaca ainda que em 1874 iniciaram-se a pleno ritmo os trabalhos na estrada que coligaria o Porto de Cachoeiro (Figura 8), sede da colônia Santa Leopoldina, à capital.

E que ainda naquele ano, concluiu-se a estrada que ia de Porto de Cachoeiro às margens do Rio Timbuhy. E assim, uma vez coligado o porto com a capital, a estrada para o Rio Timbuhy comunicaria Vitória com a Estrada de Santa Thereza, concluindo a ligação entre a capital e a província de Minas Gerais.

De acordo com Muniz (2009)

Um caminho entre o Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina em direção a Minas, atravessando o rio Timbuy, criou condições de implantação de um povoado de italianos que tomou corpo - a atual Santa Teresa. A abertura desse caminho foi iniciada em 1848, pelo Presidente da Província Antônio Pereira Pinto (p.55).

Figura 8- Fotografia do Núcleo Porto do Cachoeiro, colônia Santa Leopoldina, em 1870.

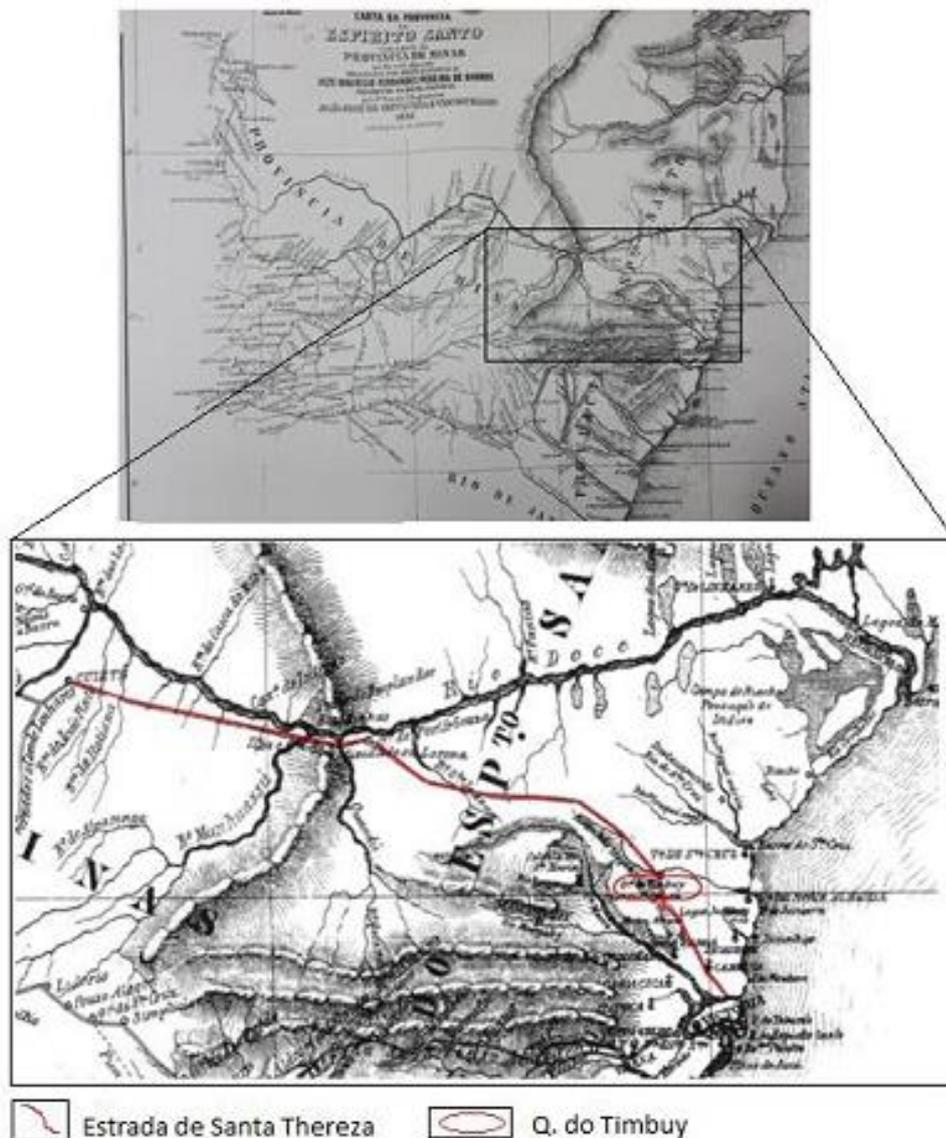


Fonte: Dietze (1870).

Portanto, a abertura de estradas foi fundamental para o surgimento do núcleo Timbuhy (Figura 9). A estrada de Santa Thereza possibilitou o conhecimento da região, enquanto a estrada que ligaria Porto de Cachoeiro de Santa Leopoldina a sede do núcleo Timbuhy criou efetivamente às condições de colonização da região (SCALZER, 2014).

Dessa forma, os imigrantes trentinos para chegar ao Nucleo Timbuhy utilizaram o caminho já existente, aberto pelo Império, à época conhecido como estrada de Santa Thereza (GASPARINI, 2015).

Figura 9 - Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas, organizada pelo 1º Tenente de Engenheiros João Jose de Sepulveda e Vasconcelos - 1856, com recorte apresentando a Estrada de Santa Thereza e o Quartel do Timbuy.



Fonte: Vasconcelos (1856). Organização: Simone Zamprogno Scalzer (2014).

Um dos aspectos relativos à história de Santa Teresa imbricado de tradição é a origem do nome da cidade, que pode ser tensionada com base na relação entre o surgimento do núcleo Timbuhy e a construção de estradas. Na memória local, o nome Santa Teresa está relacionado ao grupo de trentinos-tirolenses que se estabeleceu na região em 1875, quando se considerou, com base nos projetos do governo provincial, oficialmente aberto o núcleo Timbuhy. Müller (2000) assim descreve o fato relativo à tradição que teria dado origem ao nome da cidade:

E foi em plena primavera, por um dia de festa, certamente no de Santa Teresa - 15 de outubro de 1875 - que a árvore mais atraente parecia.

O sol, dominando o espaço límpido, derramava uma luz forte e brilhante que dava em cheio no misterioso pau-peba. [...]

Um raio de luz mais vivo punha em relevo uma cavidade que a árvore tinha num dos lados, cavidade a que os efeitos de luz e os exageros da imaginação davam aspecto perfeito de um nicho.

Eis que uma devota aparece com a imagem de Santa Teresa e a coloca no alto silvestre e encantado...

Desde esse memorável dia todas as tardes, enquanto o sol se escondia além, muito além das montanhas, embaixo da árvore misteriosa, cantavam-se as Aves-Marias... (p.22).

Entretanto, Busatto (2002) ressalta que a origem do nome da cidade é anterior à chegada dos imigrantes trentino-tirolezes e está relacionado à estrada de Santa Thereza, utilizada para batizar a sede do núcleo Timbuhy e mais tarde o município. E o autor argumenta ainda que a estrada foi denominada Santa Thereza em homenagem à imperatriz, já que a estrada que ficava mais ao sul e também se dirigia para Minas chamava-se São Pedro de Alcântara. Assim, ambas homenageavam o Imperador Dom Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina.

No que diz respeito aos primeiros imigrantes europeus que se estabeleceram na região, estudos recentes baseados em relatórios e outros documentos do século XIX do APEES, apontam a presença de polacos por volta de 1873, mesmo antes da criação do núcleo Timbuhy (GROSSELLI, 2008; BUSATTO, 2002). Envolvidos em conflitos com as autoridades coloniais em Santa Leopoldina, muitos desses imigrantes deixaram a sede da colônia e aceitaram lotes na região do Timbuhy (GROSSELLI, 2008, GASPARINI, 2008).

De acordo Scalzer (2014), os polacos se estabeleceram em porção de terras denominada Baixo Timbuhy, nas margens do rio Cinco de Novembro, numa localidade inicialmente chamada de Patrimônio dos Polacos que hoje corresponde ao distrito Santo Antônio do Canaã, por localizar-se em um prolongamento do vale do Canaã.

No romance *Karina*, os colonos estabelecidos em abrigos provisórios enquanto trabalhavam na abertura da estrada que os levaria aos seus lotes na região do Timbuhy, encontraram os polacos já estabelecidos. Esse encontro é assim descrito:

[...] – Uma casa? Um palácio? Aqui por perto?

- Sim – confirmou Arturo – Uma casa com esteios bem trincados, coberta de tabuinhas, com janelas e portas verdadeiras que se abrem e se fecham. Chaminé e tudo. E uma escada de madeira para subir e descer. Um vero palácio reinando no mato.

- Até parece mentira – suspirei. – E que espécie de gente vive lá?
- Gente como nós. Só não falam o italiano, falam o polaco (TAMANINI, 1981, p. 35).

E ao abordar a ocupação territorial é necessário salientar também a escassez de estudos sobre a presença indígena na região e o discurso predominante nas análises históricas que atribui à chegada dos europeus a colonização e desenvolvimento do Espírito Santo.

Em relação a Santa Teresa, o naturalista Augusto Ruschi (1953) dá relevo a descoberta de diversos artefatos indígenas no período de 1934 a 1953 quando ele realizava um estudo sobre material botânico e zoológico no município. No artigo intitulado “Contribuição à arqueologia de Santa Teresa, no Espírito Santo: objetos de pedra de origem indígena”, Ruschi (1953) descreve e reproduz em desenhos, trinta e quatro diferentes artefatos de pedra encontrados em diferentes localidades do município, que fazem da parte da coleção do Museu de Biologia Professor Mello Leitão (hoje denominado Instituto Nacional da Mata Atlântica). Entre eles, vários tipos de machados, polidor, cilindro amassador, tembetá e almofariz³⁵. Ruschi também se refere a objetos de cerâmica encontrados na mesma região, mas não apresenta maiores detalhes.

Segundo Ruschi a grande quantidade de material de cerâmica e artefatos de pedra localizados na propriedade da família Melotti em Santa Júlia, atualmente distrito de São Roque do Canaã³⁶, indica a existência nessa região de um aldeamento indígena de grandes proporções (1953, p. 3).

Ruschi (1953) argumenta ainda que

[...] a conformação acidentada desses terrenos e a rica distribuição de águas e florestas por toda essa região, nos induz a crer que as tribos da bacia do Rio Doce, aqui chegaram, vindas pelo vale do seu afluente Santa Maria e se fixaram por toda a parte baixa do município, compreendendo os distritos de Santa Júlia, São João de Petrópolis, Alto Santa Maria do Rio

³⁵ Conforme os dicionários de língua portuguesa, tembetá é a designação de um adorno labial (com exceção do botoque) confeccionado com material duro (pedra, concha, osso, madeira, etc.) que alguns grupos indígenas trazem no lábio inferior. E almofariz é um vaso de pedra utilizado para triturar e misturar alimentos ou medicamentos. Disponível em: <<http://dicionariportugues.org>>. Acesso em: 15 dez. 2015; <<http://www.dicionarioinformal.com.br>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

³⁶ Na época em que Augusto Ruschi empreendeu suas pesquisas, São Roque do Canaã era distrito de Santa Teresa e assim permaneceu até 1995, quando ocorreu a emancipação.

Doce e Vinte e Cinco de Julho, penetrando pelos afluentes do Santa Maria; e os indígenas que chegaram ao distrito da Sede, na parte alta, aqui chegaram vindos do litoral, penetrando através do rio Timbuí, desde a sua foz em Nova Almeida, seguindo-o por Fundão, Três Barras, subindo a cascata de Santa Lúcia, estabelecendo-se onde está hoje a cidade de Santa Teresa e atingindo as localidades denominadas: Valsugana Velha, Lombardia, Nova Valsugana, Córrego dos Espanhóis e Alto Caldeirão. Tal distribuição nos faz crer que, tanto Goitacás, Términos, Botocudos e Puris, devem ter vivido na região compreendida pelo atual município de Santa Teresa [...] (p.1-2).

Retomando as reflexões sobre os imigrantes europeus e a formação do núcleo Timbuhy, em 1874 chegaram os colonos da expedição Tabacchi provenientes, em sua maior parte, da província de Trento e algumas famílias do Vêneto. Segundo Muniz (2009) esses foram “os primeiros italianos que, em grupo, chegaram às terras capixabas por meio de empreendimento de imigração” (p.54). Pietro Tabacchi, originário de Trento, se estabeleceu no Espírito Santo por volta de 1850 e possuía uma fazenda no então território de Santa Cruz, chamada Monte das Palmas. Na década de 1870, diante das facilidades oferecidas pelo governo imperial aos proprietários de terras que desejassem usufruir de mão de obra europeia, Tabacchi iniciou seu empreendimento que visava importar colonos europeus para trabalhar em sua propriedade (BUSATTO, 1998; GROSSELLI, 2008; MUNIZ, 2009).

Assim, Tabacchi conseguiu um contrato com o governo da província em que se comprometia a importar mão de obra europeia para trabalhos na agricultura, recebendo por cada imigrante importado uma alta recompensa. E comprometeu-se junto ao governo imperial, entre outras medidas, a fundar uma colônia, a Nova Trento. Os propagandistas que trabalharam para Tabacchi atuaram principalmente no Trentino, mas também no Vêneto, atraindo grande número de colonos (GROSSELLI, 2008, MUNIZ, 2009).

A propaganda promovida por Tabacchi é assinalada no romance Karina num diálogo entre as personagens Karina e Landa:

- Karina, cara, estou em ponto de queimar de raiva!
- Seu olhar, entretanto, desmentia a raiva que dizia ser tão grande.
- Escute o que se diz por aí. Um tal Tabacchi, chegado ao Brasil, procura convencer nossos colonos a emigrar para a América. Andam alvoroçados. Não se fala noutra coisa.
- [...]
- Mas por que Tabacchi quer levar nossa gente para a América?
- Não sei cara. O homem anda dizendo que o ouro, lá, é encontrado à flor da terra. [...] (TAMANINI, 1981, p. 8).

Os colonos da expedição Tabacchi partiram do porto de Gênova em 3 de janeiro de 1874 a bordo do navio La Sofia. Após quarenta e cinco dias de viagem chegaram ao porto de Vitória em 17 de fevereiro de 1874. Em primeiro de março o grupo foi conduzido de barco a Santa Cruz, onde se encontravam as terras de Pietro Tabacchi (BIASUTTI, 2005).

Os contratos estabelecidos com os imigrantes baseavam-se no decreto nº 3.784, de 1867³⁷, que aprovava o regulamento para as colônias do Estado e incentivava a entrada de europeus no Brasil, oferecendo-lhes vantagens. Assim, o imigrante que chegava ao Brasil poderia escolher seu destino, ou seja, optar entre procurar emprego nas cidades, estabelecer-se nas fazendas privadas ou aceitar um lote de terra nas colônias criadas pelo Estado. Como as cidades não tinham condições de receber um número significativo de indivíduos, as escolhas geralmente restringiam-se às fazendas ou colônias (GROSSELLI, 2008).

Os imigrantes que se estabelecessem nas colônias do Estado receberiam um lote de terra de dimensões que variavam entre 15 e 62 hectares e subsídios e uma pequena quantia em dinheiro que seria restituída ao Estado juntamente com o valor da terra, no prazo de cinco anos contados a partir do segundo ano após tomar posse da terra. A lei tratava também da distribuição de sementes e instrumentos agrícolas aos colonos, que seriam pagos da mesma maneira que os lotes. Além disso, previa um período de tempo durante o qual o imigrante seria hospedado e mantido pelo Estado, que geralmente se estendia do desembarque em um porto brasileiro até a posse do lote. Outro aspecto contemplado pela lei é que no período de seis meses o colono teria direito a 15 dias de trabalho por mês em obras públicas como abertura de estradas, construção de pontes e casas (GROSSELLI, 2008, p. 76-77).

Segundo Busatto (2002) o decreto nº 3784 de 1867 que foi uma espécie de cartilha da imigração no Brasil, vigorou no Espírito Santo, mas sempre com alterações e modificações determinadas por ofícios, portarias, avisos e pareceres. Ao longo de

³⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

sua vigência apresentou força, mas também gerou conflitos, sendo suprimido pelo decreto nº 7570, de 20 de dezembro de 1879.³⁸

As condições expressas no decreto geralmente não se efetivavam plenamente e contrastavam com as condições encontradas pelos imigrantes. No tocante aos colonos da expedição Tabacchi, os sintomas de descontentamento dos colonos foram manifestados pouco tempo depois da chegada na fazenda Montes das Palmas, em Santa Cruz. A má qualidade da terra, as péssimas condições de instalação nos barracões e a distância entre estes e a fazenda de Tabacchi estão entre os principais fatores que provocaram a revolta dos colonos (GROSSELLI, 2008).

De acordo com Müller (2000) “tudo era trabalho penoso, insano, e o ouro tão prometido e que parecia brilhar até além do Atlântico, aqui não se via” (p. 14-15). E para Grosselli (2008) essas circunstâncias representaram desilusão para os colonos, pois

estavam certos de que encontrariam campos para cultivar, casas em que viver. Não era o trabalho que os assustava, mas não estavam preparados para aquelas condições de vida. Deparam-se com a floresta, e os campos que nela se inseriam, assim como o barracão em que foram instalados. Não havia aldeias próximas, comércio, nada (p.186).

Sobre a revolta empreendida pelos membros da expedição Tabacchi, Gasparini (2015) salienta que os colonos formaram uma comissão para esclarecer a situação junto ao governo da Província em Vitória, procurando a Chefatura de Polícia para manifestar suas oposições e reivindicações. A sequência dos acontecimentos é assim descrita pela autora

Esses colonos foram armados de espingardas que trouxeram na expedição para se defender das dificuldades. Apresentaram suas queixas e reivindicações e retornaram a Santa Cruz com as pessoas que os acompanharam, mas, como o grupo não encontrou soluções mais adequadas, por se tratar de uma expedição particular com contrato do empresário italiano [...], eles resolveram abandonar a expedição e seguir para outras regiões onde as imigrações eram oficiais, do governo (p. 62).

Segundo documentos do APEES, Tabacchi solicitou a intervenção do governo da província para solucionar o impasse com os imigrantes (ANEXO B), havendo

³⁸ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7570-20-dezembro-1879-548843-norma-pe.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

inclusive intervenção de forças policiais na região. Os colonos que se recusaram a aceitar as condições de vida e trabalho na fazenda de Tabachi, por ordem do Ministério da Agricultura, poderiam ser encaminhados às colônias do Estado, garantindo-lhes todas as vantagens oferecidas aos imigrantes pela lei sobre as colônias (GROSSELLI, p.191).

Após se estabelecerem por um período em Vitória, cinquenta e oito colonos foram encaminhados para a colônia de Santa Leopoldina (ANEXO C). E grande parte desses colonos seguiu para a região do Timbuhy, onde se estabeleceram antes da criação do núcleo colonial, assim como os polacos (SCALZER, 2014).

Após embrenharem-se na floresta do Timbuí, através de uma trilha na já citada estrada que o governo provincial mandara abrir com o objetivo de comunicar o litoral com a estrada de Santa Thereza, os remanescentes da expedição Tabacchi fixaram-se onde hoje é a sede do município (NOVAES, 1980; SCALZER, 2014). O Jornal “A Voz do Seminário” de novembro de 1963, publicou um discurso de Walfredo Zamprognio denominado “Homenagem ao imigrante” que assim descreve as ações desse grupo de colonos:

Da fazenda Santana, depois de alguns meses, por razões diversas, e principalmente devido às doenças e às péssimas condições de vida a que eram submetidas, muitas dessas famílias se revoltaram e fugiram à procura de outros lugares, onde talvez a sorte não lhes fosse tão ingrata. Um corajoso grupo de fugitivos, com suas respectivas famílias, depois de longas e penosas caminhadas, embrenhando-se pelas matas do vale do Timbuí, atingiu, em 1874, o ponto onde hoje se acha localizada a bela e encantadora cidade de Santa Teresa (p.1).

Entretanto, é necessário mais uma vez explicitar que os colonos seguiram uma trilha já aberta e que seria mesmo muito difícil vencerem a mata virgem daquele tempo, num meio desconhecido onde estariam sujeitos às serpentes, onças, febres, entre outros perigos. Este episódio, enaltecido pelo imaginário local, reforça o mito do colono desbravador que venceu todas as intempéries e dificuldades na formação dos núcleos coloniais, fortalecendo o trabalho como o aspecto distintivo das demais etnias.³⁹

³⁹ O mito do colono desbravador é discutido por Marcelo Caon em sua dissertação de mestrado. Cf. CAON, Marcelo. **Memória e cidade**: o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul 1974-1994. 2010.153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-

Os colonos da expedição Tabacchi são considerados, com base em documentos do APEES, os fundadores da primeira colônia de imigrantes italianos no Brasil⁴⁰. Essa informação é referenciada especificamente na descoberta de um pedido de ressarcimento feito pelo colono Francesco Merlo, encaminhado ao presidente da província em 28 de outubro de 1874, referente aos gastos que teve com a passagem da Itália à Colônia de Nova Trento, em Santa Cruz. O documento (ANEXO D) apresenta a seguinte informação: “Francesco Merlo, colono italiano estabelecido na Colônia de Santa Leopoldina, no Districto de Timbuhy à margem da estrada de Santa Thereza [...]” (APEES).

Vale mencionar que a Lei Ordinária nº 11.687 de 02 de junho de 2008 em seu artigo primeiro institui o “Dia Nacional do Imigrante Italiano” a ser anualmente comemorado no dia 21 de fevereiro, em todo o território nacional (BRASIL, 2008). A referida lei criada a partir do projeto de autoria do senador Gerson Camata, do Espírito Santo, reconhece na Expedição Tabacchi a chegada da primeira leva de imigrantes italianos ao Brasil, com 380 famílias, ocorrida em 21 de fevereiro de 1874⁴¹ a bordo do Vapor Sofia.

Alguns aspectos em relação ao título de primeira cidade de imigração italiana podem ser problematizadas, na aproximação com ideias benjaminianas e thompsonianas. Um deles é a relevância dada às datas comemorativas em nosso país que ressaltam uma determinada versão histórica em detrimento de memórias e histórias plurais. Reconhecida legalmente, uma versão da história assume certo estatuto de verdade, permeando e orientando a construção de saberes histórico-escolares. Além disso, a preocupação com o título e a exacerbação da concorrência também evidenciam a fantasmagoria moderna em que a multiplicidade de experiências sociais, os conflitos e as contradições são negligenciados.

Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

⁴⁰ Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Documento do Arquivo Público referenda Santa Teresa como a primeira cidade fundada por italianos no Brasil**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/noticias/112.html>> Acesso em: 15 abr. 2015.

⁴¹ Alguns documentos da época informam que o navio permaneceu ao largo por vários dias e que o desembarque ocorreu em 27 de fevereiro. Entretanto, em outros documentos há indicações que pelo menos alguns colonos desembarcaram antes. Cf. GROSSELLI, 2008, p. 177.

Retomando os aspectos que consubstanciaram a fundação de Santa Teresa, mesmo com a confirmação da chegada dos polacos em 1873 e dos italianos da expedição Tabacchi em 1874, a abertura oficial do núcleo Timbuhy só é reconhecida em junho de 1875, com a chegada dos trentino-tiroleses que vieram no navio Rivadávia. Em relação à viagem dos imigrantes do Rivadávia, Biasutti (1994) ressalta

[...] levantou ferros, no porto de Havre, o vapor francês Rivadávia, trazendo em seu bojo essa mescla extraordinária de tipos, gênios e caracteres, todos, entretanto, identificados pelo mesmo destino e pelo mesmo ideal. Depois de uma viagem sem grandes incidentes, sangrando as águas imensas do mar, chegou o navio à Baía de Guanabara no dia 9 de maio. Era o sonhado Brasil, a terra encantada, a mansão da Felicidade! (1994, p.46).

Após desembarcar no Rio de Janeiro os imigrantes foram levados de trem para a Barra do Piraí, onde ficaram de quarentena por 17 dias. Depois, seguiram para Vitória em dois grupos, no navio Ceres e no navio Bahia (BUSATTO, 2002; BIASUTTI, 2005).

Vivendo num cenário adverso, os imigrantes do Rivadávia chegam à Colônia de Santa Leopoldina, onde as condições encontradas, segundo Grosselli, caracterizam que as propagandas amplamente divulgadas na Europa não correspondiam à realidade de grande parte das colônias brasileiras. De acordo com o referido autor,

os europeus chegavam ao Brasil totalmente desinformados sobre o que encontrariam. Em seus sonhos havia uma casinha, mesmo modesta, e campos prontos para serem cultivados. Até o que traziam era inadequado a esta nova vida, desde as roupas até as ferramentas de trabalho (GROSSELLI, 2008, p. 355).

De acordo com Busatto (2002), uma das coisas que mais impressionava o imigrante italiano recém-chegado era a floresta tropical, um pano de fundo, verde, primeiro cenário que se descortinava ao longe quando o navio se aproximava da costa. O encantamento exercido pelas belezas naturais do Espírito Santo sobre os colonos é evidenciado por Graça Aranha no romance *Canaã* na descrição que o personagem Milkau faz do caminho que percorreu até chegar a Porto de Cachoeiro.

Os seus olhos de imigrante pasciam na doce redondeza do panorama. Nessa região a terra exprime uma harmonia perfeita no conjunto das coisas: nem o rio é largo e monstruoso, precipitando-se como espantosa torrente, nem a serra se compõe de grandes montanhas, dessas que enterram a cabeça nas nuvens e fascinam e atraem como inspiradoras de

cultos tenebrosos, convidando à morte como a um tentador abrigo... O Santa Maria é um pequeno filho das alturas, ligeiro em seu começo, depois embaraçado longo trecho por pedras que o encachoeiram, e dos quais se livra num terrível esforço, mugindo de dor, para alcançar afinal a sua velocidade ardente e alegre (ARANHA, 2002, p. 25).

Em sua abordagem, Grosselli (2008) analisa também os diversos aspectos que causaram revoltas entre os colonos que chegavam ao Espírito Santo, entre eles: a longa travessia em embarcações inadequadas, superlotadas e com escassez de alimentos; a recepção em portos desprovidos de estruturas específicas, as péssimas condições de acomodação nos barracões onde permaneciam por um longo período até pudessem construir suas próprias casas; as carências alimentares; a difícil adaptação às novas condições climáticas; as epidemias. O referido autor descreve de forma concisa a situação enfrentada pelo colono:

antes de tudo, encontrava-se finalmente no lugar que tanto sonhara, em que deveria permanecer para o resto de sua vida. E aquele lugar não correspondia de maneira alguma às suas expectativas: não havia nem uma casa e nem um campo à sua espera, apenas a floresta (GROSSELLI, 2008, p. 299).

Os imigrantes que chegaram ao Espírito Santo no navio Rivadávia em 1875 foram encaminhados para Santa Leopoldina e de lá caminharam para o Núcleo Timbuhy. Müller assim descreve esse episódio:

Dias depois, abastecidos de gêneros alimentícios e de ferramentas de lavoura, subiram, aos magotes, pelo rio Santa Maria. Causava-lhes espanto a maneira estranha e bárbara por que os canoeiros faziam as canoas correr...

[...] Algum tempo mais tarde, tomaram pela estrada ou picada que dava a um tal Aurélio Alvarenga Rosa (Serva do Alvarenga), onde existiam dois barracões cobertos de palha e adrede armados para pousada de imigrantes. Daí prosseguiram pela mata adentro, tendo a indicar-lhes o rumo uma simples trilha. Todos os homens entregaram-se à abertura da estrada [...] (2000, p. 17-18).

Na ocasião das comemorações do septuagésimo quinto ano de colonização de Santa Teresa por imigrantes italianos, o jornal “A Voz do Seminário” presta homenagem à expedição do Rivadávia. Esse momento histórico é assim retratado:

Prosseguindo na tarefa de Virgílio Lambert, Orlando Bomfim e Frederico Muller insistimos em fazer reviver de quando em vez, os fatos que marcaram o início da colonização desta bela e dadivosa parcela do Espírito Santo, com o objetivo de evitar que tenha o tempo, força para atirar ao esquecimento, as lutas, provações e sacrifícios arrastados pelas primeiras levas de imigrantes [...] (RUSCHI, 1950, p. 6).

No Núcleo Timbuhy (Figura 10), o agrimensor Franz Von Lipper fazia a medição e divisão dos lotes para a distribuição entre os colonos. O sorteio dos lotes foi feito em 26 de junho⁴² de 1875, considerada na narrativa oficial da história local, a data de criação do núcleo Timbuhy. Segundo os relatos de Biasutti (1994), depois de “aberta a passagem, convidou-os Von Lipper a tirar, um a um, à sorte, as suas respectivas colônias” (BIASUTTI, 1994, p. 47).

O sorteio de lotes era uma prática comum na colônia Santa Leopoldina, considerado uma forma de amenizar os conflitos que envolviam a preferência por lotes mais próximos da sede ou com melhores características físicas (SCALZER, 2014, p. 114). Entre os colonos, estava Virgílio Lambert que veio com o irmão Antônio e a filha Hermínia.

Figura 10- Fotografia do Núcleo Timbuhy por volta de 1875.



Fonte: Dietze.

Nos anos seguintes, outras levas de imigrantes italianos chegaram ao Espírito Santo: ainda no final de 1875 chegou a Vitória o vapor Fenelon, procedente de

⁴² 26 de junho é feriado municipal em Santa Teresa, sendo comemorado o dia do município.

Havre na França; em 1876 o vapor Mohely; em 1877 mais imigrantes chegam no vapor Colômbia. E esses não foram os únicos navios com imigrantes italianos que foram encaminhados ao núcleo Timbuhy, já que o movimento se manteve intenso até 1895-96 (BUSATTO, 1998).

2.3.1 Os irmãos Lambert: vida nova na América e projetos ambiciosos.

Conforme os documentos do APEES (ANEXOS E, F e G) Virgílio, Antônio e Ermínia Lambert chegaram ao Brasil em 1875 no navio Rivadávia, que aportou no Rio de Janeiro, e depois seguiram viagem para o Espírito Santo no navio Ceres. Antônio que aqui chegou aos 42 anos de idade, frequentou a Academia de Belas Artes de Veneza, era pintor e escultor. Virgílio, de 38 anos, trabalhava na manutenção de navios em portos europeus, profissão exercida graças ao domínio do francês. Com eles veio a menina Hermínia, de apenas 4 anos de idade, filha de Virgílio. Eram naturais de Centa, no Trentino. Em junho do mesmo ano, receberam um lote de terra e ali construíram uma casa de pau a pique e cobertura de tabuinhas.

Em um texto de Orlando Nascimento publicado no jornal “A Voz do Seminário” em 1950, Virgílio Lambert é assim descrito

Era um colono de uma força de vontade invulgar, de inteligência lúcida e conhecido como a maior cultura daquela época, entre seus patrícios. Conhecia astronomia, falava bem francês, gravador, desenhava bem, esculpia, escrevia livros, produzindo no dia seguinte o que lhe passava pelo cérebro na noite anterior (NASCIMENTO, 1950, p.14).

As obras analisadas ressaltam a participação de Virgílio em momentos decisivos da formação do Núcleo Colonial Timbuhy (DERENZI, 1974; MÜLLER, 2001; GROSSELLI, 2008). Diversos episódios são explicitados por Frederico Müller, num livro publicado pela primeira vez em 1925 que menciona, como uma das fontes de pesquisa, um diário escrito por Virgílio narrando os primeiros tempos do núcleo colonial. Esse diário também é apontado por outros autores (DERENZI, 1974; GROSSELLI, 2008; GASPARINI, 2015) e membros da família, mas, conforme relatos, desapareceu.

A escolha do nome da cidade foi um desses momentos. Segundo Müller (2000, p.19-20) e Grosselli (2008, p.419-420), Virgilio Lambert desejava chamar a cidade de São Virgilio em homenagem ao padroeiro de Trento, mas Franz Von Lipp, agrimensor que exercia cargos de confiança junto à direção da Colônia, impediu que a cidade recebesse o nome supracitado. De acordo com Müller (2000) “mas, pelo que consta, São Virgilio não tinha a devoção de Von Lipp, ou ao menos, o saudoso Virgilio Lambert não tinha as boas graças do vice-diretor” (p.20).

Um dos maiores interesses de Virgilio Lambert foi, entretanto, a sericicultura, dando início às suas experiências pouco tempo após a sua chegada ao Espírito Santo. Ele iniciou o cultivo da seda nas amoreiras do quintal da casa e produziu amostras em um tear manual, atividade desenvolvida em parceria com seu amigo e conselheiro, o padre Domênico Martinelli. De acordo com Müller (2000), Virgilio dedicou-se dia e noite à sericicultura, descuidando-se dos cafezais que havia plantado. Ele assim relata essa experiência

Começou por plantar amoreiras e preparou o abrigo necessário para o bicho-da-seda. Em 1880, conseguiu obter 200 casulos e fez duas meadas, que levou de presente ao então Presidente da Província. [...] Distribuiu amoreiras e sementes pelos poucos colonos que se interessavam pela nova indústria. Na sua maioria eram contrários a esse gênero de cultura, de cujo resultado pouco remunerador tinham experiência própria na Europa (p. 49).

As tentativas de desenvolvimento da sericicultura foram destacadas no jornal “A Província do Espírito-Santo” ⁴³ de 12 de dezembro de 1883 (ANEXO H), na nota intitulada “Indústria da seda” (ANEXO I), que explicitou as dificuldades dos produtores, os baixos preços no mercado internacional, a qualidade da seda do Timbuhy e os esforços de Virgilio Lambert, que na ocasião encontrava-se na capital para vender sua produção. Sua máquina de fiar, hoje exposta na Casa-Museu, é citada no mesmo jornal numa matéria dedicada ao Padre Domênico Martinelli e publicada em 8 de fevereiro de 1885 (ANEXO J).⁴⁴

Conforme Grosselli (2008), para que a produção da seda se tornasse viável, Virgilio necessitava de capital e diante do desinteresse do Presidente da Província por seu

⁴³ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=301582&pasta=ano%20188&pesq=>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

⁴⁴ Cf. nota 39 deste capítulo.

empreendimento, foi ao Rio de Janeiro e compareceu à presença do imperador para tentar obter apoio para a produção da seda.

O Jornal “A Voz do Seminário” de 1950 na matéria intitulada “Virgílio Lambert e a cultura do bicho da seda” assim descreve os acontecimentos que circunstanciaram a viagem de Virgílio ao Rio de Janeiro:

iniciando a sua cultura do bicho-da-seda, obteve resultado satisfatório. Assim foi que, em 1880, tendo encontrado Virgílio Lambert, o próprio amparo da terra dadivosa e a Natureza lhe sorrindo convidando caminhar para frente, resolveu empreender uma viagem ao Rio de Janeiro, onde se avistaria com o Imperador, levando certa quantidade de seda, com o fim de obter do Governo Imperial um auxílio, com o qual pudesse prosseguir com sua indústria (NASCIMENTO, 1950, p. 14)

O Jornal “Gazeta de Notícias” de 18 de setembro de 1880⁴⁵ registrou a chegada de Virgílio no Rio de Janeiro e seu propósito de obter incentivo para a sericicultura (ANEXO K). O encontro também foi noticiado no Jornal “O Espírito-Santense” de 16 de outubro de 1880⁴⁶ (ANEXOS L e M) numa nota destacando que o imperador se limitou a receber uma caixa com amostras da produção e um relatório e, assim, a viagem ao Rio de Janeiro pareceu não ter apresentado resultados significativos.

De acordo com o texto publicado no Jornal “A Voz do Seminário” (1950), mesmo com dificuldades, Virgílio deu prosseguimento ao seu empreendimento. Dessa forma, “voltando do Rio, apesar de seus esforços nada ter podido conseguir, Virgílio Lambert, espírito dinâmico e batalhador, não desanimou, continuando com o mesmo carinho sua criação do bicho-da-seda” (NASCIMENTO, p. 14).

Os irmãos Lambert prosseguiram com o projeto de desenvolver a sericicultura e investiram tudo que acumularam no Espírito Santo. A necessidade de conseguir capital para aquisição de máquinas adequadas os levou a contatos com o incipiente mundo industrial do Rio de Janeiro por meio do italiano Enrico Ramella, segundo correspondência conservada pelos familiares (Grosselli, 2008, p. 502). Além disso,

⁴⁵ Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_02&PagFis=1285&Pesq=Lambert>.

Acesso em: 10 jun. 2015.

⁴⁶ Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=217611&pagfis=4671&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

enviaram amostras de seda ao Trentino, aos cuidados do irmão Michele, conforme noticiou o jornal “O Espírito-Santense” de 21 de dezembro de 1882 (ANEXO N).⁴⁷

A seda dos Lambert foi enviada à Europa, sendo premiada com medalha de bronze numa exposição em Berlim (1886) e conquistando menção honrosa em uma exposição de Paris (1889). Entretanto, segundo Muniz (2009), “o descaso do governo e a impossibilidade de a família manter financeiramente o empreendimento levou ao abandono daquilo que hoje poderia ser uma indústria” (p. 165).

E ainda conforme Muniz (2009) “além de diversas esculturas em madeira, a maioria de temática religiosa, os irmãos Lambert, deixaram a seus descendentes livros antigos e prêmios pelo cultivo do bicho-da-seda [...]” (p.165). Virgilio também promoveu a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, tombada pela Secult em 1985 e restaurada em 2002, por iniciativa do Centro Educacional Leonardo Da Vinci.

No processo de definição da Casa Lambert como patrimônio cultural de Santa Teresa, permeada por valores simbólicos que reforçam a identidade local em torno da italianidade, é preciso considerar o papel social atribuído a Virgilio Lambert, identificado na memória local como um “imigrante de visão” ou ainda um “líder da pequena comunidade teresense” (GASPARINI, 2015; GROSSELLI, 2008).

Para compreender o modo como são construídos os patrimônios e desvelar os diversos significados conferidos a Casa é necessário considerar uma multiplicidade de aspectos, como a concepção de patrimônio, as questões ligadas à constituição das memórias e identidades locais e a participação dos sujeitos. A partir das contribuições de Thompson, os irmãos Lambert são compreendidos como sujeitos inteiros, não estereotipados, que participaram efetivamente das transformações socioculturais de seu tempo e espaço, com seus projetos, desejos, limitações, deixando suas marcas ou reelaborando as memórias coletivas. Assim, a análise da patrimonialização da Casa Lambert valoriza a participação dos sujeitos históricos, produtores de visões e sensibilidades relacionadas ao seu espaço de vivência.

⁴⁷ Cf. nota 42 deste capítulo.

3 PATRIMÔNIO: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, VALORES E CONCEPÇÕES

O patrimônio cultural, relacionado às especificidades de diferentes tempos e espaços, aos critérios que o selecionam e definem e às experiências plurais dos sujeitos, envolve uma interpretação da cultura como produção material, mas também simbólica, como referência de identidade, ação e memória dos diferentes grupos que formam a sociedade (FONSECA, 2009b). Nesse sentido, constitui-se como um campo investigativo fecundo para a problematização de práticas sociais que instituem visões de mundo, sociabilidades e sensibilidades.

Segundo o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2009a) o patrimônio, como uma categoria de pensamento, “não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado”. Para ele, “o patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (p.31).

Gonçalves (2009a) ressalta ainda que na perspectiva da modernidade, o patrimônio é uma categoria individualizada e apresenta delimitações muito precisas, seja como patrimônio econômico, financeiro, cultural, genético, etc. Entretanto, é preciso considerar que o patrimônio é uma construção histórica que nem sempre conheceu fronteiras tão bem definidas como na atualidade. Portanto, sua utilização em contextos diversos requer certas preocupações, considerando as especificidades e singularidades de cada povo ou cultura.

Nesse sentido, para fundamentar as discussões propostas nesta dissertação e contextualizar meu objeto de pesquisa é importante apresentar alguns aspectos conceituais acerca do patrimônio e revisitar o seu processo de constituição no Brasil, a fim de compreender a sua complexidade e relação intrínseca com as questões sociais, econômicas, políticas e culturais de cada momento histórico.

3.1 PROCESSOS DE (RE) SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DE UM CONCEITO POLISSÊMICO

Etmologicamente, a palavra patrimônio vem do latim *patrimonium* e remete a ideia de propriedade herdada do pai ou outro ancestral. De acordo com a historiadora Françoise Choay, em suas origens o patrimônio estava relacionado “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (2001, p.11).

Muito utilizado em nosso cotidiano, o termo apresenta hoje vários significados e conotações que caracterizam diferentes abordagens. Portanto, acompanhado de palavras que o qualificam, temos os patrimônios financeiros, econômicos, arquitetônicos, históricos, culturais, artísticos e ecológicos, entre outros.

Nesse processo contínuo de ressemantização, podemos incluir ainda o patrimônio imaterial ou intangível, que explicita uma ampliação do termo, ressaltando aspectos da vida social e cultural desconsiderados pelas concepções tradicionais de patrimônio.⁴⁸

Gonçalves (2009a) esclarece que é preciso desnaturalizar o termo patrimônio, compreendendo-o como uma construção histórica que apresenta diferentes dimensões semânticas conforme os povos e culturas. Para ele, “a categoria patrimônio, tal como é utilizada atualmente, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas” (p.27).

A noção de patrimônio, nos contornos adotados pela sociedade ocidental, ou seja, como um “conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação” (FONSECA, 2009a, p. 59), foi produzida no final do século XVIII,

⁴⁸ Para o Iphan, os bens de natureza imaterial ou intangíveis dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como os mercados, as feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. Cf. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2015. Para ampliar as reflexões acerca do patrimônio imaterial ou intangível cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b. p. 59-79.

concomitantemente à formação dos Estados-nações modernos. Assim, o patrimônio configurou-se como um dos recursos engendrados para a efetivação de amplos projetos de construção e legitimação das identidades nacionais. E nesse contexto, o Estado assumiu, em nome do interesse público “a proteção legal de determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação” (FONSECA, 2009a, p.50).

É importante destacar, entretanto, que o patrimônio não é uma invenção moderna, estava presente nas sociedades tribais, nas sociedades clássicas e na Idade Média. Dessa forma, o patrimônio apresenta-se como uma “categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2009a, p.26).

Choay (2001) assinala que no processo histórico de constituição dos patrimônios é fundamental analisar a relação estabelecida entre monumento e monumento histórico, noções que muitas vezes se confundem, embora apresentem aspectos oponíveis.⁴⁹

Dessa forma, monumento é um conceito originário do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere*, cujo significado é advertir, lembrar. Em seu sentido original, tem uma função memorial, ou seja, é erguido com o intuito de possibilitar que a comunidade que o erigiu e as futuras gerações rememorem aspectos fundamentais de sua história, podendo ser identificado nas épocas mais remotas da humanidade. Logo, o monumento tem uma natureza afetiva essencial, um propósito de tocar pela emoção definido a *priori* (CHOAY, 2001).

A noção de monumento histórico, por sua vez, foi delineada em meio às transformações que ocorreram na Itália a partir do século XV com o Renascimento Cultural, que estabeleceu uma distinção entre os monumentos de arte e os monumentos históricos que prevaleceu até o século XIX. Sob a designação de “antiguidades”, o monumento histórico “é constituído a *posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos

⁴⁹ As considerações de Choay (2001) baseiam-se na obra de Alois Riegl, que segundo a referida autora foi o primeiro a apresentar sem ambigüidades a distinção entre monumento e monumento histórico a partir da dinâmica de valores que lhe são conferidos. Cf. RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** São Paulo: Perspectiva, 2014.

edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte” (CHOAY, 2001, p.25).

Saliente-se ainda que, o conceito moderno de monumento histórico e artístico, bem datado historicamente, criou as condições para que o patrimônio se convertesse em “categoria socialmente definida, regulamentada e delimitada, e adquirisse sentido de herança coletiva especificamente cultural” (FONSECA, 2009a, p. 55). É importante mencionar que

essa noção pressupõe a ideia de distância e percepção da alteridade de uma civilização em relação a outras, o que só vai ocorrer no Renascimento, quando, pela primeira vez, uma cultura distante mais de um milênio no tempo é considerada ancestral do presente (FONSECA, 2009a, p.55).

Nessa fase, a noção de monumento histórico estava limitada a valorização dos edifícios e obras da Antiguidade, que para os humanistas “confirmavam ou ilustravam o testemunho dos autores gregos e romanos” (CHOAY, 2001, p. 62). Restrito às antiguidades, o monumento histórico estava voltado para um público limitado, formado por uma minoria de eruditos, artistas e príncipes. As primeiras medidas de preservação, que datam do século XV, foram empreendidas por papas por meio de bulas que objetivavam proteger edificações antigas e cristãs (FONSECA, 2009a, p.56).

No século XVIII, por influência da filosofia iluminista, as antiguidades adquirem uma nova configuração visual e semântica, permeada pelas experiências e concepção de história dos antiquários, cujas atividades se desenvolveram por toda a Europa e contribuíram de maneira decisiva para que moedas, medalhas e ruínas fossem valorizadas como material de pesquisa histórica, rompendo com o modelo clássico até então vigente, que considerava apenas os documentos escritos dignos de serem estudados (GONÇALVES, 2002, p. 116).

Os antiquários interessavam-se pelos objetos antigos como documentos do passado, dotados também de valor artístico. Essa disposição para a coleta e guarda de objetos do passado era partilhada apenas com a Igreja e a aristocracia, preocupados em preservar seus próprios bens. Até o século XVIII, as ações deliberadas visando à preservação de monumentos foram pontuais e realizadas pelos segmentos dominantes da sociedade (FONSECA, 2009a, p. 57).

Paradoxalmente, foram as ameaças concretas de destruição e perda dos monumentos históricos e artísticos que mobilizaram as sociedades nacionais para a preservação. Na Inglaterra, as sociedades de antiquários assumiram essa tarefa como reação à destruição de igrejas e imagens durante a Reforma Religiosa ocorrida no século XVI. O mesmo aconteceu durante a Revolução Francesa, onde a destruição dos bens que simbolizavam o poder da nobreza e do clero contrariava os princípios iluministas que sustentavam o movimento revolucionário. Por esse motivo, orientado pelas ideias iluministas de acumulação e difusão do saber, o governo revolucionário estabeleceu uma série de medidas que regulamentavam a proteção dos bens confiscados, vistos como fonte de instrução e documentos da nação, portanto, objeto de interesse cultural e político (FONSECA, 2009a, 57-58).

Na França e na Inglaterra, a ideia de um patrimônio nacional promoveu a elaboração de uma série de medidas administrativas e jurídicas. Comissões foram organizadas, leis, decretos e prescrições foram formulados e práticas de conservação foram instituídas. Definiu-se assim, um corpo de conceitos e um campo de atuação política para balizar os assuntos relativos ao patrimônio.

O século XIX marca a emergência de novos significados para o monumento histórico, relacionados às múltiplas transformações oriundas das inovações técnicas que caracterizaram a Revolução Industrial e suas consequências sobre o modo de vida e organização espacial das sociedades urbanas. Conforme os escritos de Choay (2001) essa é a fase de consagração do monumento histórico.

As questões impostas pelo desenvolvimento industrial estabelecem uma contradição: a ideia de modernidade inaugurada no século XIX impõe sérios desafios para os monumentos históricos, vistos como obstáculos aos novos modelos de urbanização e, ao mesmo tempo, a crescente urbanização, suscitou o surgimento, na Grã-Bretanha, da noção de patrimônio acompanhada de preservação.

Dessa forma, a consagração do monumento histórico relaciona-se a novos valores e conteúdos enredados ao “conjunto de práticas cuja institucionalização foi catalisada pelo poder das forças destrutivas [...] inerentes à lógica da era industrial que doravante ameaçam os monumentos históricos” (CHOAY, 2001, p. 143-144).

Ainda no que se refere à configuração do monumento histórico no século XIX, é fundamental explicitar as implicações do advento do positivismo e da compreensão da história como uma sucessão ordenada de fatos em direção ao progresso. Na concepção positivista a atenção volta-se para a história política e das instituições, são valorizados os eventos isolados que destacam batalhas, personagens, grandes feitos e heróis.⁵⁰

E na busca de um estatuto científico para a história, os documentos escritos ocuparam uma posição privilegiada em detrimento do abundante mundo dos objetos que passaram a ser fonte de apreciação eminentemente estética. Segundo Choay (2001, p. 129), os monumentos históricos tornaram-se objeto de estudo dos historiadores da arte, recém-chegados ao mundo do saber.

Nesse período, em que o culto ao monumento do passado coexiste com o culto à modernidade, a marcha da história balizada pela ideia de progresso e perspectiva de futuro passa a determinar o sentido e os valores do monumento histórico, cuja configuração perpassava o antagonismo entre as atividades da razão e da arte (CHOAY, 2001, p.138).

No século XIX, o monumento histórico foi integrado ao culto à arte, mas, ao mesmo tempo, seu papel como documento do passado era reforçado pelo Estado na afirmação da identidade nacional. A primeira comissão dos monumentos históricos, reunida na França no ano de 1837, definiu três grandes categorias de bens que constituíam os monumentos históricos: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (CHOAY, 2001, p. 12).

Em relação à política de preservação vigente nesse momento, podemos distinguir dois modelos:

[...] o modelo anglo-saxônico, com o apoio de sociedades civis, voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado (FONSECA, 2009a, p. 62).

⁵⁰ Dentre os autores que abordam a história da historiografia e os diferentes modelos explicativos que fundamentam o conhecimento histórico, dialogo com o texto “História e modelos” de Virgínia Fontes. Cf. FONTES. Virgínia. História e modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (Orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

O modelo francês, segundo Fonseca (2009a) predominou nos países europeus e estendeu-se na primeira metade do século XX para países da América Latina, inclusive o Brasil, onde predominou a narrativa nacionalista, ou seja, o patrimônio designando uma propriedade nacional.

Ainda em relação às questões semânticas, ressalto também que durante muito tempo monumento histórico e patrimônio histórico foram expressões consideradas sinônimas. Atualmente, dada à heterogeneidade e ampliação conceitual, as duas expressões apresentam significados específicos e singulares. Segundo Choay (2001), foi a noção de monumento histórico que prevaleceu por todo o século XIX e até a década de 1960.

Conforme a autora, durante a Revolução Francesa, o patrimônio designava bens pertencentes à nação e aos quais podia se aplicar um novo tipo de conservação, mas o conceito caiu em desuso com o fim do processo revolucionário. Em fins do século XIX, assim como ocorre ainda hoje, o conceito de patrimônio estava impregnado de conotação econômica, o que contribuía para sua ambivalência. Não obstante, a noção de monumento histórico era muito vaga para a maioria do público e assim permaneceu por várias décadas (CHOAY, 2001, p. 117-119).

É importante destacar ainda, que nas sociedades modernas ocidentais o patrimônio passou a representar de forma simbólica a memória e a identidade da nação, “o pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo patrimônio” (OLIVEIRA, 2008, p.114).

Ainda na perspectiva de evidenciar a complexidade e diversidade que caracterizam o campo patrimonial, pode-se destacar a distinção entre bem cultural e bem patrimonial. Este é definido por agentes que atuam como intermediários do Estado e embasados por práticas sociais juridicamente regulamentadas, atribuem a determinado bem sentido e valores que podem ser estéticos, históricos, etnográficos, etc. Deste modo, a definição dos bens patrimoniais envolve uma convenção que deve ser aceita pelos interlocutores, visto que passam a simbolizar uma identidade coletiva, que pode ser a nação, o estado ou o município (FONSECA, 2009a, p. 42).

No caso do bem cultural, juntamente com os valores de uso e econômico, enfatiza-se o valor simbólico como referência da ordem da cultura. Logo, sua compreensão remete ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos” (FONSECA, 2009a, p. 42).

No século XX, especificamente a partir de 1960, a noção de monumento histórico e as práticas de preservação que lhe são associadas romperam os limites da Europa onde tiveram origem e por muito tempo ficaram circunscritas. Nesse sentido, a primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que ocorreu em Atenas no ano de 1931, contou apenas com a participação de países europeus. Da segunda Conferência, em Veneza no ano de 1964, participaram três países não europeus: Tunísia, México e Peru.

A expansão do conceito de monumento histórico e sua institucionalização para além do campo europeu ou dos territórios sob o seu domínio é evidenciado pela participação de oitenta países dos cinco continentes na Convenção do Patrimônio Mundial em 1979 (CHOAY, 2001, p.14). Choay esclarece que “a tripla extensão - tipológica, cronológica e geográfica - dos bens patrimoniais é acompanhada pelo crescimento exponencial de seu público” (2001, p. 15).

Nos anos 1980, após um longo processo histórico de requalificação conceitual, os documentos apresentam uma concepção ampla de patrimônio cultural que acompanha as profundas transformações científicas e tecnológicas da segunda metade do século XX, que alteraram o lugar do ser humano no mundo, tornando as relações sociais mais complexas.

Em 1985, no México, esses aspectos foram contemplados pela Conferência mundial sobre políticas culturais que enfatizou em sua declaração o papel da educação, da ciência e da cultura para a aproximação entre os povos e melhor compreensão entre os homens. O documento explicita a cultura como o “conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais, afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social”. Nesse sentido abarcante, a cultura passa a englobar “os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000, p.272).

Seguindo essa perspectiva ampla de cultura, a Declaração do México de 1985 inclui os bens não materiais em sua definição de patrimônio cultural. Assim,

o patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares, os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (CARTAS PATRIMONIAIS, 2000, p.275).

Em relação à contemporaneidade, Choay (2001) salienta que o culto que se rende hoje ao patrimônio exige interpelações sobre os significados dos bens históricos e culturais para as sociedades. Para a referida autora “ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (2001, p.12).

Dando ênfase à configuração do patrimônio histórico nos dias atuais, Fonseca (2009a) destaca que

o universo dos patrimônios históricos e artísticos nacionais se caracteriza pela heterogeneidade dos bens que o integram, maior ou menor conforme a concepção de patrimônio e de cultura que se adote: igrejas, palácios, fortes, chafarizes, pontes, esculturas, pinturas, vestígios arquitetônicos, paisagens, produções do chamado artesanato, coleções etnográficas, equipamentos industriais, para não falar do que a Unesco denomina patrimônio não-físico ou imaterial - lendas, cantos, festas populares, e, mais recentemente, fazeres e saberes os mais diversos (p.41).

A enumeração acima, propositalmente caótica conforme Fonseca (2009a), chama a atenção para o fato de que os bens que compõem o patrimônio pertencem “enquanto signos, a sistemas de linguagem distintos: à arquitetura, às artes plásticas, à música, à etnografia, à arqueologia etc” (p.41). Esses sistemas apresentam particularidades e modos específicos de atuação enquanto códigos, bem como cumprem funções diferenciadas na vida social e econômica. A autora elucida ainda que,

[...] o que denominamos patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio, o que acarreta a ressemantização do bem e leva a alterações no seu sistema de valores. O processo de seleção desses bens é conduzido por agentes autorizados - representantes do Estado, com atribuições definidas - e dentro de categorias fixas, a priori definidas, relacionadas a determinadas disciplinas (arte, história, arqueologia, etnografia etc.).

É preciso mencionar também que as políticas de preservação do patrimônio cultural transcendem o conjunto de atividades visando a proteção física do bem e os recursos viabilizados pelas leis, decretos ou portarias dos órgãos estatais de patrimônio (FONSECA, 2009a). Voltados para uma perspectiva mais integrada e participativa, os discursos atuais defendem, entre outros aspectos, o compartilhamento de ações entre os órgãos da administração pública e a sociedade, reconhecido no Brasil por meio da Constituição Federal de 1988. Outro aspecto que está atualmente no cerne das discussões sobre questões patrimoniais no Brasil é o desenvolvimento de uma política de patrimônio que seja efetivamente pública.⁵¹

E diante das diversas problemáticas que envolvem a questão patrimonial no mundo contemporâneo, é importante assinalar ainda a convivência de situações díspares: se por um lado os bens patrimoniais têm sido exaltados como forma de preservar a história e memória coletiva, por outro, a ideia de preservação, em meio a valores instaurados pela modernidade capitalista, tem resultado em experiências e memórias fragilizadas. Os atos de conhecer, guardar, colecionar e lembrar antigos costumes e tradições cada vez mais crescentes, geralmente vem acompanhados de uma ideia de bens intocáveis, uma visão nostálgica de lugares pitorescos a serem visitados. Conforme Meneghello, “cada vez mais conhecido o passado parece ser cada vez menos compartilhado” (2000, p. 396).

3.2 A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PATRIMONIAL NO BRASIL

A expressão “patrimônio histórico e artístico” é geralmente associada a um conjunto de monumentos antigos que, por serem obras de arte excepcionais ou por terem sido palco de acontecimentos marcantes, são merecedores de proteção por parte do poder público. Essa imagem, predominante na política de patrimônio conduzida pelo Estado brasileiro por mais de sessenta anos, baseia-se em modelos ideais que não

⁵¹ Falar em políticas públicas de patrimônio é ir além dos parâmetros conceituais, ainda que eles sejam a referência. Implica o desenvolvimento de novos instrumentos de preservação e o envolvimento de novos atores, sempre tendo em vista o enriquecimento da relação da sociedade com seu patrimônio. Cf. FONSECA, 2009b, p. 59-79.

abrangem o caráter multifacetado e complexo de um determinado tempo e espaço, assim como desconsidera as tensões e conflitos de uma tessitura histórica (FONSECA, 2009b).

No Brasil, as políticas de patrimônio elaboradas na década de 1930, voltadas para a conservação da integridade física dos monumentos e centradas no instituto do tombamento embora tenham sido fundamentais para a preservação de bens cuja perda seria irreparável, produziram uma visão restritiva da prática de preservação, “centrando a atenção mais no objeto e menos nos sentidos que lhe são atribuídos ao longo do tempo” (FONSECA, 2009b, p.66).

Para a compreensão das acepções supracitadas e da configuração atual da questão patrimonial no Brasil é fundamental conhecer o processo histórico de implementação da política federal de preservação do patrimônio, que pretendo elucidar brevemente.

Nesse sentido, foi a partir da década de 1920 que a preservação dos monumentos de valor histórico e artístico foi considerada uma questão politicamente importante, com demanda para a participação do Estado. As primeiras iniciativas do poder público com essa finalidade partiram dos governos dos estados com a criação de inspetorias estaduais de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).

Contudo, a demanda por medidas de salvaguarda patrimonial que surgiu nos anos 1920 só ganhou visibilidade na década seguinte, quando o avanço das concepções acerca dos bens que simbolizam a identidade nacional culminou no reconhecimento da necessidade de atuação do Estado no sentido de elaborar uma legislação específica, bem como criar um órgão responsável pela conservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Em âmbito federal, as movimentações ocorreram inicialmente no domínio dos museus e o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio, denominado Inspeção dos Monumentos Nacionais, foi criado em 1934 no Museu Histórico Nacional. Efetivamente, o primeiro empreendimento do governo federal para a proteção do patrimônio foi a elevação de Ouro Preto à categoria de monumento nacional em 1933 (FONSECA, 2009a, p. 95).

É importante ressaltar que a história da questão patrimonial no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 está vinculada ao movimento modernista⁵², que teve papel fundamental “na educação, na definição da política de patrimônio, na construção de uma identidade nacional para o país” (OLIVEIRA, 2008, p. 116). Foram suas concepções de arte, história, tradição e nação que delinearão o conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil, permeando as políticas empreendidas pelo Estado por meio do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). A proteção dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais, para eles o berço da civilização brasileira, era parte da construção da tradição nacional.⁵³

Fonseca (2009a) explica que além do movimento modernista, a análise do surgimento das políticas patrimoniais no Brasil deve ser relacionada à instauração do Estado Novo⁵⁴ e a ampliação da reforma administrativa iniciada pelo presidente Getúlio Vargas em 1930.

Em termos jurídicos, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional apareceu pela primeira vez no Brasil na Constituição de 1934 e, embora não tivesse a denominação acima, os bens patrimoniais tornaram-se objeto de proteção obrigatória por parte do Estado. O artigo 10, inciso III da Carta Constitucional, define que é competência da União e dos Estados “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934).

⁵² Em linhas gerais, o Modernismo foi um movimento que nas décadas de 1920 e 1930 defendia uma revolução artística. Apresentava tendências heterogêneas, mas a crítica aos modelos políticos e culturais da Velha República era um ponto comum entre os intelectuais adeptos. Entre os objetivos do movimento podemos destacar a ruptura com o tradicionalismo, a libertação estética e, principalmente, a independência cultural do país. O marco simbólico desse movimento é a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922, na cidade de São Paulo. Discussões sobre o modernismo no Brasil cf. FABRIS, Anna Teresa (Org.). **Modernidade e modernismo no Brasil**. São Paulo: Mercado das Letras, 1994; LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.

⁵³ Os modernistas não eram os únicos a defender a proteção da arte barroca como símbolo da nacionalidade brasileira, sendo precedidos pelos neocolonialistas. Entre estes e os modernistas havia, além das diferenças político-ideológicas, divergências em torno do estilo de arte, do patrimônio e da arquitetura no Brasil. Cf. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

⁵⁴ Denominação dada ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de 1937 a 1945, caracterizado como ditatorial, nacionalista e anticomunista.

A proteção dos bens culturais no Brasil só foi regulamentada, entretanto, pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. A referida lei apresenta em seu artigo primeiro a seguinte concepção de patrimônio histórico e artístico:

O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

O Sphan, que começou a funcionar experimentalmente em 1936, já sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o decreto supracitado passou a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (FONSECA, 2009a, p.97).

Em relação à forma como as questões patrimoniais foram conduzidas durante o Estado Novo, é necessário explicitar que o Sphan assumiu a autoridade de guardião e salvador da matriz luso-brasileira da cultura nacional, desfrutando de surpreendente autonomia dentro do Ministério da Educação e Saúde. Fonseca (2009a) afirma que o Sphan “funcionou efetivamente como um espaço privilegiado, dentro do Estado, para a concretização de um projeto modernista” (p. 98).

A política de patrimônio que se configurou nos anos subsequentes à criação do Sphan enfatizava a percepção estética e a arquitetura, cabendo aos agentes, em nome dos interesses nacionais, selecionar bens de valor excepcional para representar a nação. Quanto aos estilos de época, o barroco era o mais valorizado, sendo seguido pelo neoclássico. Situando no barroco a origem da cultura brasileira, a escolha do patrimônio nacional recaía sobre a monumentalidade construída em “pedra e cal”, termo comumente utilizado entre os especialistas da área patrimonial para designar a valorização incondicional dos imóveis coloniais. Nesse caso,

o Sphan como uma academia, ou seja, como espaço da produção de um saber definiu o barroco como lugar de origem, e Minas como lugar da civilização brasileira. Daí a importância de salvar o passado da ruína e de transformá-lo em tradição. Só tínhamos uma civilização, ela advinha do barroco mineiro, que passou a ser considerado expressão da totalidade da nação (OLIVEIRA, 2008, p.123).

No registro da monumentalidade, que predominou nas narrativas sobre o patrimônio histórico e artístico nacional a partir da década de 1930 até a década de 1960, o

passado é considerado hierarquicamente superior ao presente, sendo para este fonte de identidade e inspiração das tradições. Os bens classificados como patrimônio representam exatamente essa tradição, o vínculo entre os brasileiros de ontem e de hoje. Nessa perspectiva, a relação com a realidade contemporânea e as experiências cotidianas é bem restrita, pois o passado e a tradição são valorizados em detrimento do presente (GONÇALVES, 2002).

Em relação às diferentes fases do Sphan, me reporto mais uma vez a Fonseca (2009a) que distingue

[...] a fase *heroica*, que vai desde a criação ainda em caráter provisório, do Sphan, em 1936, a 1967, quando termina a longa gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, da fase *moderna*, iniciada com a ascensão de Aloísio Magalhães na política cultural, quando se elaboram novas propostas de atuação. A gestão de Renato Soeiro (1967-1979) constitui um período intermediário, quando o Sphan tenta se adaptar a uma nova conjuntura buscando ajuda internacional e coexistindo com outras instituições federais atuantes na esfera da preservação (p. 29).

No que diz respeito à condução das políticas de preservação nas primeiras décadas de atuação do Sphan, é importante ressaltar que os processos de seleção e proteção do patrimônio eram geralmente encaminhados por intelectuais de perfil tradicional que atuavam no Estado “em nome do interesse público, na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas” (FONSECA, 2009a, p.23). Essa política de preservação, voltada para a produção das elites, começou a ser questionada na década de 1970, bem como o seu caráter nacional. Nesse momento, especialistas em ciências físico-matemáticas e sociais, administradores e pessoas ligadas ao mundo industrial introduziram valores e interesses que desencadearam nas duas décadas seguintes um processo de modernização da noção de patrimônio, o que significou sua vinculação à questão do desenvolvimento (FONSECA, 2009a).

Retomando a trajetória histórica da questão patrimonial no Brasil, o fim do Estado Novo em 1945 e a instauração de governos democráticos não representaram mudanças efetivas na condução da política federal de preservação que manteve o mesmo dirigente e, basicamente, as mesmas diretrizes do período anterior. Fonseca (2009a) argumenta que essa aparente estabilidade está relacionada ao progressivo desgaste do modelo implantado nas primeiras décadas do Sphan, que não apresentou renovações significativas.

Acrescente-se que a partir da década de 1950, o célere crescimento industrial e o contínuo processo de urbanização originaram impasses para a política patrimonial até então empreendida, que conflitava com os novos ideais que atrelavam o nacionalismo aos valores da modernização. Na dimensão simbólica, esse modelo se contrapõe às ideias de continuidade e tradição que subsidiavam as práticas do Sphan. No que tange os aspectos sociais e econômicos, o intenso processo de migração para as cidades, a valorização do solo urbano e a especulação imobiliária resultaram em sérias consequências para a preservação, que passa a ser vinculada à questão do desenvolvimento (FONSECA, 2009a, p.141).

Na década de 1960, essas limitações da política patrimonial estão presentes nas tensões envolvendo a preservação das cidades históricas, que cresciam em população e problemas. Uma nova elite, mais identificada com outras culturas estrangeiras e não com o passado colonial português, fazia oposições à imobilização imposta pelos tombamentos, enquanto as populações das cidades históricas consideravam os objetos da arte barroca como velharias, que no máximo garantiriam algum dinheiro com sua venda (OLIVEIRA, 2008, p. 124). A política patrimonial, ancorada no estatuto do tombamento, não apresentava relações com as experiências dos sujeitos, que desvinculados de seu patrimônio, não viam sentido para a preservação.

A partir de 1965, a articulação entre os interesses do desenvolvimento e os da preservação foi promovida em dois sentidos: “seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado” (FONSECA, 2009a, p. 142).

Na década de 1970, duas iniciativas foram marcos da reformulação da política federal de patrimônio. A primeira foi a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas, conhecido como Programa das Cidades Históricas (PCH) criado em 1973, inicialmente voltado para os estados do Norte e do Nordeste. O PCH tinha como objetivo viabilizar importantes iniciativas no campo da preservação que dessem suporte ao desenvolvimento de atividades turísticas e ao uso dos bens culturais como fonte de renda em regiões carentes. O programa, que

em 1977 foi estendido ao Sudeste, revitalizou monumentos em degradação, cabendo ao Iphan⁵⁵ aprovar e acompanhar os trabalhos de restauração.

Outra iniciativa foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, sob a liderança de Aloísio Magalhães, que atuou na busca de indicadores que possibilitassem o engendramento de um modelo de desenvolvimento apropriado aos diferentes contextos culturais brasileiros. Entre 1975 e 1979, apesar da dispersão de trabalhos, muitos foram interrompidos ou ficaram inconclusos, o CNRC desenvolveu importantes projetos no campo cultural (FONSECA, 2009a).

Tais trabalhos enveredaram para a elaboração de referências pluralistas na construção da identidade nacional expressas na diversidade regional, nas manifestações inseridas nas práticas sociais cotidianas, uma noção ampliada e abrangente de patrimônio. É importante observar que os conceitos delineados no CNRC, identificados com uma perspectiva antropológica de cultura, foram incorporados à Constituição Federal de 1988 (FONSECA, 2009a).

Na segunda metade dos anos 1970 e início dos anos 1980, o discurso da monumentalidade, que sustentava a noção de patrimônio, sofre duras críticas e o discurso do cotidiano ganha destaque, sendo fortemente tematizado no cenário público por Aloísio Magalhães. Em contraposição a noção tradicional de preservação, orientada por uma ideia limitada de patrimônio que enfatizava apenas a herança cultural europeia, Aloísio Magalhães ressaltava a importância do cotidiano, dos bens culturais vivos que caracterizam os saberes-fazer dos diversos grupos sociais brasileiros (OLIVEIRA, 2008, p. 129).

No discurso do cotidiano, não é mais o passado que é hierarquicamente valorizado, mas sim o presente. A narrativa do patrimônio tem como referência a experiência cotidiana dos diversos grupos e categorias sociais, e os bens culturais são pensados como instrumentos de desenvolvimento na construção do futuro. Várias modalidades de patrimônio são pensadas, pois a ênfase está na heterogeneidade da nação

⁵⁵ Ao longo de sua trajetória, o órgão federal de preservação recebeu outras denominações: na década de 1950, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan). E a partir da década 1970, Iphan. Essas alterações podem ser identificadas na trajetória da política patrimonial no Brasil analisada pela historiadora Maria Cecília Londres Fonseca Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política patrimonial no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a.

brasileira, sendo admitidos tantos passados e tantas memórias quanto são os grupos sociais (GONÇALVES, 2002, p.118-120).

Para Gonçalves (2002), os discursos instauradores do patrimônio no Brasil, sejam eles permeados pela narrativa da monumentalidade ou do cotidiano, estão fundamentados na “retórica da perda”, ou seja, na ameaça de fragmentação e destruição que colocaria em situação de risco a identidade e a memória nacional.

Neste caminho, a história é descrita como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos relacionados a uma cultura, tradição, identidade ou memória nacional tendem a se perder. Por conseguinte, a nação e a identidade nacional, ideias recorrentes nos discursos e ações oficiais, são construídos em oposição a esse processo de destruição. E na busca de uma identidade nacional, o critério da autenticidade, seguindo propósitos específicos de cada momento histórico, é utilizado na definição dos bens que compõem o patrimônio histórico e artístico. Para esclarecer essas ideias, cito o próprio Gonçalves:

[...] as narrativas nacionais sobre o patrimônio não apenas ilustram a existência da nação enquanto uma busca por uma identidade cultural original e contínua apesar de ameaçada, mas ‘são’ essa busca. O patrimônio é concebido, numa relação metonímica, como sendo a própria realidade que ele expressa. Desse modo, preservar o patrimônio é preservar a nação. As ameaças ao patrimônio são ameaças à própria existência da nação como uma entidade presente, auto-idêntica, dotada de fronteiras bem delimitadas no tempo e no espaço (1996, p.33).

Dessa forma, é paradoxal verificar que o mesmo discurso que se opõe ao processo de destruição o produz, pois as escolhas dos bens que devem ser transformados em símbolos de identidade e memória são acompanhadas dos atos de esquecer, silenciar e excluir tantos outros bens.

No final dos anos 1970 e no início da década de 1980, a legitimação da questão patrimonial assume uma conotação notadamente política relacionada ao processo de redemocratização do país, voltando-se para a preservação das manifestações culturais dos diversos grupos sociais e para a ampliação da participação social na construção e gestão desse patrimônio. Fonseca (2009a) assinala que “esse novo discurso se revelou compatível não só com o momento de abertura democrática dos últimos governos militares, como foi também encampado pela Nova República” (p. 159).

Nessa fase, os agentes institucionais que atuaram na reorientação da política federal de patrimônio se propuseram a atuar como mediadores dos grupos sociais excluídos materialmente e simbolicamente dos benefícios dessa política. É importante observar que o maior exemplo de inovação nesse sentido, por tudo que representa em termos de luta política e simbólica, foi o tombamento em 1986 do mais antigo terreiro de candomblé do país, o Casa Branca, em Salvador-BA (OLIVEIRA, 2008, p.127).

Fonseca (2009a) explica que a partir dos anos 1980 a ampliação do conceito de patrimônio adquiriu contornos mais específicos, influenciando as formas de atuação dos órgãos de preservação. Um aspecto que para a autora evidencia essas mudanças é a distinção entre patrimônio cultural material e imaterial, que orientou o processo de reestruturação do Iphan e que é fundamental no reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira.

A Constituição Federal de 1988 assinala essa nova face da política patrimonial no Brasil. A concepção de patrimônio cultural, incluindo a categoria de bens imateriais e intangíveis, está expressa o artigo 216 da Carta Constitucional:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No que tange a responsabilidade do Estado, cito mais uma vez o texto constitucional, agora em seu artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (BRASIL, 1988).

Outro aspecto imbricado nas concepções contemporâneas de patrimônio mencionado no capítulo anterior é o estímulo a participação, propondo o compartilhamento de responsabilidades e ações entre Estado e Sociedade. O artigo 216, inciso V, parágrafo primeiro da Constituição define que

o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988).

Fonseca (2009a) aponta que os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, se comparados com a forma como a cultura aparece em textos constitucionais anteriores, representaram um avanço inegável, pois a noção de patrimônio cultural foi ampliada, os direitos culturais foram mencionados e a sociedade foi incluída como parceira do Estado na promoção e proteção da cultura. Entretanto, a autora faz uma importante ressalva na questão dos direitos culturais que foram mencionados e não explicitados, dificultando a efetiva compreensão dessa nova noção presente na lei federal.

A nova concepção de patrimônio do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 foi contemplada no Decreto nº 3551 de 2000, que instituiu o inventário e registro dos bens culturais de natureza imaterial. Para Oliveira (2008), o inventário é o “ponto de partida e meio fundamental para a definição das políticas de patrimônio”. E o registro, por sua vez, “reflete o reconhecimento do valor das expressões culturais, o reconhecimento de que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro” (p. 133). Além disso, essas medidas estabelecem responsabilidades para o Estado no tocante à salvaguarda dos bens imateriais e na promoção de ações de valorização e incentivo às condições de transmissão, reprodução e manutenção das expressões que são referências culturais para os diferentes grupos sociais.

Nos últimos anos, os processos de ressemantização das noções de patrimônio e proteção suscitaram a introdução de novos conceitos, novos métodos e a inclusão de novos atores na condução das políticas patrimoniais, hoje voltadas para a ideia

de legitimação dos direitos culturais como exercício de cidadania. Nessa perspectiva,

[...] não tem mais sentido que os agentes institucionais se considerem os únicos porta-vozes dos interesses da sociedade; esta, por sua vez, vê na sua capacidade de organizar-se e de encaminhar suas demandas - sejam elas na área econômica, social ou cultural - o caminho para o exercício da cidadania (FONSECA, 2009a, p. 222).

Essas mudanças conceituais e de gerenciamento, extrapolando o domínio tradicional, trouxeram conflitos e pressões para as práticas de preservação em que até então estavam assentes as políticas patrimoniais. (FONSECA, 2009a, p.75).

Ainda em relação às mudanças na política patrimonial na década de 1980, Fonseca (2009a) destaca que os pedidos de tombamento começam a assumir novas características, com a inclusão, entre outras evidências da diversidade cultural brasileira, das diferentes correntes de imigração. A autora também considera a diversificação dos bens de arquitetura civil como um fato característico desse contexto histórico. É nesse quadro de ampliação conceitual e adoção de novos programas que se insere a mobilização em torno do tombamento da Casa Lambert.

3.3 O PATRIMÔNIO CULTURAL COMO PRÁTICA SOCIAL

Cada momento histórico define e seleciona seu patrimônio a partir das necessidades e questionamentos do presente. Conforme Meneghello (2000), patrimônio histórico é “uma relação entre os artefatos do passado e sua interpretação, e não um método mais acertado de zelar por ele” (p.341). Nesse sentido, as reflexões sobre os processos de patrimonialização devem considerar “[...] o exercício do passado reconhecido como construção [...]” e também que a institucionalização do patrimônio como uma prática “regida por leis e por um patamar comum de avaliação do passado é possibilitada apenas pelo exercício de reinterpretação desse passado” (p. 341).

A abordagem do patrimônio nessa perspectiva deve contemplar as rupturas e descontinuidades dos processos históricos, problematizando uma visão nostálgica do passado, idealizado e romantizado. A noção de passado dinâmico é de suma importância para pensar no patrimônio como espaço que educa, incidindo de maneira diversa nos indivíduos, portadores de racionalidades e sensibilidades.

Partindo do pressuposto de que os patrimônios não são neutros, ao contrário, estão imbricados de valores relacionados ao seu tempo e espaço, interessam-me, como propõe Fonseca (2009a), as práticas de construção desse patrimônio da história local, conduzido por atores definidos e em circunstâncias específicas. Para Fonseca, “são essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor enquanto patrimônio, o que justificaria sua proteção” (p.36).

A ideia de analisar a construção do patrimônio cultural como uma prática social, permeada por valores simbólicos produzidos em tempos e espaços específicos e singulares, aproxima esta pesquisa dos escritos de Riegl (2000), que no início do século XX, empreendeu uma análise crítica sobre os processos que determinam em diferentes épocas a atribuição de valores aos monumentos históricos.

Alois Riegl procurou analisar a questão dos “monumentos históricos não do ponto de vista do Estado, ou enquanto representações de nacionalidade, mas a partir das diferentes percepções que o contato com os monumentos suscita nos indivíduos” (FONSECA, 2009a, p.64). Assim, sua obra apresenta

indicações ricas e surpreendentemente atuais para se refletir sobre a questão da preservação em suas múltiplas versões, sobretudo se se tem em vista não a produção do patrimônio - até hoje sob o controle homogeneizador do Estado - mas a complexa e diversificada recepção dos bens culturais pelos diferentes estratos sociais (FONSECA, 2009a, p.64).

A dimensão da recepção não está presente na tônica dos discursos oficiais que destacam a produção e seleção desses bens, mas é preciso pensar na recepção desse universo simbólico por parte dos diferentes setores da sociedade, considerando a imensa diversidade cultural do nosso país e o papel dinâmico e ativo dos sujeitos por meio de experiências.

Os valores imbricados nos bens patrimoniais não lhe são inerentes, são atribuídos por atores sociais em circunstâncias específicas. Desse modo, a constituição dos

patrimônios é orientada por instrumentos jurídicos específicos, restritos aos especialistas, que delimitam no conjunto de bens do espaço público, os que devem ser preservados e transmitidos às futuras gerações. Dessa forma, os agentes do patrimônio afiguram-se como mediadores simbólicos, ao selecionarem e divulgarem como universais determinados valores atribuídos a partir de critérios, perspectivas e lugares sociais específicos.

Entretanto, é importante assinalar que a atuação de um agente patrimonial que atribui determinado valor simbólico a um bem, seja ele histórico, artístico, etnográfico ou de outra categoria, cria as condições para a manutenção de sua integridade física, mas não é suficiente para sustentar uma política pública de preservação do patrimônio, que vai além da proteção física dos bens e envolve uma prática social (FONSECA, 2009a).

Ao analisar historicamente os valores atribuídos aos monumentos, Riegl (2014) diferencia as produções intencionais das não intencionais. Os monumentos intencionais, característicos da Antiguidade Clássica e da Idade Média têm, conforme o referido autor, uma função prospectiva, ou seja, estão voltados para a celebração de momentos significativos do passado.

Os monumentos não intencionais por sua vez, são definidos pelos sujeitos de cada contexto histórico que atribuem valor e significado a um bem, transformando-o em monumento, num processo que não está relacionado à sua destinação original.

Em sua abordagem sobre o processo de constituição do monumento, Riegl distingue três valores de rememoração: valor de antiguidade, valor histórico e valor volitivo da memória, que são reconhecidos em diferentes momentos históricos conforme os sentidos atribuídos aos monumentos.

Partindo das discussões acima, no século XIX prevaleceu o valor histórico, ou seja, os monumentos como testemunhos do passado, intocáveis. Ao valor histórico foi introduzida uma base legal de proteção e, assim, “leis e decretos [...] foram inteiramente adaptados à ideia de que nos monumentos não volíveis - ao lado do valor de arte presumidamente objetivo - apenas existiria o valor histórico [...]” (RIEGL, 2014, p.46).

Conforme Riegl (2014) o valor de antiguidade surgiu como o produto lógico do valor histórico. Para ele, “sem o valor histórico, o valor de antiguidade não teria nascido. Se o século XIX foi o século do valor histórico, o século XX parece ser o do valor de antiguidade” (p.44-45). O valor de antiguidade relaciona-se a uma ideia de universalidade do monumento, do seu poder de sensibilização, de ser partilhado por todos sem qualquer tipo diferenciação. Com isso,

o monumento apresenta-se como não mais do que um substrato – evidente e inevitável – para evocar no observador contemporâneo a representação do ciclo da gênese e do desaparecimento, o surgimento do indivíduo para além da generalidade e a sua dissolução gradual no universo, premido pela natureza. Desde que essa evocação não pressuponha experiências científicas, nem exija, para a sua satisfação, quaisquer conhecimentos adquiridos por intermédio da formação histórica, mas seja provocada unicamente por uma percepção física, que se exterioriza por uma sensação; ela pode ser compartilhada não apenas pelos homens cultos [...], mas estender-se também para as massas, para todos os homens sem distinção intelectual (RIEGL, 2014, p. 38).

O valor histórico, nas elaborações de Riegl, apresenta uma base científica, sua compreensão envolve uma reflexão racional, diferenciando-se do valor de antiguidade que apela para a sensibilidade do indivíduo e apresenta-se imediatamente à percepção sensorial. Assim, o valor histórico de um monumento

[...] resulta, para nós, do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana. Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no monumento os traços das influências da degradação da natureza, mas a sua criação original, como obra humana (RIEGL, 2014, p. 55).

O valor volível da memória ou de comemoração diferencia-se do valor de antiguidade que “avalia o passado pelo próprio termo” e do valor histórico que “mostrou a tendência de abstrair do passado um momento da evolução histórica, colocando-o diante de nossos olhos como se pertencesse ao presente” (RIEGL, p. 63).

O valor intencional de comemoração tem o objetivo de “nunca deixar, de certa forma, que um monumento faça parte do passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo” (RIEGL, 2014, p. 64). A partir da definição dessa terceira categoria de valores percebe-se sua evidente ligação com os valores de atualidade, pois se relaciona a ideia de um presente eterno, tendo como postulado fundamental a restauração.

Outra categoria de valores concernentes aos monumentos sugerida por Riegl é a dos valores de atualidade ou contemporaneidade, que surgem da satisfação de determinadas necessidades sensíveis ou espirituais dos indivíduos, dividindo-se em valores práticos ou utilitários e valores de arte. Em relação aos valores de atualidade Riegl ressalta que,

[...] sempre existirá a tendência de considerar o monumento não como tal, mas como uma estrutura moderna, exigindo que o monumento antigo tenha a aparência externa de toda obra humana em estado de formação, ou seja, que dê a impressão de integralidade e de não ter sido afetado pelas influências naturais (2014, p. 65).

Nas sociedades ocidentais, os diferentes valores atribuídos aos bens são regulados pelas noções de história e arte que se articulam sobre as categorias de tempo e espaço. Os bens que configuram o patrimônio se propõem “como marcas do tempo no espaço” (FONSECA, 2009a, p. 51). No Brasil, no processo de seleção de bens que configuram os patrimônios e simbolizam a construção de uma identidade nacional, os valores histórico e artístico - valores da ordem da cultura - passaram a orientar as práticas de constituição e proteção dos patrimônios.

Os discursos sobre patrimônio hoje, ao ressaltar seu caráter de construção ou invenção, expressam concepções antropológicas de cultura, um sistema simbólico com “estruturas de significado pelas quais os homens orientam suas ações” (OLIVEIRA, 2008, p. 135). Para dar ênfase a tais aspectos hoje enredados à concepção de patrimônio, “é preciso reforçar que os bens que configuram o patrimônio têm, ao mesmo tempo, um sentido prático e simbólico” (OLIVEIRA, 2008, p. 135).

Para Fonseca (2009a), as políticas de preservação “se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos” (p.21). Essas políticas parecem alcançar “um alto grau de eficiência simbólica”, pois “é muito raro ocorrerem contestações quanto ao valor dos monumentos que são objeto de proteção” (p.21). Todavia, os patrimônios, com seus objetivos amplos de atingir toda a sociedade, têm alcance limitado uma vez que se trata de uma “[...] política conduzida por intelectuais, que requer um grau de especialização em determinadas áreas do saber [...] e, por parte dos usuários, algum domínio desses códigos” (p.22).

A perspectiva thompsoniana de cultura também oferece um suporte importante para analisar a relação da sociedade com seu patrimônio, pois se fundamenta no caráter plural da cultura e em uma acepção de sujeitos históricos inteiros, vinculados aos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da realidade em que estão inseridos por meio de suas experiências. Portanto, fornece embasamento para a compreensão das imagens e visões de mundo presentes na Casa Lambert que representa de forma simbólica a memória e identidade italiana, despertando sentimento de pertencimento.

Com base nessa noção de cultura, para a compreensão dos processos que elevam determinados bens à categoria de patrimônio cultural, símbolos de uma coletividade, é preciso refletir acerca da pluralidade de interesses e conflitos que perpassam as relações sociais. Os embates socioculturais estimulam “os sujeitos a acumularem experiências que são ressignificadas, promovendo ações de dominação e/ou resistência, e que levam em consideração normas, valores e sentimentos” (PINTO JR., 2010, p. 38).

Nas palavras de Thompson:

Não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (1998, p.22).

Mediante o exposto, a definição do patrimônio cultural depende de múltiplos fatores, entre eles, a atuação de Estado e as diretrizes dos órgãos de preservação, as escolhas dos sujeitos envolvidos, a atuação do setor privado e dos movimentos sociais e a imagem de passado que se pretende perpetuar. Por conseguinte, determinadas visões de mundo sobressaem em processos de construção simbólica que priorizam determinados bens em detrimento de outros que são legados ao esquecimento e exclusão.

A produção de um universo simbólico presente na constituição dos patrimônios impõe aos especialistas, recrutados entre os intelectuais, dois grandes desafios:

[...] o primeiro é o de, através da seleção de bens móveis e imóveis [...] construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional; o segundo é o de fazer com que seja aceito como consensual, não-arbitrário, o que é resultado de uma seleção - de determinados bens - e de uma convenção - a atribuição, a esses bens, de determinados valores. Ou seja, de, ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade (OLIVEIRA, 2009a, p. 22).

Ao lado de outros bens culturais que atestam as marcas da imigração italiana, a Casa Lambert, como símbolo da arquitetura vernacular⁵⁶ expressa valores culturais e visões de mundo. Construída no momento em que se fundavam as bases do Núcleo Timbuhy, esse espaço figura, conforme os parâmetros analíticos de Riegl (2014), como um monumento não intencional que passou por inúmeras transformações em sua relação com a cidade e a sociedade. Assim, para a compreensão do processo que transformou um lar em patrimônio da cidade é fundamental considerar os valores imbricados na história da casa, sejam eles de rememoração ou de contemporaneidade.

Em relação aos valores de contemporaneidade conferidos ao patrimônio, merece destaque, na relação da cidade com a modernidade capitalista, o uso do passado como atrativo econômico. Em Santa Teresa, os bens patrimoniais tangíveis e intangíveis que simbolizam a cultura italiana são utilizados para estimular o turismo na região, o que permite fazer questionamentos acerca da visão mercadológica dos bens patrimoniais, ou seja, sua transformação em bens de consumo. Destarte, a inserção do patrimônio nos mercados dos bens culturais e do turismo não pode comprometer a sua história e os valores que distinguem esse bem e lhes dão sentido.

Diante dessa problemática, é fundamental pensar numa relação dinâmica da sociedade com o seu patrimônio, pois a preservação passa pelo envolvimento do sujeito com o bem a ser preservado. Por isso, é pertinente analisar a ideia de patrimônio como um lugar pitoresco a ser visitado que perpassa a transformação dos bens culturais em bens de consumo, incidindo sobre as experiências vividas que superficializadas e fragilizadas se transformam em vivências.

⁵⁶ Termo inglês usado para distinguir os edifícios marcadamente locais. Cf. CHOAY, 2001.

Partindo dos referenciais explicitados acima, que ressaltam o caráter histórico, plural e dinâmico da cultura e das experiências, é possível tensionar, a partir da patrimonialização da Casa Lambert, uma concepção de patrimônio vinculada a ideia de passado único, homogêneo e celebrativo, que desconsidera a relação dialética entre presente e passado e desvincula os sujeitos, que são transformados em meros espectadores de seu patrimônio cultural.

4 OS MÚLTIPLOS USOS E SENTIDOS DO ESPAÇO DE HABITAR

Para experimentar, através de nossa vida, o apego que sentimos pela casa natal, o sonho é mais poderoso que os pensamentos.

[...]

Então, se mantivermos o sonho na memória, se ultrapassarmos a coleção das lembranças precisas, casa perdida na noite dos tempos sai da sombra, parte por parte.

Bachelard (1993)

As casas construídas pelos imigrantes na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX que sobreviveram ao tempo, estejam elas conservadas, adaptadas a novos usos sociais ou mesmo em ruínas, são parte de um momento de transição econômica e social na história do Brasil, quando a política de imigração encaminhou um grande número de europeus para o Espírito Santo (MUNIZ, 2009).

A arquitetura da imigração nos remete aos “modos e meios de vida de uma população que, na segunda metade do século XIX se viu na contingência de emigrar em busca de melhores condições de vida” (MUNIZ, 2009, p. 91). Nesse processo, os imigrantes trouxeram novos valores culturais e contribuíram para as transformações socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Como testemunha da história, a arquitetura rural do imigrante, fala-nos de um passado recente e da luta do homem e da natureza nos vales e montanhas do Espírito Santo. Uma luta que deixou marcas na paisagem, trouxe novos valores culturais e contribuiu para a mudança nos modos de vida e nas relações de trabalho dos novos brasileiros.

Portanto, uma parte da imigração europeia no Brasil ainda está viva e presente na paisagem e na arquitetura rural produzida pelos imigrantes e seus descendentes em terras capixabas (MUNIZ, 2009, p. 131-132).

No que refere às casas construídas pelos imigrantes italianos, Muniz (1998) ressalta que “por vezes se aproximam de lembranças de formas e espaços variados usados na arquitetura rural de diferentes regiões italianas, sobretudo de localidades do norte de onde vieram imigrantes para o Espírito Santo” (p. 250). Entretanto, esse processo não representou a mera transferência ou importação de valores culturais europeus, pois as casas dos colonos italianos trazem também as marcas das adaptações às necessidades de integração ao clima e disponibilidade de materiais do novo

ambiente e ainda contribuições de outras culturas presentes na província (MUNIZ, 1998; POSENATO, 1998; FILIPPON, 2007). Dessa forma, o colono italiano “utilizando a sua bagagem cultural transforma os elementos da natureza para construir sua morada, a sua proteção” (FILIPPON, 2007, p. 43).

É importante destacar que o primeiro abrigo construído pelo imigrante geralmente consistia em uma choupana rudimentar, que logo seria substituída por uma casa em caráter definitivo. Mas, se os proprietários prosperassem, essa moradia daria lugar a outra maior, de dois pavimentos, com mais detalhes e semelhante às casas rurais do norte italiano, porém com materiais diferentes. E ainda havia casos em que o colono comprava outra terra com casa de fazenda de tradição local. No processo de construção adotado pelos imigrantes predominou o trabalho coletivo, o mutirão (MUNIZ, 2009).

Os imigrantes, ao construírem suas casas, além de atenderem a necessidade básica de abrigo, infundiram nelas valores afetivos, conhecimentos, expectativas e visões de mundo. Conforme Filippón (2007),

a construção de uma casa, do seu mobiliário, é uma manifestação cultural; se constitui numa criação, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelo homem. O imigrante italiano, além do sonho da posse da terra, tinha o desejo de construir o seu lar, e assim o fez. Sendo proprietário da sua terra, podia edificar sobre tal território, a casa, os fornos, os abrigos para os animais e, imbuídos pelo espírito societário, também os capitéis, as capelas, criando um cenário que expressava a sua cultura (p.37-38).

As edificações relacionam-se ao modo de viver, de pensar, de agir de um grupo social, portanto, aos seus valores culturais. Nessa perspectiva, uma casa

tem como função básica garantir a proteção; é um invólucro que nos seus intramuros, encerra um palco de manifestações da cultura do homem que a construiu. O espaço da casa não é apenas o espaço geométrico, o volume de planos, as linhas retas e curvas que envolvem o homem; é vivido, e adquire valores humanos (FILIPPON, 2007, p. 9).

Por conseguinte, a moradia revela as relações dos indivíduos com o espaço vivido, sendo possível analisá-la para além de artefato construído para abrigo, como um objeto que pode adquirir vários significados, e que tem a sua própria linguagem e representação (FILIPPON, 2007, p. 9).

4.1 O PERCURSO HISTÓRICO DA CASA LAMBERT

A Casa dos irmãos Lambert (Figura 11) foi construída entre os anos de 1875 e 1876, junto ao rio São Lourenço, utilizando a técnica de pau a pique, também conhecida como taipa de mão ou estuque, tanto interna quanto externamente. Apresenta dois pavimentos de planta retangular (Figura 12) e armação de taipa com varas colocadas no sentido diagonal (Figura 13). Originalmente, a Casa era coberta de tabuinhas, hoje substituídas por telhas de zinco e o piso original de chão batido foi substituído por friso de madeira. É considerada por Muniz (1998) como referência de construção reforçada e também de manutenção de tradições culturais do Trentino.

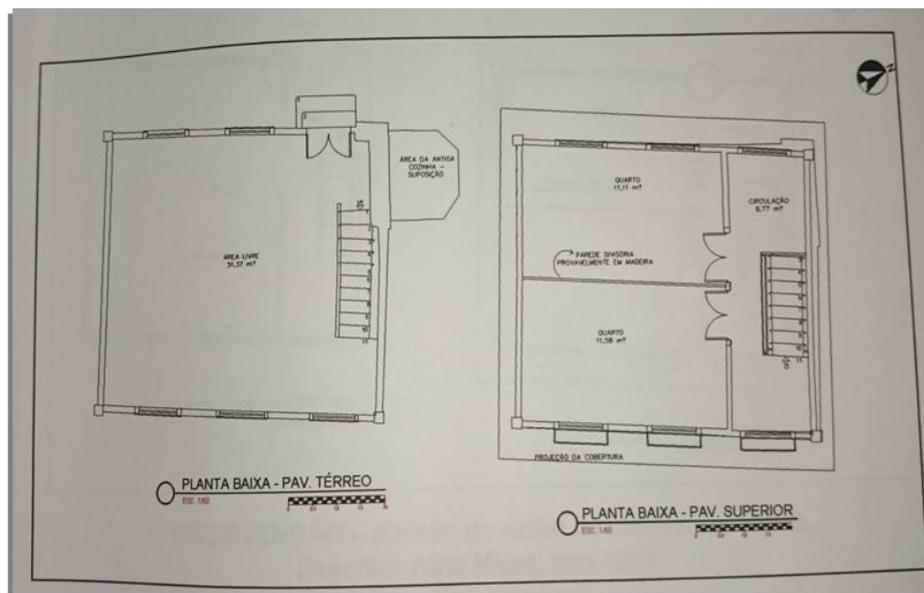
O único volume que se sobressaía do prisma retangular de pau a pique era em pedra e acredita-se que se destinava a uma pequena cozinha, já que a foto do início do século demonstra a existência de uma chaminé (Figura 11). O banheiro não fazia parte do corpo da casa e não há indicações sobre sua localização.

Figura 11- Fotografia da Casa Lambert no início do século XX.



Fonte: Grosselli (2008). Autor desconhecido.

Figura 12- Desenho do núcleo original da Casa- corpo principal.



Fonte: Miceli (2008).

Figura 13- Fotografia mostrando detalhe da Casa Lambert que destaca armação de taipa no sentido diagonal.



Fonte: Posenato (1997).

A técnica de pau a pique, predominou na arquitetura rural do imigrante italiano e foi conhecida logo após sua chegada, pois era utilizada nos barracões que os abrigavam (MUNIZ, 1998).

Esses materiais, madeira na estrutura e pau a pique nas vedações, eram os mesmos utilizados nas moradias simples de caboclos: pequenas casas

térreas de teto baixo, com piso de terra batida e cobertura de palha, destinadas às habitações rurais dos pobres e escravos. [...] Em técnica de maior apuro, esses materiais também eram usados em grandes sedes de fazendas locais (MUNIZ, 2009, p. 141).

Ressaltando os aspectos construtivos da Casa Lambert, as vedações de pau a pique podem ser assim definidas

[...] consistem em paus, de seção roliça variando entre 10 e 15 cm de diâmetro, dispostos perpendicularmente entre os frechais a distância aproximada de um palmo, com paus mais finos (ripas ou varas), dispostos na horizontal dos dois lados da parede e com espaçamento menor, amarrados ou pregados nos verticais, formando uma verdadeira gaiola. Após concluída a trama o barro é jogado e apertado sobre ela (com as mãos) simultaneamente dos dois lados ((CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 001/2002, f. 038).

Os italianos aperfeiçoaram a técnica de pau a pique, desenvolvendo inovações que garantiram a construção de moradias mais resistentes. Assim, a técnica de pau a pique usada na região “recebeu um gradeado feito com ripas estruturadas na diagonal [...], o que proporcionava mais estabilidade às paredes de pouca espessura, tanto internas quanto externas” (MUNIZ, 1998, p.257).

A importância dessa técnica (Figura 13) para a conservação do imóvel é mencionada no Projeto de Restauração da Casa Lambert, que destaca: “acreditamos que a longevidade dessas paredes, sem revestimento externo, dá-se, principalmente a peculiaridade da disposição diagonalmente oposta nas ripas [...]” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p. 31).

As casas eram erguidas, geralmente, em locais próximos à água, fonte ou riacho de modo que as construções para serviços e armazenamento dos produtos da lavoura fossem organizadas em seu entorno. A madeira de lei, extraída da floresta virgem que cobria as suas novas terras, foi o principal material utilizado pelos colonos na construção das casas. Com ela eram feitas as estruturas, esquadrias, pisos, coberturas, forros, balaústres, escadas e ornamentação (MUNIZ, 1998; POSENATO, 1998).

Sobre este aspecto, é importante destacar que devido ao processo de adaptação às condições naturais encontradas em Santa Teresa pelos primeiros colonos, as casas eram construídas “em regiões com acesso pelos vales através de picadas,

ocupando os espaços nos “pés” dos morros, próximos aos rios, conforme áreas existentes” (GASPARINI, 2008, p. 127). Assim, a Casa dos Lambert que originalmente estava numa área rural, afastada do núcleo colonial, atualmente está inserida na área urbana do município. Além disso, a abertura da estrada São Lourenço cortou parte do quintal da casa, separando-a da capela. Esse fato causou alterações na percepção do espaço da casa e, assim, a fachada dos fundos passou a ter o caráter de frente já que está voltada para a estrada (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08).

Nesse sentido, devido ao crescimento urbano acelerado e às necessidades de adaptação ao uso predominantemente residencial, foram feitas algumas alterações na Casa, tanto internas quanto externas, com o objetivo de adaptá-la às mudanças na família e na própria cidade (Figuras 14-15).

Figura 14- Fotografia da Casa Lambert no início da década de 1980.



Fonte: Grilo (1980).

Figura 15- Fotografia da Casa Lambert nos dias de hoje, destacando as mudanças oriundas da urbanização.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

A descrição apresentada no Projeto de Restauração é bastante elucidativa para a compreensão das mudanças ocorridas na Casa ao longo do tempo e sua configuração no início do século XXI (Figura 16). Assim,

a Casa Lambert sofreu [...] algumas alterações que são responsáveis por sua configuração atual composta do corpo principal (mais antigo), com dois pavimentos e interior com paredes executadas em épocas diferentes, e dois anexos - um contendo a cozinha e outra contendo o banheiro e a área de serviço - os quais são de momentos distintos, além de elementos construtivos originais que foram substituídos por outros com características diferentes, como o telhado do corpo principal originalmente em tabuinhas e atualmente em telhas de zinco. Sofreu, também, com a degradação natural dos materiais devido à ação das intempéries, da umidade ascendente e de infestação biológica como cupins etc. (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p. 6).

Por meio dos escritos de Muniz (1998) é possível conhecer outros aspectos relativos à trajetória histórica da Casa, complementado as informações supracitadas. De acordo com a referida autora

[...] o volume que constituía uma pequena cozinha, como no Trentino, já não existe; e a escada para o sótão também já se perdeu. A base de pedra, a

estrutura em madeira e as paredes de pau-a-pique reforçadas por ripas na diagonal permaneceram aparentes, como sempre foram (MUNIZ, 1998, p. 265).

Figura 16- Fotografia da residência Lambert em 2002.



Fonte: Página do Centro Educacional Leonardo Da Vinci (2002).

Tombado como patrimônio histórico e cultural do Espírito Santo em 1985, o imóvel manteve seu uso original como moradia até 2007, quando foi comprada dos herdeiros para ser transformada em um espaço cultural. Nessa época, conforme relatórios técnicos produzidos pela Secult, a casa apresentava sérios problemas estruturais, com riscos de desabamento. Restaurada em 2010, a Casa Lambert foi aberta ao público em 2011, abrigando em seu espaço um museu.

4.2 O TOMBAMENTO

A expressão tombamento é originária do direito português na qual o verbo tombar significava inventariar ou inscrever nos arquivos do reino, que ficavam guardados na Torre do Tombo. Instrumento de preservação por excelência da política patrimonial

implementada no Brasil na década de 1930, muitas vezes confundido com a preservação, o tombamento significava inscrever em um dos quatro livros do Tombo: Livro de Belas-Artes, Livro Histórico, Livro Arqueológico e Etnográfico, e Livro Paisagístico (OLIVEIRA, 2008).

E se as décadas de 1970 e 1980 marcaram o surgimento de novas concepções de patrimônio e preservação, essas ideias não chegaram a alterar substancialmente as práticas de preservação. Mesmo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988 indicando explicitamente a busca de “outras formas de preservação e acautelamento”, a prática do Iphan continuou concentrada nos tombamentos (FONSECA, 2009a).

Fonseca (2009a) ressalta que

o instituto do tombamento - dispositivo por meio do qual, no decreto-lei nº 25 de 30.11.37, se efetiva a proteção de bens culturais pelo Estado no Brasil - incide sobre o sistema de valores dos bens por ele atingidos e sobre o estatuto da propriedade desses bens de forma peculiar, específica (p. 38).

E assim, no caso de um bem tombado, a proteção e tutela do Estado incidem sobre os aspectos considerados de interesse público, os valores culturais como referências de identidade.

Segundo Fonseca (2009a), na concepção atual, “além de instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, o tombamento tem sido considerado e utilizado, tanto por agentes oficiais quanto por grupos sociais, como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem” (p.180).

Assim, o instituto do tombamento nos contornos atuais representa

a prática mais significativa da política de preservação federal no Brasil. Significativa, não só pelo poder de delimitar um universo simbólico específico, como também por intervir no estatuto da propriedade e no uso do espaço físico. E significativa, sobretudo, porque constitui um campo em que se explicitam - e de onde se podem apreender - os sentidos da preservação para os diferentes atores sociais envolvidos (FONSECA, 2009a, p.181).

A cientista social Silvana Barbosa Rubino (1992) também assinala a importância do tombamento como instrumento supremo do processo de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Para a autora,

o tombamento é o momento por excelência do processo de preservação. É um discurso, pois diz algo sobre o bem, é instituinte, pois lhe confere história. Confere aos bens esse caráter de prova, cria um corpo de especialistas para guardá-lo e estudá-lo. Como contínuo contar e recontar dos mitos, aproxima diacronia e sincronia (RUBINO, 1992, p.10).

Em relação à sociedade, Fonseca (2009a) aponta que os processos de recepção do tombamento têm ocorrido de maneira diferenciada. Para os grupos sociais economicamente e socialmente desfavorecidos, ter um bem de sua cultura tombado pode significar benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político. Nesse caso, “os tombamentos dos bens representativos da presença negra no Brasil - o Terreiro da Casa Branca, em Salvador, e a Serra da Barriga, em Alagoas - foram conduzidos por grupos vinculados aos movimentos negros como verdadeiras lutas políticas” (p.180).

Nas cidades históricas, o tombamento ao assegurar a manutenção de sua feição original, pode significar uma alternativa economicamente lucrativa para a população, através do turismo, como ocorre em inúmeras cidades mineiras. Entretanto, em centros históricos degradados, como é caso do Pelourinho, a restauração implicou um remanejamento e eventual saída das populações mais pobres (FONSECA, 2009a).

Por seu turno, o tombamento de imóveis em setores urbanos antigos apresenta consequências indesejadas para extratos da classe média e alta, como proprietários dos imóveis e os empresários da construção civil, devido às restrições que impõe ao bem enquanto mercadoria e os limites que acarreta ao uso do imóvel. Essas disputas se tornaram mais contundentes a partir dos anos 1970, com a tendência ao tombamento de conjuntos e uma maior preocupação com o entorno dos bens tombados. Em relação aos conflitos enredados na proteção dos bens imóveis, Fonseca (2009a) comenta que “os processos de tombamento constituem espaços de expressão desses confrontos, onde se podem captar as várias vozes envolvidas na questão da preservação e sua influência na condução dos processos (p.181).

A partir da década de 1980, houve uma difusão das práticas de proteção com os tombamentos estaduais e municipais. Nas solicitações de tombamento, além do critério de excepcionalidade, são destacados aspectos como o potencial turístico do bem e o seu valor afetivo para a comunidade. Nessa perspectiva o próprio critério de

excepcionalidade foi redimensionado, enfatizando o caráter de permanência e vitalidade de um bem, sua capacidade de provocar continuamente novas leituras (FONSECA, 2009a).

No que se refere a Casa Lambert, é importante analisar o tombamento a partir de suas “implicações na vida social, ou seja: o uso que dela fazem os agentes oficiais; o modo como dela se apropriam os que a solicitam; as reações daqueles que são afetados por sua aplicação ou pelo não atendimento desse tipo de solicitação” (FONSECA, 2009a, p.181). As primeiras movimentações em defesa do tombamento de bens pertencentes à família Lambert ocorreram a partir da primeira metade da década de 1980, fundamentadas em valores de ordem histórica e cultural e enfatizando o caráter de referência desses bens para o processo de imigração italiana no Espírito Santo.

A propósito do processo de tombamento da Casa Lambert, o conselheiro Orlando Bomfim Netto, da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Estadual de Cultura (CEC) do Espírito Santo, baseado no parecer técnico do arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão, apresenta a necessidade e urgência em tomba a residência “por sua notável expressão histórica” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, p. 10).

A importância do imóvel foi destacada também por ter abrigado os Lambert, imigrantes que deram grandes contribuições à região e ao estado, cujos descendentes continuavam morando na casa e zelando pela sua preservação. O tombamento era considerado como uma relevante iniciativa no sentido de destacar Santa Teresa como um dos municípios de imigração italiana, com grande influência de sua cultura (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento 09/80, p. 10-11).

Assim, o processo de tombamento sustentava-se na ideia da casa “enquanto testemunho de um determinado espaço/tempo vivido por determinados atores” (FONSECA, 2009, p.42). Todavia, é importante considerar que a constituição do patrimônio é uma prática essencialmente seletiva, restrita a especialistas, que atuam em nome do interesse público, e acabam privilegiando uma concepção tradicional da

história, que numa dimensão instrumental não abarca a complexidade, as tensões e os conflitos dos diferentes contextos em que estão inseridos os bens patrimoniais.

De acordo com Fonseca (2009a), a definição do patrimônio histórico e cultural em função de sua carga simbólica, no sentido de reforçar as identidades locais, como ocorreu com a Casa Lambert, relaciona-se a um novo discurso que incidiu sobre o patrimônio a partir da década de 1980.

O parecer técnico do arquiteto Jayme Henrique Emery Brandão enfatiza o valor histórico em detrimento do valor artístico: “trata-se de uma construção sem estilo arquitetônico, não tendo valor como obra de arte, sendo porém de grande valor histórico por ter sido a primeira construção levantada naquele sítio” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, p.8).

Observa-se neste parecer uma avaliação eminentemente subjetiva, baseada em uma concepção bastante restritiva de valor artístico. Seguindo a tradição dos primeiros tempos do Sphan, a atribuição de valor artístico com grande frequência associado ao critério de excepcionalidade, considera o bem a partir de seus aspectos formais, ou seja, em função dos materiais usados, apuro da execução e o estado de conservação. Todavia, na apreensão da dimensão simbólica presente na construção dos patrimônios é pertinente destacar que a atribuição de valor a um bem não pode se reduzir a uma questão meramente técnica. E ainda, que os processos de tombamento estão carregados de valores que dependem de múltiplos fatores, entre eles, as escolhas dos sujeitos envolvidos e a imagem de passado que se pretende evidenciar.

Analisando o processo 09/80 foi possível identificar que em fevereiro de 1984, antes da efetivação do tombamento, um dossiê da Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural (DPHC) do Departamento Estadual de Cultura (DEC), evidenciava o valor cultural da casa como marco da colonização italiana no Espírito Santo, justificando seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, seu tombamento e proteção pelo Estado. Dessa forma, a definição do patrimônio perpassa os sentidos historicamente construídos a ele atribuídos.

Os documentos apresentavam também apreciações sobre a utilização do espaço da casa relativas à manutenção do uso original como residência da família Lambert ou sua transformação num museu (Figura 17).

Essa foi a primeira residência construída na região de Santa Teresa pelos colonizadores italianos [...]. Recomenda-se o tombamento da referida casa pela clareza estrutural que apresenta bem como por seu significado histórico para o Espírito Santo e em especial para a comunidade de Santa Teresa. Aconselhamos a demolição dos dois anexos e a restauração do corpo original da casa para instalação no local do museu da colonização italiana com aproveitamento de todo o material iconográfico pertencente à família Lambert (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, p. 14).

Figura 17- Fotografia da Casa Lambert na época do tombamento, detalhes que destacam o uso residencial.



Fonte: Grilo (1981).

Segundo Choay (2001), entre os valores contemporâneos definidos por Riegl, destaca-se o valor de uso que se refere “as condições materiais de utilização prática dos monumentos” (p.169). Neste caso, ao longo das décadas de 1990 e 2000

surgiram alguns embates simbólicos em torno da utilização do espaço da Casa, que em 2007 foi desocupada devido aos riscos de desabamento.

É importante mencionar que na época do tombamento a Casa era habitada por Virgílio Lambert Thomazi (figura 18), neto de Virgílio Lambert, e seus familiares. Mantendo a tradição dos seus ascendentes, Virgílio Thomazi, tornou-se uma personalidade conhecida em Santa Teresa, se destacando como escultor, marceneiro, carpinteiro, ferreiro e armeiro. Seu envolvimento emocional com o imóvel e o desejo de preservá-lo é ressaltado por seus filhos e netos, além de moradores da cidade. É dele a foto que decora o interior da oficina da Casa-Museu atualmente.

Figura 18- Fotografia de Virgílio Lambert Thomazi e sua esposa Elvina Moscon Thomazi.



Fonte: Grilo (1981).

Biasutti (1991), em seu álbum de recorte em comemoração aos cem anos de emancipação política de Santa Teresa, apresenta um artigo do Jornal La Montanara,

de agosto de 1989, que homenageia Virgílio Lambert Thomazi. Aos 98 anos de idade, o morador da Casa Lambert, ao ser entrevistado, destaca:

Trabalho sempre foi uma virtude para nossa família. Eu mesmo já fiz de tudo, menos roubar. [...] Meu avô, o qual não conheci, mexia com a seda. Havia a semente de amoreira, e dela aparecia a semente do bicho da seda; tinha máquina de tecer e tudo.

Já o irmão dele, de Veneza, era acadêmico e morreu por causa das tintas, de tanto trabalhar com elas. [...]

Eu sou o que sobrou dos mais antigos (LA MONTANARA, apud BIASUTTI, 1991, p.90).

O interesse do proprietário pelo tombamento do imóvel é ressaltado no parecer 03/84, do relator Orlando Bomfim Netto.

O imóvel apresenta necessidade de reparos urgentes e medidas que garantam a sua integridade arquitetônica. A família não tem condições de o sustentar e o casal que ainda reside já está em adiantado estado de idade, reclamando, eles próprios, de apoio e reconhecimento ainda em vida (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, p.11).

O parecer favorável ao tombamento da Casa dos Lambert, da Capela de Nossa Senhora da Conceição, três crucifixos e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, todos de propriedade da família Lambert, referente ao processo nº 09/80 do CEC, foi apresentado e aprovado na 551ª reunião plenária do referido Conselho, no dia 5 de junho de 1984. Na sequência, a Resolução nº 07/85 do CEC, de 12 de dezembro de 1985, tendo em vista o que consta no processo nº 09/80-CEC, aprova em caráter definitivo o tombamento:

da residência da família Lambert com suas paredes e revestimentos internos situada na sede do município de Santa Tereza (sic), inscrita no Livro de Tombo Histórico sob o número 83, f. 9v. e 10 e no Livro de Tombo das Belas Artes sob o nº 57, f. 14v e 15 (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Resolução nº 07/85).

As medidas de preservação do espaço da “Casa” ligadas ao interesse público e aos valores culturais reiteradamente apresentados em pareceres e dossiês que tramitaram durante o processo de tombamento, não se efetivaram. Em 1986, um ofício enviado pelo Secretário do CEC, Fernando Achiamè, ao então prefeito de Santa Teresa, Ethevaldo Damazio, destaca ameaças de descaracterização da casa devido à construção em seu entorno (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80), o que evidencia que os processos de tombamento afetam a organização dos diferentes espaços da cidade e os seus usos

sociais e que uma política de preservação do patrimônio é bem mais ampla que a proteção representada pelo tombamento.

Outro aspecto amplamente discutido desde o tombamento da Casa Lambert é a proximidade com a estrada São Lourenço e o intenso tráfego de caminhões que produzem trepidações que afetam a estabilidade do imóvel. O Projeto de Restauração da Casa Lambert produzido em 2008 pela Secult destaca a situação supracitada como um dos fatores que contribuiu para os problemas estruturais que o imóvel apresentava naquela ocasião.

O próprio entendimento do que é o entorno de um bem tombado é tema de grande complexidade e, conforme Fonseca (2009a), tem se constituído em importante ponto de conflito em processos de tombamento.

Quanto ao entorno dos monumentos tombados, na legislação brasileira a definição é feita caso a caso, ao contrário da França, onde o entorno é fixado por lei em 500 metros. Como a própria noção de entorno evoluiu da ideia inicial de preservar a visibilidade do bem para a de garantir a manutenção de uma ambiência, a definição desse entorno tornou-se uma questão bem mais complexa. Também nesse caso, a abordagem arquitetônica é hoje insuficiente, sendo imprescindível o recurso a outros especialistas (p.199).

O relatório, apresentado em Reunião Plenária do CEC em 28 de outubro de 1986, sugere ainda um estudo que preserve a característica rural da época de implantação do imóvel. Essas questões envolvendo o entorno da casa e outras que se estabelecem na relação com a cidade e a sociedade, evidenciam as diferentes nuances dos processos de patrimonialização, entre elas, a complexidade da temática frente à contínua urbanização, os interesses econômicos e a ambiguidade entre discurso e prática.

A partir da análise do processo de tombamento da Casa Lambert é possível sugerir que a cultura, mais que um conjunto de valores a serem seguidos ou promovidos, relaciona-se aos múltiplos aspectos que caracterizam a realidade social, sendo assim um campo de batalhas de percepções que envolvem estratégias, implicações políticas e processos de ressignificação.

4.3 PARA ALÉM DA PROTEÇÃO FÍSICA DO BEM: TENSÕES, CONTRADIÇÕES E DISPUTAS SIMBÓLICAS

Na década seguinte ao tombamento começam a surgir questões que evidenciam o distanciamento entre o discurso e a prática no que tange às políticas de preservação e os problemas oriundos do crescimento urbano. Este último aspecto foi abordado em um ofício enviado pelo presidente do CEC, Ivanilde Brunon, ao prefeito de Santa Teresa, Alcides Sylvestre, em 19 de junho de 1997.

De acordo com entendimentos mantidos anteriormente, por ocasião da reunião do Conselho Estadual de Cultura nesse município, [...] vimos reafirmar a necessidade de 2 (dois) quebra-molas, próximos à residência da família Lambert para evitar trepidações de veículos pesados ao passar em frente da mesma. [...] temos a preocupação de preservar aquele imóvel que é de grande valor histórico para esse município e o Estado do Espírito Santo (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, f.51).

Essas discussões em relação às medidas no entorno do imóvel para garantir sua preservação já ocorriam no final da década de 1980 e foram explicitadas no jornal *La Montanara* de agosto de 1989, destacado na obra de Biasutti (1991). A situação da Casa era assim apresentada

Ela fica num local não muito privilegiado, por estar justamente numa curva da Rua São Lourenço, submetida a um constante tráfego de carros em alta velocidade, já que não há quebra-molas no local. A existência destes prolongaria a permanência da primeira casa do município, visto que ela já faz parte da estrutura da cidade e foi tomada como patrimônio histórico (*LA MONTANARA*, apud *BIASUTTI*, 1991, p. 90).

Por volta do ano 2000, ganham destaque os problemas apresentados pelo imóvel e a necessidade de restauração, o que revela que nos vinte anos posteriores ao tombamento não foram efetivadas medidas que garantissem a preservação do imóvel, ficando sua conservação exclusivamente sob a responsabilidade da família. A situação de deterioração da Casa nos anos 2000 abre brechas a indagações sobre o reconhecimento e valoração do imóvel por parte do poder público e da sociedade, após o tombamento.

Soma-se a esse contexto a solicitação feita em 2001, pelo Centro Educacional Leonardo Da Vinci ao CEC:

somos alunos do 1º ano do Ensino Médio do CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI e percebemos, no desenvolvimento de projeto sociocultural vinculado à UNESCO, o estado crítico da residência e da capela da família Lambert, imóveis de grande valor histórico, por se tratar das primeiras edificações italianas em solo espírito-santense.

Para subsidiar nosso trabalho solicitamos desse CONSELHO, fornecer-nos, com a possível brevidade:

- 1) Um laudo da atual situação dos imóveis;
- 2) Uma relação das providências necessárias para a efetivação do restauro/recuperação dos imóveis (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 60).

Na justificativa apresentada pela referida escola para a elaboração do Projeto de Restauração dos bens pertencentes à família Lambert o valor histórico dos bens tombados e sua importância para o turismo são aspectos explicitados, bem como o descaso do poder público com sua preservação. No site da escola, a movimentação que resultou no Projeto de Restauração é assim descrita:

Tendo como objetivo a preservação da memória cultural, através da manutenção/preservação dos dois imóveis da família Lambert, tidos como marco da mais antiga colonização italiana no Brasil, o projeto previa um “grito” de nossos alunos para a sensibilização da sociedade e das autoridades, dada a importância daquelas construções. Ambas são tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Espírito Santo, mas não vêm recebendo das administrações a atenção que merecem, tanto por sua importância cultural quanto pela turística, que significa divisas para o município em que estão edificadas. Como percebemos a pouca eficácia do “grito”, partimos para a concretização real do projeto: restaurar os dois imóveis (BIASUTTI, 2001).

Em junho de 2001, o CEC emitiu um relatório de visita técnica atendendo às solicitações do Centro Educacional Leonardo Da Vinci com o objetivo de vistoriar as condições físicas da Casa Lambert e da Capela Nossa Senhora da Conceição. O referido relatório produzido pelos arquitetos Ana Paula Rabello Lyra e André Luiz de Souza do Instituto de Arquitetos do Brasil do Espírito Santo (IABES), como também pelo historiador Hércules Dutra de Campos Filho do IHGES e presidente do CEC, destaca que “o imóvel construído em 1876 pelo processo de estuque e estrutura de madeira de Lei, encontra-se prestes a ruir” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 063). E ainda,

segundo relato do Sr Virgilio [Virgílio José Barbosa] que reside nesta residência com a esposa e filha, além de receberem a visita de famílias isoladas em carros de passeio, é comum também a visita de grupos de jovens e crianças ao imóvel tombado. Por precaução, o Sr Virgilio decidiu limitar também a visita apenas a parte externa da casa por receio desta causar algum incidente aos visitantes (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 063).

O projeto de restauração da Casa e da Capela da família Lambert proposto pelo Colégio Leonardo Da Vinci foi divulgado na imprensa, contou com a parceria de professores e alunos do curso de Arquitetura da Faculdade Univix e foi apresentado à comunidade local. Para dar sequência ao projeto foi lançada uma campanha, por meio de um livro de ouro, visando arrecadar recursos para promover a recuperação dos imóveis.

O lançamento ocorreu em 04 de agosto de 2001, com um ato público em frente à Capela Nossa Senhora da Conceição. O evento contou com a participação de instituições de ensino, políticos e pessoas de vários segmentos da comunidade. É importante ressaltar que o projeto previa a manutenção do uso residencial do imóvel, com a adaptação do espaço para acesso público, visando divulgar a sua participação na fundação de Santa Teresa. Assim,

com a proposta de compartilhar o uso residencial, historicamente consolidado, com o novo uso cultural o bem passa a ter um caráter público, o que justifica a participação efetiva da sociedade na sua preservação, através do estabelecimento de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, tanto municipal quanto estadual (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 001/2002, f.030).

Em 07 de agosto de 2002, o ofício nº 0017/2002 emitido pelo CEC garante a aprovação do projeto de restauração da Casa e da Capela da família Lambert (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 001/2002). Entretanto, os recursos angariados pelo Colégio Da Vinci não foram suficientes para a implementação de todo o projeto sociocultural, garantindo apenas a restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição (Figura 19). A parte referente às intervenções necessárias para a recuperação da Casa foi entregue à Prefeitura Municipal de Santa Teresa e a Câmara dos Vereadores.

Figura 19- Fotografia da cerimônia de entrega da restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Centro Educacional Leonardo Da Vinci (2002).

A lei municipal nº 1.598, aprovada e sancionada em 2005, representa outro momento significativo imbricado no processo de patrimonialização da Casa Lambert. Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e sua concepção ampliada de patrimônio cultural, a lei nº 1.598 de 2005 apresenta em seu artigo 1º a seguinte definição:

São considerados patrimônio cultural do Município de Santa Teresa os bens de natureza material ou imaterial, quer tombados individualmente ou em conjunto, que sejam relacionados à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade teresense, dentre os quais se incluem:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - As cidades, os edifícios, os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, natural, científico e inerentes a relevantes narrativas de nossa história cultural.
- VI - As encostas naturais (SANTA TERESA, 2005, art. 1).

É importante mencionar que a aprovação da lei nº 1.598/2005, revogada em 2007⁵⁷, ocorre concomitantemente ao contínuo processo de deterioração da Casa Lambert,

⁵⁷ No que tange a questão patrimonial no município, atualmente está em vigor a Lei nº 2093, de 29 de abril de 2010. Cf. <SANTA TERESA (Município). **Lei nº 2093, de 29 de abril de 2010**. Revoga a lei

sem nenhuma medida efetiva por parte do poder público que garantisse a sua recuperação e preservação. Quanto às responsabilidades do poder público o Capítulo II, artigo 3º da referida lei, destaca:

o poder público promoverá, garantirá e incentivará a preservação, restauração, conservação, proteção, tombamento, fiscalização ou execução de obras e serviços e a valorização do patrimônio ecológico e cultural teresense, preferencialmente com a participação da comunidade (SANTA TERESA, 2005, art. 3).

Em 2007, a Casa Lambert continuava em precário estado de conservação, assinalado pelo engenheiro João Carlos Dalcomo Azevedo no Relatório Técnico de 06 de abril de 2007 que ressaltava a necessidade de providências urgentes para sua restauração, principalmente no que se refere aos problemas estruturais, havendo ameaças de desabamento (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 102).

De acordo com o Relatório Técnico da Gerência de Memória e Patrimônio da Secretaria de Cultura, de 16 de dezembro de 2007, elaborado pela arquiteta e urbanista Penha Maria de A. Meneses, “a casa foi comprada do herdeiro pela Prefeitura Municipal de Santa Teresa para ser transformada em Espaço Cultural-Acervo. Foi desocupada e encontra-se vazia, necessitando de intervenções urgentes” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Tombamento nº 09/80, f. 091). Em 2010 a Casa foi restaurada e a partir de 2011 foi aberta ao público, tornando-se uma Casa-Museu.

Na sociedade contemporânea, as céleres transformações relacionadas ao avanço capitalista resultam em sérias implicações para a relação entre história e memória, desvinculando os sujeitos dos bens culturais. E uma das questões contemporâneas relacionadas à arquitetura vernacular que merece um olhar questionador, como mencionei em outras passagens do texto, refere-se aos valores econômicos que transformam o patrimônio histórico em bens de consumo.

municipal nº 1.887/2008 e estabelece novas disposições sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural, cultural e ecológico do município de Santa Teresa – ES. Cf. <<http://www.legislacaoonline.com.br/santateresa>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

O valor econômico, atrelado ao potencial turístico do patrimônio cultural, aparece de forma decisiva em cidades pequenas como Santa Teresa com suas limitações no que tange ao crescimento econômico. Conforme Gasparini é fundamental “manter íntegros os aspectos históricos, sem o que não há sentido, nem a possibilidade de atrair turistas”. Para a autora, “Santa Teresa possui este diferencial, pode, a curto prazo, se tornar um grande atrativo para turistas e, com isso, gerar desenvolvimento, renda e empregos” (2008, p 129).

Mesmo considerando que as condições históricas, sociais e econômicas atuais impõem novos desafios e demandas para as questões patrimoniais e que a crescente urbanização, industrialização e mercantilização são aspectos inerentes à lógica capitalista em que o patrimônio cultural está inserido, é preciso analisar de forma minuciosa a relação da sociedade com o seu patrimônio. Por conseguinte, é essencial que os processos de patrimonialização sejam vistos como espaços de tensões e conflitos, mesmo que ocorram de maneira sutil e simbólica, considerando a pluralidade de vozes e visões de um contexto histórico.

4.4 A CASA-MUSEU: HISTÓRIA E MEMÓRIA

O Projeto de Restauração da Casa Lambert, elaborado em 2008, foi uma parceria entre a Secult e a Prefeitura Municipal de Santa Teresa. Nos argumentos que fundamentaram a necessidade da restauração e consequente preservação, o imóvel tombado é apresentado como um bem patrimonial de elevado valor para a história do Espírito Santo por diversos aspectos, entre eles: o fato de ser remanescente do processo de imigração italiana na região, a peculiar característica construtiva original de dois pavimentos integralmente em estuque e a figura de seus proprietários, os irmãos Lambert, com sua produção artística (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08).

Em relação à situação da Casa em 2008, o Projeto de Restauração destaca que estava desocupada e em processo de desapropriação pela Prefeitura. E ainda,

em pesquisa realizada em 2001 e 2002 se verificou que a segurança dos usuários se encontrava comprometida pelo estado precário dos elementos arquitetônicos (pisos, paredes, telhados, etc.) e das instalações elétricas. Nessa época, o andar superior já se encontrava impossibilitado de ser utilizado estando, portanto, interditado (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.9).

Dessa forma, o estado de degradação do imóvel suscitou a desocupação, pois vinha “oferecendo riscos à segurança de seus usuários e, conseqüentemente à própria permanência do bem no cenário da cidade, como testemunho vivo de sua história” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p. 6).

A ideia de transformar o espaço da casa em museu é explicitada no documento que faz referência ao projeto desenvolvido em 2001 pela Univix em parceria com o Centro Educacional Leonardo Da Vinci, que visava manter o uso residencial consolidado historicamente. No texto, é mencionado o interesse da Secult em contratar, junto com a Prefeitura, o projeto supracitado. Mas, a intenção é transformar a Casa Lambert num espaço de acesso para toda a comunidade de Santa Teresa, uma Casa-Museu. Nesse sentido, o objetivo maior da restauração foi

restabelecer a integridade física do bem, garantindo a estabilidade estrutural necessária; conservando os elementos, originais ou não, que agregam valor estético e histórico e dotando-a de condições seguras de utilização, que se pretende ser de visitação de público (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.11).

Essas discussões em torno do valor de uso do bem caracterizam o patrimônio cultural como uma experiência socialmente construída, como espaço atravessado por questões políticas, econômicas e simbólicas. Além disso, ressaltam o caráter plural da cultura, um processo contínuo, difuso e contraditório que produz visões de mundo e formas específicas de sociabilidade e sensibilidade (GAY, 1988).

Para a criação desse espaço de memória dos irmãos Lambert e da imigração italiana, o documento reforça a necessidade de realizar um cadastramento que reúna dados relativos à história da casa e de seus proprietários, registros gráficos e iconográficos da arquitetura, além de estudos e análises que enriqueçam o conhecimento já sistematizado. No Projeto, a criação do centro de memória é assim justificado

Esse registro e a sua divulgação através de e no próprio bem objeto de intervenção tem sido premissa básica no trabalho de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Com isso, ele (o bem) participa ativamente do processo de **resgate**⁵⁸ e de preservação da memória histórica e cultural do Estado do Espírito Santo, na forma de contrapartida social, contribuindo com a Educação Patrimonial e potencializando as atividades turísticas na região (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.11).

Dialogando com Benjamin é possível questionar a ideia de resgate apresentada no documento, relacionada às concepções tradicionais e dominantes de patrimônio, que apresentam o passado e a história como locais pitorescos a serem visitados.

O resgate do passado de forma pura e intocável é contrário à ideia a (re)significação, que considera os sujeitos do presente como forças ativas que têm papel fundamental na atribuição de significados ao bem cultural. A preservação, enquanto resgate de um legado, não permite uma relação dialética entre as dimensões do presente e passado. Para Benjamin “é uma imagem irrecuperável do passado que ameaça desaparecer com cada presente que não se sinta visado por ela” (2014, p. 243).

Essa concepção da narrativa histórica como resgate se relaciona ainda com o cortejo dos vencedores, apontado por Benjamin:

Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais. [...] Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que o criaram, mas também à servidão anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento de barbárie (2012, p. 244-245).

Como possibilidade de romper esse *continuum* da história, Benjamin nos propõe a tarefa de “escovar a história a contrapelo” (2014, p. 245). Nessa perspectiva, as reflexões sobre o processo de patrimonialização e suas diferentes nuances são fundamentais e interessam mais que o próprio objeto, pois representam modos específicos de conceber a história e memória.

O Projeto de Restauração apresenta concepções ambivalentes, pois ao mesmo tempo em que se refere a um resgate do passado propõe uma intervenção que

⁵⁸ Grifo meu.

preserve a história do bem não só no momento de sua fundação, mas em toda sua trajetória até o presente. Cabe ressaltar, que essa valorização das diferentes temporalidades se baseia em aspectos técnicos relacionados à arquitetura, não envolve os usos sociais do bem. Nesse sentido, a proposta de restauração deveria ser implementada da seguinte forma:

- consolidando a estrutura de sustentação em madeira e das paredes de vedação em estuque (pau a pique) com a manutenção das suas características originais e sem a introdução de novos elementos;
- mantendo as adições feitas ao longo do tempo e que se integram harmonicamente com o corpo original da casa como a cozinha e as paredes internas não originais de modo a manter o registro da necessidade natural de adaptações da casa em função do crescimento da família e das novas necessidades de vida advindas dos tempos modernos;
- eliminando as adições que não agregam valor ao bem como o banheiro e a caixa d'água elevada, propondo nova construção para abrigar os banheiros, a bilheteria e caixa d'água, em posição afastada da casa, e uma ambientação externa que a valorize no seu contexto atual e histórico (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p. 7).

O Projeto de Restauração da Casa dos Lambert estava fundamentado na preservação da memória dos irmãos Lambert e da imigração italiana na região de Santa Teresa por meio da restauração e consolidação dos suportes físicos, ou seja, a casa de pau a pique, a oficina e a capela (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p. 66). Cabe ressaltar, todavia, que com base na acepção thompsoniana de experiência é necessário focalizar os sujeitos nos processos históricos, que por meio de suas ações (re) inventam e (re) significam os bens patrimoniais, que devem produzir sentidos culturais à temporalidade contemporânea.

A partir dos suportes físicos da memória, o projeto visava a “preservação integral do legado dos Lambert e o seu acesso pela população de modo geral, e por turistas, para fruição das diversas culturas ali impressas” (SECULT, CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.66).

De acordo com a perspectiva que sustenta o projeto de Restauração “a história é **contínua**⁵⁹, e como tal, seus testemunhos de valor devem ser preservados”

⁵⁹ Grifo meu.

(CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.66).

Retomo aqui o diálogo com Benjamin (2014), que em seus escritos tece críticas as ideias de continuidade, causalidade e progresso presentes na razão histórica moderna. Para Benjamin “a ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia desse andamento deve estar na base da crítica da ideia do progresso em geral” (2014, p. 249).

Para o autor é fundamental pensar nas rupturas e descontinuidades presentes nos processos históricos. Partindo desse viés de análise, o pensamento benjaminiano apresenta possibilidades de romper com esse curso homogêneo da história e pensar o patrimônio a partir de experiências vividas coletivamente, construídas a “contrapelo” das tendências dominantes. E nessa perspectiva, os valores a serem preservados por meio do patrimônio apresentam uma relação dialética com a complexa e multifacetada sociedade contemporânea.

Outra questão explicitada no Projeto de Restauração que constitui disputas simbólicas em torno do patrimônio é o uso da réplica. A Prefeitura, alegando a importância histórica do imóvel que estava enfrentando riscos de desabamento, construiu em 2008 uma réplica (Figura 20) do corpo principal e mais antigo da Casa no portal da cidade, reproduzindo a técnica de pau a pique no sentido diagonal.

O valor simbólico dessa ação é questionado no documento, pois a construção da réplica “em lugar distante do sítio original de ocupação da Casa e numa configuração supostamente original, sem levar em conta as contribuições (adições) feitas ao longo do tempo e que hoje já se encontram consolidadas na memória das pessoas, resulta em solução duvidosa do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural na medida em que pode se tornar elemento de confusão tanto histórica quanto urbana” (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.10).

Figura 20- Fotografia da réplica da Casa Lambert.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

Recorrendo mais uma vez ao pensamento benjaminiano é oportuno destacar que cada momento encerra em si um conjunto de transformações nas formas de percepção e no modo de existência das coletividades humanas. E, nesse sentido, a modernidade assinala a aceleração da reprodução de imagens, que se relaciona intimamente com a crescente difusão e intensidade dos movimentos de massa (BENJAMIN, 2012). A reprodutibilidade técnica, que segundo o próprio Benjamin, não é um fenômeno exclusivo da obra de arte, suscita questionamentos sobre o papel sociocultural da réplica construída no portal da cidade.

Na reprodução, um importante elemento está ausente: a aura da obra, a sua existência única. Conforme o próprio Benjamin “é nessa existência única, e somente nela, que se desdobra à história à qual ela estava submetida no curso de sua existência” (2012, p. 181).

E Benjamin assim define a aura

É uma teia singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas e desses galhos (2012, p. 184).

A Casa Lambert, na relação com a cidade, apresenta uma aura relacionada a sua duração material e seu testemunho histórico (BENJAMIN, 2012). Na reprodução, o testemunho se perde impossibilitando o estabelecimento de vínculos socioculturais mais duradouros. Esses aspectos são reveladores para se pensar a relação da sociedade com a réplica, distante da casa original e da experiência dos sujeitos.

Paradoxalmente, “a reprodução técnica pode colocar a cópia do original em situações inatingíveis para o próprio original” (BENJAMIN, 2012, p.182). E esse aspecto é bastante elucidativo, considerando que a construção da réplica ocorreu em 2008, quando a Casa Lambert apresentava sérios riscos estruturais. Além disso, é possível problematizar a busca pela novidade que predomina na modernidade e que pode ter impulsionado a referida construção.

A comparação entre as diversas imagens da Casa Lambert apresentadas ao longo do texto com a fotografia da réplica (figura 20) sugere outra indagação em relação à modernidade, que é a referência de um passado idealizado. Os detalhes de acabamento da réplica, os materiais e técnicas utilizados, expressam uma concepção estética menos rústica e mais próxima dos padrões atuais. E diante desse quadro, está implícita a estetização dos espaços da cidade, através dos quais os indivíduos buscam níveis elevados de satisfação pessoal, evasão de suas rotinas, ou ambos (FORTUNA, 1995). Nessa perspectiva, a réplica é visualmente mais apropriada aos olhos contemporâneos.

Merece relevo ainda a minha busca por documentos que norteassem a compreensão do processo que resultou na construção da réplica. Inicialmente, procurei a Secretaria de Turismo e Cultura, onde as informações foram mínimas e apenas orais. Na sequência, o mesmo insucesso caracterizou o meu contato com a Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, que me disponibilizou o projeto que se resumia nas plantas (ANEXO O) do portal da cidade. E assim, não obtive informações referentes aos objetivos e/ou justificativas para o projeto. E de maneira geral, os funcionários da Prefeitura ressaltaram que aquela construção foi empreendida pela administração anterior e não apresentava significados culturais para a cidade.

Entretanto, esses aspectos caracterizam a complexidade da questão patrimonial, utilizada para interesses políticos específicos. E dessa forma, projetos são desenvolvidos e abandonados conforme as intenções e motivações dos indivíduos e grupos que estão no poder.

O Projeto de Restauração da Casa Lambert foi apresentado e aprovado pela Câmara de Patrimônio Arquitetônico, Bens Móveis e Acervos do CEC em 21 de novembro de 2008. O relator do parecer favorável, Paulo Stuck Moraes (IHGES), ressaltou o caráter precário do imóvel e a urgência em iniciar as obras de restauro a fim de evitar maiores danos na estrutura já afetada de “uma das primeiras construções edificadas em Santa Teresa, marco da colonização italiana”. Também é sublinhada a necessidade de ampliar a calçada do entorno para minimizar um pouco os danos provocados pelo intenso tráfego de veículos (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, f. 144).

Outra intenção explicitada no projeto era que a Casa Lambert contasse também sua própria história. E, nesse sentido, ela foi reambientada com mobiliário característico da fase de ocupação italiana na região e um espaço foi dedicado à produção dos Lambert (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.63).

A Casa-Museu conta com dois andares, três salas, dois corredores e uma oficina anexa, com exposição de fotos, textos e objetos (Figura 21). Há também uma sala de vídeo em que se exhibe um filme da história dos irmãos contada pelos descendentes da família.

Na oficina (Figuras 22-23), com estrutura e vedações de madeira, onde os irmãos faziam suas esculturas e peças utilitárias, há um painel em tamanho real de Virgílio Thomazi, neto de Virgílio Lambert. Em uma das salas há um tear e fio de seda, ressaltando a iniciativa dos irmãos em desenvolverem a sericicultura.

Figura 21- Fotografia de uma das salas da Casa-Museu.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

Figura 22- Fotografia da oficina dos Lambert.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

Figura 23- Fotografia do interior da oficina.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2015).

Assim, além da casa, a oficina e o próprio terreno foram abertos à visitação pública de modo a permitir a percepção do conjunto e da ambiência tradicional do lugar. No Projeto de Restauração, a inclusão da oficina no programa visava uma maior integridade ao conteúdo histórico que se pretende preservar e difundir.

Inserida de maneira dinâmica no espaço museal, a oficina poderia ser um local para realização de cursos e outras atividades relativas ao ofício de entalhador de madeira e outros mais que tenham relação com a família Lambert, promovendo, assim, uma revitalização do bem patrimonial que envolvesse os suportes materiais e imateriais da memória (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, Processo de Restauração nº 43150837/08, p.63). No entanto, essa maior integração do espaço museal com a comunidade por meio de atividades diversidades não se efetivou, ficando circunscrita ao projeto.

A inauguração da Casa-Museu foi divulgada em diferentes meios de comunicação, que ressaltavam sua relação com história da imigração italiana na região e no

estado e com a produção artística dos irmãos Lambert. O seguinte excerto exprime essa ideia:

a principal relíquia do sítio histórico de Santa Teresa, a Casa Lambert, está 'novinha em folha'. [...] Visitar a Casa Lambert é uma viagem à história da imigração italiana no Espírito Santo e uma aproximação, em particular, com a história da família Lambert. Os irmãos Antônio e Virgílio eram talentosos em áreas como arquitetura, marcenaria, carpintaria, entre outros ofícios, e até com produção do bicho-da-seda. [...] Para a maioria dos estudiosos, a Casa Lambert é uma fotografia viva do início da colonização italiana no Espírito Santo a partir do século XIX e que teve o seu apogeu na formação de Santa Teresa, que se consolidou como a primeira cidade brasileira constituída a partir de um núcleo de imigrantes da Itália (RIBEIRO, 2011).

Aberta à visitação em 2011 (Figura 24), a Casa afigura-se como um dos cartões-postais da cidade, atraindo crianças e jovens de escolas do próprio município e de outras cidades do estado, além de turistas que buscam o clima de montanha, as belas paisagens e elementos da cultura italiana presentes em Santa Teresa.

No Jornal “Carta das Montanhas”, na matéria intitulada “Mergulhe de corpo e alma em Santa Teresa”, a Casa Lambert foi assim divulgada em 2012, no ano seguinte a inauguração do espaço museal:

Para aprofundar na história nada melhor do que passar pela Casa Lambert que funciona como museu e oferece visitas monitoradas. Nela é retratada a vida das famílias pioneiras, que no final do século XIX, fundaram Santa Teresa, que é a primeira cidade de origem italiana do Brasil (p.4).

Figura 24- Propaganda da Casa Lambert.



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Santa Teresa.

A transformação da Casa Lambert em museu histórico e sua divulgação relaciona-se a construção de valores e visões de mundo que atendem às demandas de representação cultural dos descendentes de italianos. Definida como “retrato vivo da história dos italianos no Espírito Santo”, “tradição de um povo” ou “principal relíquia do sítio histórico de Santa Teresa”, a Casa Lambert faz parte de uma educação das sensibilidades que envolve os sujeitos cotidianamente, em torno de um passado, muitas vezes idealizado, relacionado à imigração italiana. Essa reflexão não desconsidera a importância da apropriação da memória como instrumento de afirmação de identidade étnico e cultural, mas possibilita a problematização dos processos que atravessam o nosso cotidiano e a compreensão de que nos constituímos como sujeitos em tempos e espaços específicos. Dessa forma, as sensibilidades são historicamente construídas na relação com as experiências vividas.

Em relação aos museus, Santos (2009) argumenta que

caracterizam-se por coletar objetos que não pertencem mais à compreensão cotidiana da vida, estranhos ao tempo e à história que os envolve. No entanto, essas instituições, além de contar a história do passado por meio de seus fragmentos, são essencialmente história (p. 115).

Compreendidos como um sistema de relações sociais e um conjunto de ideias e valores, os museus fazem parte do cotidiano das complexas sociedades modernas (GONÇALVES, 2009b, p. 171). E considerando as relações do museu com os espaços da cidade e os sujeitos, retomo aqui a discussão do *flâneur* e o *homem-da-mutidão*, que representam modos específicos de atuação diante dos valores socioculturais modernos (BENJAMIN, 2014).

De acordo com Benjamin (2014), a modernidade assinala o declínio da narrativa, fundada em nossa capacidade de compartilhar experiências numa coletividade, fragilizada diante do ritmo intenso das cidades modernas. Nesse contexto, desenvolve-se outra forma de comunicação humana, a informação. Dialogando com Benjamin, Gonçalves (2009b) assim caracteriza a informação:

[...] é fruto de um universo marcado pela heterogeneidade dos códigos socioculturais, pela impessoalidade e pelo anonimato. [...] A informação dirige-se a indivíduos isolados, átomos sociais desprovidos da rede intensa de relações que caracteriza o narrador e sua audiência. A informação, em contraste com a narrativa, não deixa rastros, marcas pessoais (p. 173).

As questões que permeiam as reflexões acima suscitam a problematização do papel dos museus diante dos valores modernos, suas relações com a história e memória e ainda, as motivações que levam o indivíduo ao espaço museal. Nessa perspectiva, a Casa Lambert como um museu constitui-se como um espaço de intercâmbio de experiências ou um local de consumo de informações desprovidas de significado? Quem é o visitante desse espaço: um *flâneur* ou um *homem-da-multidão*?

O *flâneur* se recusa a ser absorvido pelo ritmo vertiginoso e a impessoalidade da grande cidade. Ele caminha pela cidade lentamente e experimenta de modo subjetivo cada detalhe visual, tátil, auditivo ou olfativo (GONÇALVES, 2009b, p. 174). De acordo com Gonçalves (2009b), o museu pode ser um dos locais dessa experiência do *flâneur*, que mantém sua subjetividade no universo da multidão.

No *homem-da-multidão* a dimensão da subjetividade do *flâneur* está ausente. Ele se identifica com o ritmo vertiginoso da cidade moderna e se deixa levar por seu movimento. E assim, ele representa um número num universo marcado pelo caráter efêmero e abstrato das relações (GONÇALVES, 2009b, p. 177).

Sem pretensões de dar respostas definitivas, o que proponho aqui é uma reflexão sobre os modos e as condições de recepção desse universo simbólico representado pela Casa Lambert pelos sujeitos históricos que a visitam, considerando que os valores da modernidade transformaram o modo como os sujeitos se relacionam com o tempo, com suas referências de passado e a memória. Nesse cenário, as identidades socioculturais cedem lugar às identidades momentâneas e desordenadas, destituídas de vínculos construídos na experiência coletiva (FORTUNA, 1995).

Dessa forma, nas complexas relações socioculturais hodiernas os elementos culturais tendem a ser percebidos como elementos de estetização dos espaços vividos da cidade e por meio deles, os sujeitos, *homens-da-multidão*, procuram obter satisfação pessoal ou evasão de suas rotinas.

Entretanto, na rememoração proposta por Benjamin a apropriação do patrimônio histórico e cultural ocorre de forma transformadora, entremeada por questões

mobilizadoras situadas no presente, constituindo-se efetivamente em experiência que faz do sujeito um *flâneur*.

Na rememoração, as imagens do passado entram em relação, em confronto, com as imagens do presente. E para o sujeito dessa experiência, o *flâneur*, os significados simbólicos dos bens culturais apreendidos a partir de uma experiência que confronta temporalidades distintas possibilitam a (re) significação de suas práticas de vivência na contemporaneidade e sua própria reinvenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tessitura desta dissertação apresentei reflexões acerca da transformação da Casa Lambert em patrimônio cultural de Santa Teresa e do Espírito Santo. Com base no conceito de educação das sensibilidades, a patrimonialização dessa residência foi compreendida como um processo historicamente construído que envolveu práticas racionais e sensíveis (GAY, 1988).

Constituída por temporalidades múltiplas, a Casa Lambert, no contexto sociocultural de Santa Teresa, foi sobremaneira estimulante para a realização de um diálogo entre presente e passado que considerasse os diferentes espaços que atuam na nossa educação, isto é, na formação de pessoas inteiras. Dessa forma, foi a problematização das formas de sensibilidades contemporâneas que estimulou o ato de rememoração empreendido nesta pesquisa.

No diálogo com a História Cultural, a trajetória histórica desse lar potencializou novas leituras sobre os espaços da urbe, a partir de uma concepção de cultura como campo plural e constantemente reinventado. Essa perspectiva considera a construção e reconstrução de experiências que envolvem os mecanismos de produção dos bens culturais, mas também os processos de recepção e os significados partilhados pelos grupos sociais (BURKE, 2005; PESAVENTO, 2004).

As contribuições teóricas de Walter Benjamin, Edward Palmer Thompson e Peter Gay foram fundamentais para abordar as relações entre história, memória e educação das sensibilidades, temas estes que perpassam a constituição dos patrimônios. Aproximando-me desses referencias, apresento uma perspectiva de história e memória que caminham juntas e se complementam num movimento que cria e recria interpretações sobre o passado mediadas pelo presente.

E uma das questões essenciais em termos benjaminianos que me incitou a empreender esta pesquisa foi pensar como os valores culturais da modernidade forjam comportamentos e visões de mundo. Nesse sentido, a crescente mercantilização dos bens culturais evidencia aspectos da modernidade capitalista

que adentram o contexto da cidade, impulsionando o consumo do passado como atrativo econômico.

Neste percurso narrativo, também procurei explicitar que a construção histórica do patrimônio, termo abrangente e suscetível a diferentes interpretações, é uma prática social que envolve um processo de seleção, reconstrução e interpretação do passado que explicita as ações do poder público, as diretrizes dos órgãos de preservação e as escolhas dos sujeitos envolvidos. Ao destacar esses aspectos, evidencio os diferentes amálgamas das práticas culturais, os seus valores e significados na relação com a cidade.

A construção da Casa Lambert em 1876 insere-se no contexto do projeto modernizador de fins do século XIX e início do século XX que, entre outros aspectos, incentivou a imigração europeia para o Brasil. Nesse sentido, a arquitetura do imigrante italiano constitui parte da história de um período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas que resultou no encaminhamento de um grande número de europeus para o Espírito Santo.

O Núcleo Timbuhy, hoje Santa Teresa, afigura-se com uma das colônias italianas fundadas nas montanhas capixabas. E os irmãos Lambert estão entre os milhares de trentinos que deixaram o solo que os viu nascer e trouxeram para o Espírito Santo seus sonhos e a esperança de melhores condições de vida. A construção do lar, do espaço de habitar, expressa seus projetos de vida, os valores culturais de sua terra natal e a necessidade de habitação ao novo meio. Portanto, a história da imigração italiana no Espírito Santo está presente na arquitetura produzida pelos imigrantes e seus descendentes (LUCENA, 2007; MUNIZ, 2008).

No ano de 1985, a Casa foi tombada como patrimônio histórico e cultural de Santa Teresa pela Secult. O tombamento, cujos efeitos são materiais e simbólicos, foi analisado no capítulo 4 e revela tensões e conflitos, sejam eles explícitos ou não, que podem ser identificados no surgimento de novas sensibilidades e sociabilidades (GALZERANI, 1998; HADLER, 2007; PINTO JR., 2010). Em 2007, devido ao estado de degradação em que se encontrava, o imóvel foi desocupado, rompendo com o uso residencial historicamente consolidado. Restaurado em 2010, foi transformado

num museu que conta um pouco da história da imigração italiana na região e a trajetória e experiências dos irmãos Lambert.

Definido como símbolo da história e memória da imigração italiana em Santa Teresa e no Espírito Santo, esse espaço está relacionado à conformação de uma determinada versão da história da cidade. E no diálogo com os pressupostos teóricos da educação das sensibilidades, esse processo reverbera uma determinada percepção do que deve ser considerado patrimônio da cidade, em detrimento de outros bens que não são dotados da carga simbólica da referida casa, identificada como a mais antiga da cidade e, nesse sentido, enraizada em um tempo histórico específico.

Assim, considerando que vivenciamos uma educação das sensibilidades que na maioria das vezes nos estimula a esquecer, apagar, excluir e silenciar as memórias e histórias plurais (GAY, 1988; THOMPSON, 1981; GALZERANI, 1998; HADLER, 2007; PINTO JR., 2010, GUIMARÃES, 2013), o patrimônio, como espaço multifacetado e atravessado por múltiplos significados e diferentes temporalidades, possibilita a problematização dos processos sociais construídos ao longo da trajetória histórica da cidade.

Mediante o exposto, é possível pensar nos grupos indígenas raramente mencionados na produção historiográfica espírito-santense. Esse “esquecimento” no tocante a ocupação territorial sustenta a generalização dos vazios demográficos que fundamentaram o incentivo à imigração europeia (LUCENA, 2007). É importante destacar que essa reflexão não ignora o importante papel exercido pelos imigrantes europeus na ocupação das terras capixabas, mas assinala o projeto de construção da identidade nacional em torno de uma população branca e europeia, ignorando a presença de tribos indígenas e negros que ocupavam o solo espírito-santense.

No que tange a história de Santa Teresa também é possível promover indagações sobre a presença dos polacos antes dos italianos, evidenciada por fontes do APEES, que só recentemente começou a ser abordada em pesquisas. Interrogar esses silêncios e focalizar as ações dos diferentes sujeitos nos processos históricos por meio de suas experiências é fundamental para a problematização das visões de

mundo forjadas em torno dos discursos da modernidade (THOMPSON, 1981; BENJAMIN, 2012).

Entretanto, a contrapelo de uma educação das sensibilidades que distancia os sujeitos de experiências coletivas plenas de significado, existem centelhas de embates de forças simbólicas que caracterizam a diversidade de experiências que implicam o viver no espaço da cidade na modernidade.

E, nesse sentido, ao tecer as últimas linhas de construção dessa narrativa, nos limites que o diálogo com as fontes selecionadas possibilitam, acompanho enquanto sujeito histórico um momento de tensão em Santa Teresa que caracteriza o patrimônio cultural como um processo de produção coletiva que envolve subjetividades, intencionalidades e relações de poder. Refiro-me a um projeto da prefeitura que visa à demolição do casarão Bassetti, no centro histórico da cidade, para a construção de uma ponte que tem por objetivo amenizar problemas no trânsito e modernizar a cidade.

Amplamente divulgado na imprensa capixaba esse episódio suscitou o envolvimento de profissionais do CEC e da Secult que iniciaram análises para um possível tombamento de conjuntos arquitetônicos do centro histórico da cidade, trazendo à tona amplos debates sobre as consequências dos tombamentos que incide sobre o estatuto de propriedade dos bens.

Assim, os gestos cada vez mais frequentes de invocar ou lembrar tradições em uma temporalidade marcada pela transitoriedade, pela imediatismo e pelo crescente culto ao descartável, resulta em situações díspares: se por um lado o poder público exalta as origens da cidade por meio de políticas oficiais e festividades, por outro, sob a concepção da modernidade, acaba promovendo a destruição do patrimônio.

Considerada uma ameaça de descaracterização do centro histórico da cidade, a demolição tem sido questionada pela associação de moradores e outros movimentos sociais, cuja mobilização culminou num abraço simbólico em torno do casarão com vistas a defender a manutenção de sua história e arquitetura. Não obstante, o suposto progresso representado pela ponte também tem um grande

número de simpatizantes que alegam as alterações sofridas pelo imóvel e os problemas estruturais como justificativas para a demolição.

Sem pretensões de me aprofundar nesse episódio, que se apresenta como uma mônada ou miniatura dos significados mais explosivos da relação da cidade com a história e a memória, ressalto esse momento, pois as questões simbólicas que envolvem a demolição ou preservação desse casarão bem como a patrimonialização do residência dos Lambert, evidenciam o papel político assumido pelo patrimônio cultural.

Com base nas formulações teóricas de Benjamin é fundamental salientar que na modernidade estamos enredados numa realidade social caracterizada pelo esfacelamento das relações sociais, pela dilapidação da memória e pelo esvaziamento de experiências coletivas que permeiam a apreensão da cidade e seus espaços. Porém, ao mesmo tempo, é possível visualizar brechas e potencialidades para que os sujeitos transformem suas práticas sociais. Por conseguinte, o patrimônio, numa perspectiva transformadora, apresenta-se como possibilidade de reconstrução de experiências sensíveis, de repensar a relação dos sujeitos com a história e a memória.

Assim, se na maioria das vezes nossos sentidos são educados para agirmos como “homens da multidão”, sem estabelecer com os bens patrimoniais experiências ricas de significado coletivo, existem os momentos de fraturas, embates, (des) mobilizações, contradições e (des) articulações nos processos históricos, em que os sujeitos por meio de suas experiências exploram o mundo e a si mesmos e produzem novas formas de sociabilidade e nas sensibilidades. E assim, os sujeitos estabelecem vínculos significativos com a cidade e seus espaços que nem sempre vão ao encontro dos valores e ideais que se pretendem hegemônicos (GUIMARÃES, 2013).

No intuito de tecer uma narrativa coerente com os referenciais teóricos explicitados e não encerrar meu objeto de pesquisa dentro desse discurso, é importante destacar que como parte integrante da história de Santa Teresa, a Casa Lambert apresenta múltiplas facetas e potencialidades. Se por um lado expressa valores e visões de mundo relacionadas a um processo de educação das sensibilidades constantemente

em curso, por outro o seu reconhecimento como um espaço de preservação de memórias contribui para que os sujeitos busquem raízes históricas num momento de desenraizamento cultural. Cabe ressaltar, que esse enraizamento cultural relacionado ao sentimento de pertencimento deve reconhecer a alteridade, fruto de experiências sociais plurais que os sujeitos estabelecem com a cidade.

E assim, o lar que hoje é patrimônio local pode potencializar atos de rememoração e rupturas nas formas de conceber o espaço, o tempo e as relações culturais da cidade. A rememoração, proposta por Benjamin, é um ato político com potencialidades de provocar um despertar das fantasmagorias modernas.

Considerando que o ato de rememorar também envolve esquecimentos, finalizo minha narrativa sem pretensões de encerrar as possibilidades de problematização do meu objeto de pesquisa e citando a historiadora Maria Carolina Bovério Galzerani, cujas elaborações teóricas movimentaram essa dissertação de mestrado. Assim, espero que as minhas reflexões sobre a Casa Lambert representem, como sugere Galzerani

Um estímulo para o questionamento sobretudo das visões de mundo, das sensibilidades, que tem sido engendradas pela modernidade capitalista. [...] Um convite para se imaginar “outras” possibilidades, “outras” saídas, de relação interpessoal, de produção de conhecimento histórico. Busca de saídas permeadas ainda pelos “sonhos”, tornados “utopias”, mas já situadas no mundo da percepção, no mundo do despertar (1998, p. 281).

REFERÊNCIAS

ABREU, Adilson Avansi de. Italianos no Espírito Santo. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987, p. 187-201.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, José D'Assunção. História cultural: um panorama teórico e historiográfico. In: Dossiê: A Justiça no Antigo Regime. **Textos de História**, Brasília, v.11, n.1/2, p. 145-171, 2003. Disponível em: < <http://periodicos.unb.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n.16, p. 38- 63, 1. sem. 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012 (Obras escolhidas; v. 1).

_____. Paris, a capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio (Org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1985, p. 30-43.

BIASUTTI, Luiz Carlos. **No Coração Capixaba**: 120 anos de história da mais antiga colônia italiana no Brasil - Santa Teresa-ES. Belo Horizonte: Barvalle, 1994.

_____. **Documentário do centenário do município de Santa Teresa**: álbum de recortes 1891-1991. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1991.

_____. **Almanaque**: cronologia histórica do município de Santa Teresa- Espírito Santo. Santa Teresa: [s.n.], 2005.

BIASUTTI, Victor Humberto Salviato. **Da Vinci e os projetos para a Unesco em 2001**. Vitória: Centro Educacional Leonardo Da Vinci, 2001.

Disponível em: <<http://www2.davincivix.com.br/davinci.php?area=noticias&e=61&c=man4aea3a0001e3d3951>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental).

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, São Paulo, v.4, n. 1/2, p.277-284, 1993.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUSATTO, Luiz. Por uma identidade ítalo-capixaba. In: CASTIGLIONE, Aurélia Hermínia (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998.

_____. Estudos sobre imigração italiana no Espírito Santo. Vitória, 2002. [Reunião de artigos relacionados com imigração italiana, publicados em diversos periódicos]. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>> Acesso em: 18 abr.2015.

_____. **Nomes e raízes italianas**. Vitória: [s.n.], 2010.

CAIMI, Flávia Eloísa. e MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. Os paradigmas da História. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). **O livro didático e o currículo de História em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAON, Marcelo. **Memória e cidade**: o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul 1974-1994. 2010.153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRETERO, Mário; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda (Org.). Prefácio. In: _____. **Ensino da história e memória coletiva**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito**. Editora São Vicente, Belo Horizonte, 1973.

CERIMÔNIA de entrega da restauração da capela Nossa Senhora da Conceição. 2002. Vitória: Centro Educacional Leonardo da Vinci, 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos alpes do tirol à serra gaúcha**: a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918). 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2014.

CUNHA, Nara Rubia de Carvalho. **Chão de pedras, céu de estrelas**: o museu-escola do Museu da Inconfidência. 2011. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2000.

DADALTO, Maria Cristina. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído? **Pensamento Plural**, Pelotas, p. 147-166, julho/dezembro 2008.

_____. Trajetórias migrantes: ambivalência na interação 'nós' e os 'outros'. **Dimensões**, Vitória, vol. 26, p. 24-43, 2011.

DE BONI, Luís Alberto de. Imigração italiana no Brasil. In: CASTIGLIONE, Aurélia Hermínia (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, p. 11- 27.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Espírito Santo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

FABRIS, Anna Teresa (Org.). **Modernidade e modernismo no Brasil**. São Paulo: Mercado das Letras, 1994.

FILIPPON, Maria Isabel. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura Regional, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009a.

_____. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b, p. 59-79.

FONTES, Virgínia. História e modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS Ronaldo (Orgs). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FORTUNA, Carlos. Por entre as Ruínas da cidade: O patrimônio e a memória na construção das identidades sociais. **Oficina do CES**, Coimbra, n.61, p.1-35, set.1995.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração - século XIX e início do século XX. In: CASTIGLIONE, Aurélia Hermínia (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, p. 28-32.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna**: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico em Walter Benjamin. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zelia de Vrito Fabri; PRADO, Patricia Dias. (Org.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. Memória, História e Tempo: perspectivas teórico-metodológicas para a pesquisa em Ensino de História. **Cadernos do CEOM**, ano 21, n. 28, p.15-31, 2008a.

_____. A produção de saberes históricos escolares: o lugar das memórias. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de (Org.). **O historiador e seu tempo**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUH, 2008b.

_____. Ensino de História, educação dos sentidos, produção de saberes educacionais: em foco um projeto de educação patrimonial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011, p. 1-16.

_____. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Pro-posições**, Campinas-SP, v. 24, n.1(70), p.93-107, jan./abr. 2013.

GASPARINI, Sandra. **Santa Teresa: Viagem no Tempo, 1873-2008**. Santa Teresa: Gráfica GSA, 2008.

_____. **Santa Teresa do Espírito Santo: História e Memória**. 3. ed. Vitória: Grafitusa, 2015.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1996.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero do discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 108-123.

_____. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009a, p.25-33.

_____. Os museus e as cidades. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009b, p. 171-186.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã; v. 6).

GUIMARÃES, Maria de Fátima. A colonização do presente pelo passado: de um dispositivo metafórico à possibilidade de construção de conhecimento histórico educacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.snh2013.anpuh.org> > Acesso em: 20 set. 2015.

HADLER, Maria Silvia Duarte. **Trilhos de Modernidade: memórias e educação urbana dos sentidos**. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

_____. Cidade e sensibilidades. In: Encontro Estadual de História, 21., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPUH, 2012.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel. **História do Espírito Santo, 4º ano ou 5º ano: Ensino Fundamental**. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2011.

HISTÓRIA. Santa Teresa: Prefeitura Municipal. [s.d.]. Disponível em: <<http://santateresa.es.gov.br/pagina/5/Historia.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

IMIGRANTES italianos. **Mapa da Itália**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.imigrantesitalianos.com.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

JESUS, Aline Ludmila de. **Despertar o outrora no agora: ensaios sobre as configurações do tempo e da memória em Walter Benjamin**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e história: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense do século XX**. 2002. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LOPES. Eliane Marta Teixeira. Memória e estudos autobiográficos. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, p. 47-61, 2003.

LOPES, Fátima Faleiros. **A cidade e a produção de conhecimentos histórico-educacionais: aproximações entre Campinas moderna de José de Castro Mendes e a Barcelona “modelo”**. 2007. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LORDELLO, Eliane. **Casa Lambert: Santa Teresa-ES**. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/07.082/5001>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. **Capela Nossa Senhora da Conceição: Santa Teresa-ES**. 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/07.082/5001>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.

LUCENA, Adriana. Migração italiana no Espírito Santo: ocupação territorial e herança cultural. **Patrimônio: Práticas e Reflexões**. Rio de Janeiro: IPHAN/

COPEDOC, 2007. Edições do Programa em Especialização em Patrimônio do IPHAN.

MENEGUELLO, C. **Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana**. Campinas. 2000. 430p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 153-169, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10915.pdf>> Acesso em: 25 abr.2015.

MÜLLER, Frederico. **Fundação e fatos históricos de Santa Teresa**: Estado do Espírito Santo. 2. ed. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura**: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. 2. ed. Vitória: Flor&cultura, 2009.

_____. A casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. In: CASTIGLIONE, Aurélio Hermínia (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, p. 248- 273.

NOVAES, Maria Stella de. **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Cidade e cotidiano como arena cultural: uma reflexão sobre o Rio de Janeiro. **Alpharrábios**, Campina Grande, v.1, n.1, 2005. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html>>. Acesso em: 01 abr.2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO JR., Arnaldo. **A invenção da “Manchester Paulista”**: embates culturais em Sorocaba (1903-1914). 2003. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. **Professor Joaquim Silva, um autor da história ensinada do Brasil**: livros didáticos e educação moderna dos sentidos (1940-1951). 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo. In: CASTIGLIONE, Aurélio Hermínia (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: UFES, 1998, p. 230- 247.

_____. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.

PREFEITURA DE SANTA TERESA (Espírito Santo). **Centro histórico de Santa Teresa sedia eventos como o “Cantata Italiana”**. 2011. Disponível em: <<http://midiacidada.org/santa-teresa-a-primeira-cidade-brasileira-fundada-por-imigrantes-italianos/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

PURIFICAÇÃO. Ana Teresa de Souza e Castro da. **(Re) criando interpretações sobre a independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e história nos livros didáticos**. 2002. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

REGIÃO Serrana. Vitória: Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. [s.d.]. Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/regiao_serrana.aspx>. Acesso em: 28 mar. 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.

RESIDÊNCIA Lambert em 2002. Centro Educacional Leonardo Da Vinci. 2002. Disponível em: <<http://www2.davincivix.com.br/davinci.php?area=noticias&e=61&c=man4aea3a0f85ecc1808>>. Acesso em: 24 ago. 2015.

RIBEIRO, Fabrício. **Casa Lambert será aberta à visitação em Santa Teresa**. Santa Teresa: Montanhas Capixabas, 2011. Disponível em: <<http://www.montanhascapixabas.com.br/?x=materia&codItem=1867&codArea=5>>. Acesso em: 06 set. 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain François (et al.). São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. 1984. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1984.

RUBINO, Silvana Barbosa. **As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1992.

RUSCHI, Augusto. Contribuição à arqueologia de Santa Teresa: objetos de pedra de origem indígena. **Boletim do Museu de Biologia Professor Mello Leitão**, Santa Teresa, n. 1, 9 set. 1953. Antropologia, p. 1-22. Disponível em: <http://www.boletimmbml.net/pdf/an_01.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.115-135

SCALZER, Simone Zamprogno. **O núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES) entre a memória e a história: formação histórica territorial, projetos de governo e preparação dos lotes para os imigrantes (1847-1891)**. 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada do Território) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2014.

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE SANTA TERESA (Espírito Santo). **Visite a Casa Lambert**. [s.d.]. Disponível em: <<http://santateresa.es.gov.br/noticia/332/Visite-a-Casa-Lambert.html>> Acesso em: 24 ago. 2015.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURITALIA. **Mapa do Trentino-Alto Ádige**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.turitalia.com/eng/regions_italy/trentinoaltheadige_italia.html>. Acesso em: 30 ago. 2015.

VAITSMAN, Jeni. Subjetividade e paradigma do conhecimento. In: **Boletim Técnico SENAC**, v.21, mai./ago. 1995. Disponível em: <<http://www.senac.com.br/informativo/bts/212/2102003009>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

VASCONCELOS, José Antonio. História, ética e discurso memorialista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FONTES

ARANHA, Graça. **Canaã**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Documento do Arquivo Público referenda Santa Teresa como a primeira cidade fundada por italianos**

no Brasil. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/noticias/112.html>>
Acesso em: 15 abr. 2015.

BAVIERA, Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo:**1888. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. (Coleção Canaã, v. 14).

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1934. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm >. Acesso em: 27 jan.2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm://>. Acesso em: 01 fev.2015.

_____. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 27 jan. 2015.

_____. Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Approva o regulamento para as colônias do Estado. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1867. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=74736&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Decreto nº 7.570, de 20 de dezembro de 1879. Suspende provisoriamente a execução do Decreto nº 3.784 de 19 de janeiro de 1867. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 dez. 1879. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7570-20-dezembro-1879-548843-publicacaooriginal-64056-pe.html>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 ago. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o inventário nacional da diversidade linguística e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. Lei nº 11.687, de 2 de junho de 2008. Dispõe sobre a instituição do “Dia Nacional do Imigrante Italiano” e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 2008. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11687.htm>. Acesso em: 18 abr. 2015.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA (Espírito Santo). **Processo de Tombamento nº 09**, Vitória, 1980.

_____. Resolução nº 07, de 12 de dezembro de 1985. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**, Vitória, 16 dez. 1985. Disponível em: <http://secult.es.gov.br/_midias/pdf/22434a68b526a2684.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. Resolução nº 09, de 1990. **Secretaria de Estado da Cultura**, Vitória, 1990. Disponível em: <<http://www.secult.es.gov.br/patrimonios/imoveis/page:2%3E>> Acesso em: 02 maio 2015.

_____. **Processo de Restauração nº 001/2002**, Vitória, 2002.

_____. **Processo de Restauração nº 43150837/08**, Vitória, 2008.

DIETZE, Albert Richard. Povoação de Santa Theresa do Timbuhy. [ca.1875]. Disponível em:<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon602739/icon602739.jpg>. Acesso em: 17 abr. 2015.

_____. **Colônia de imigrantes europeus: Porto do Cachoeiro**. 1870. Disponível em:<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon602747/icon602747.jpg>. Acesso em: 22 abr. 2015.

GRILO, Sá. Casa Lambert. 1980. In: **Processo de Tombamento nº 09**, Vitória, 1980.

_____. Casa Lambert. 1981. In: **Processo de Tombamento nº 09**, Vitória, 1980.

_____. Virgílio Lambert Thomazi e sua esposa Elvina Moscon Thomazi. 1981. In: **Processo de Tombamento nº 09**, Vitória, 1980.

INDÚSTRIA da Seda. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, ano II, n. 391, 12 dez. 1883. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

MERGULHE de corpo e alma em Santa Teresa! **Carta das Montanhas**, Santa Teresa, p. 04, jun. 2012.

MICELI, Aline. Núcleo original da Casa Lambert. 2008. In: **Processo de Restauração nº 43150837**, Vitória, 2008.

NAGAR, Carlo. Relato do Cavalheiro Carlo Nagar- Cônsul Real em Vitória. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895)**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

NASCIMENTO, Orlando. Virgílio Lambert e a cultura do bicho da seda. **A Voz do Seminário**, Santa Teresa, ano IV, n. 34-35, jun./ jul. 1950.

NOTA sobre Virgílio Lambert. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano VI, n 25,18 set. 1880. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

O PADRE Martinelli. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, ano IV, n. 720, 8 fev. 1885. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

RUSCHI, Enrico Hildebrando Aurelio. Comemorando os 75 anos de Santa Teresa. **A Voz do Seminário**, Santa Teresa, ano IV, n. 34-35, jun./ jul. 1950.

SANTA TERESA (Município). **Lei nº 1598, de 15 de junho de 2005**. Santa Teresa, 2005. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural, cultural e ecológico do município de Santa Teresa- ES. Disponível em:<<http://www.legislacaoonline.com.br/santateresa>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **Lei nº 2093, de 29 de abril de 2010**. Revoga a lei municipal nº 1.887/2008 e estabelece novas disposições sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural, cultural e ecológico do município de Santa Teresa – ES. Cf. <<http://www.legislacaoonline.com.br/santateresa>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

SEDA. **O Espírito-Santense**, Vitória, ano XII, nº 100, 21 dez.1882. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

SERICICULTURA. **O Espírito-Santense**, Vitória, ano X, n. 40, 16 out. 1880. Disponível em:< <http://memoria.bn.br/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

SIMONETTI , Joca. Santa Teresa: quando o futuro está no passado. **Revista Você**, Vitória, ano IV, nº 31, p. 28- 35, 1995.

TAMANINI, Virgínia Gasparini. **Karina**. 10. ed. Brasília: Editora Artway, 1981.

VASCONCELOS, João Jose de Sepulveda e. **Carta da Província do Espírito Santo com parte da província de Minas**. 1856. Catálogo Mapoteca, APEES, n. A0996, 1856. (Organização Simone Scalzer, 2014).

ZAMPROGNO, Walfredo. Homenagem ao imigrante. **A Voz do Seminário**, Santa Teresa, ano XVII, n. 210, nov. 1963.

ANEXOS

ANEXO A – Resolução nº 07/85, aprovando o tombamento da Casa Lambert.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

RESOLUÇÃO Nº 07/85

Aprova tombamento de bens históricos e artísticos.

O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto na Lei nº 2.947, de 17 de dezembro de 1974, regulamentada pelo Decreto nº 626-N, de 28 de fevereiro de 1975 e tendo em vista o que consta no processo nº 09/80 – CEC,

RESOLVE:

Aprovar o tombamento em caráter definitivo:

- a) da residência da Família Lambert com suas paredes e revestimentos internos, situada na sede do Município de Santa Teresa, inscrita no Livro de Tombo Histórico sob o número 85, f. 9v e 10 e no Livro de Tombo das Belas Artes sob o número 57, f. 14v e 15;
- b) da capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na sede do Município de Santa Teresa inscrita no Livro de Tombo Histórico sob o número 86 às f. 9v e 10 e no Livro de Tombo das Belas Artes sob o Número 60 às f. 14v e 15;
- c) da imagem de Nossa Senhora da Conceição em madeira, existente na capela homônima, situada na sede do Município de Santa Teresa, estando a referida imagem inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes sob o número 58 às f.14v e 15;
- d) de três crucifixos em madeira existentes na residência da Família Lambert, situada na sede do município de Santa Teresa, estando os referidos crucifixos inscritos no Livro de Tombo das Belas Artes sob o número 59 às f. 14v e 15.

Vitória 12 de dezembro de 1985
ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA
Presidente do Conselho Estadual de Cultura
(Publicado no DIOES em 16 de dezembro de 1985)

ANEXO B - Ofício de 17 de maio de 1874 encaminhado por Pietro Tabachi ao presidente da província, Coronel Manoel Coitinho Ribeiro Mascarenhas, apresentando uma lista anexa de 32 imigrantes e sugerindo que os líderes da revolta em sua propriedade fossem afastados do restante do grupo e encaminhados à Colônia de Rio Novo.

N.º 7057 D.º Agricult.º

Almo Exmo. Sr. ^{W. e Ca.} Sr.º

Expede-se com urgencia ordem ao Agente para dar-lhes passagem
 da Santa Cruz até ^{Paraná 17 de Maio} ~~Colônia~~ e communique-se ao Sr.º de Colô-
 nia Novo. em 17 de Maio

Incluso remetto a V. Ex.ª a relação de
 Colonos e suas familias no numero
 de trinta e duas pessoas e tres me-
 nores, sendo estes os chefes desorde-
 ros da Colonia.

Tomo por tanto a liberdade
 de lembrar a V. Ex.ª que seria con-
 veniente remette-los para Colônia
 de Rio Novo a fim de separa-los
 dos outros Colonos.

Deus Guarde a V. Ex.ª

Santa Cruz, 17 de Maio de 1874

Almo Exmo. Sr.º Coronel Manoel Coitinho
 Ribeiro Mascarenhas, Muito D.º Pre-
 sidente d'esta Provincia

Pietro Tabachi

ANEXO C - Ofício de 06 de junho de 1874, encaminhado pela firma Coelho e Cia, encarregada pela recepção de imigrantes em Vitória, informando ao governo provincial que dos remanescentes da Expedição Tabachi apenas 58 seguiram para Santa Leopoldina. O presidente, no despacho no cabeçalho do documento, determina a suspensão de agasalhos e alimentação aos colonos resistentes.

Apresentar

No 1143
08

18 Junho 74

Communica nos a V. Ex.ª que dos emigrantes vindos da Colonia de Pedro Tabachi, apenas seguirão para a de Santa Leopoldina 58 e os outros que se acham nesta Capital, os quaes tem em recebido agasalho e Commodoria ate hoje, de conformidade com as ordens de V. Ex.ª, acobas de declarar que não seguem para a referida Colonia, o que leva nos ao conhecimento de V. Ex.ª, afim de que V. Ex.ª resolva a semelhante respeito, aguardando nos as ordens que V. Ex.ª se dignar transmittir nos.

Deos Guarde V. Ex.ª

Victoria 6 de Junho de 1874

no Cmo. J. Cel. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas
Presidente desta Provincia

Coelho e Cia

ANEXO D- Ofício de 28 de outubro de 1874 encaminhado ao Presidente da Província do Espírito Santo, Manoel Ribeiro Coitinho Mascarenhas, redigido pela diretoria da Colônia de Santa Leopoldina em nome do colono Merlo Francesco, possuidor de um lote à margem da estrada de Santa Thereza.

N.º 112 Ferraz 1874

Depoimento a Supp. e arco deisado pela forma esta
 delibado em artigo 14 do Lei de 11 de Outubro de
 1837 - Palacio do Governo do Espirito Santo em
 28 de Fevereiro 1875.

Merlo Francesco Para V. Ex.ª a Colônia de Santa Leopoldina, colono estabelecido na
 Colônia de Santa Leopoldina no Paralelo de Santa
 Theresza e margem da estrada de Santa Theresza, que tendo
 sido por S. Ex.ª Tabogari no Monte da Italia, comissario
 para vir para um estabelecimento a fim de ser colono
 na Colônia de Santa Leopoldina de que S. Ex.ª
 tem como condição de Supp. a distribuição de terras
 que se fazem para com transporte e Supp. em
 terras de S. Ex.ª Tabogari pedimento 142 pedimento, para
 a passagem de S. Ex.ª estabelecimento, acusturava
 se por um que aquella Tabogari não comprou e sua
 condição, mediante a Supp. de terras e a compra
 desta Colônia com as mesmas condições de S. Ex.ª
 de Colônia, e por isso com parte a Supp. a S. Ex.ª que
 de S. Ex.ª para a S. Ex.ª, e a Supp. que para a
 dita quantidade a qual foi entregue como prova
 com a S. Ex.ª em parte de parte de parte que
 P.º favorável de S. Ex.ª
 cimento

E. N.º 112

Colônia de Santa Leopoldina 28 de Outubro 1874

Merlo Francesco



ANEXO E – Registro de entrada do imigrante trentino Virgilio Lambert no Espírito Santo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTE

LAMBERT

Giovanni Vigilio

XXX

Paí: *LAMBERT Giovanni Pietro* & Mãe: *FRISANCO Maddalena*

Grau de parentesco em relação ao Chefe da família: *Chefe*

Idade em 1875: **37** * Profissão: *Agricultor* * Religião: *Católica*

Nascimento: **18/06/1837; Centa San Nicolò (TN);** * Casamento: **Viúvo de MARTINELLI Filomena** * Óbito: ---



LAMBERT Virgilio

ORIGEM

País: *Itália* * Região/Estado: *Trentino-Alto Ádige*
Província/Município: *Trento* * Comuna/Distrito: *Centa San Nicolò*

VIAGEM

Embarcou no porto de *Le Havre* em **17/04/1875** no navio *Rivadavia* e desembarcou no porto de *Vitória*, em **30 de Maio de 1875**, do navio *Ceres*.
Escala: **Rio de Janeiro**

DESTINO

Porto/Via fluvial pelo qual entrou no Espírito Santo: *Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina via rio Santa Maria da Vitória*
Colônia/Município: *Núcleo do Timbuhy*
Seção/Distrito/Fazenda ou Empresa: ---

OBSERVAÇÕES

Imigrante originário do "Tirol Italiano", à época dominado pela Áustria; Lote 1415; "Inteligente e culto, deixou nome venerado em Santa Teresa. Era escultor...entre as obras realizadas no lugar, construiu a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Esculpuiu dois crucifixos e a imagem de Nossa Senhora, para a qual serviu de modelo a bela jovem Lúcia, então de quinze anos, irmã de Carlos e Adone Avancini." (trechos do livro de Maria Stella de Novaes).

FONTES DOCUMENTAIS

Lista Avulsa Vapor Ceres; L172-A (Matrícula de colonos do Núcleo Timbuhy 1872-1876) p. 37; Site Internet: www.natitrentino.mondotrentino.net, acessado em: 07/11/2012; Site Internet: http://www.familiandrich.com/familia/pafg493.htm#14093, acessado em: 07/11/2012; Livro "Os Italianos e seus Descendentes no Espírito Santo" de Maria Stella de Novaes (1980) pág. 48; CB Parrocchia di Centa (TN); Atestado de Boa Conduta Centa (TN);

Variações e/ou alterações do sobrenome: **LAMBER;**



Projeto Imigrantes Espírito Santo
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Impressão: segunda-feira, 5 de outubro de 2015 - Número: 19338



WWW.APE.ES.GOV.BR - WWW.IMIGRANTES.ES.GOV.BR - IMIGRANTES@APE.ES.GOV.BR
Rua Sete de Setembro, 414 - Centro, Vitória (ES) - Cep.: 29.015.905 - Tels.: 3636.6128 e 3636.6129



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Cultura

A BASE DE DADOS DO PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO FOI DESENVOLVIDA A PARTIR DO CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES OBTIDAS PRINCIPALMENTE NOS DOCUMENTOS SOB A GUARDA E CUSTÓDIA DO APEES, TAMBÉM COMO RELAÇÕES DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS NOS NAVIOS E DESEMBARQUE NOS PORTOS DE DESTINO; LISTAS DE ENTRADA E SAÍDA DAS HOSPEDARIAS; PASSAPORTES; MATRÍCULAS E REGENSAMENTOS DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS, ALÉM DAS LISTAS DE NAVIOS DO ARQUIVO NACIONAL; DE PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA, BEM COMO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS FORNECIDOS PELOS FAMILIARES E PESQUISADORES. O APEES AGRADACE A TODOS OS COLABORADORES; SERVIDORES E ESTABELECIDORES DA INSTITUIÇÃO; AOS DESCENDENTES DOS IMIGRANTES E PESQUISADORES QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE CONTRIBUÍRAM E CONTRIBUÍRAM PARA A REALIZAÇÃO DESTA OBRA, AUXILIANDO NA PESQUISA E/OU FORNECENDO CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS PARA COMPLEMENTAR A BASE DE DADOS.

PROJETO, PESQUISA E ORGANIZAÇÃO: CLÁUDIA FRANCESCHETTO E AGOSTINO LAZZARO

ANEXO F- Registro de entrada no Espírito Santo do imigrante trentino Antônio Lambert.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTE

LAMBERT

Domenico Antonio

XXX

Pai: *LAMBERT Giovanni Pietro* & Mãe: *FRISANCO Maddalena*

Grau de parentesco em relação ao Chefe da família: *Irmão*

Idade em 1875: **41** * Profissão: *Agricultor* * Religião: *Católica*

Nascimento: **29/08/1833; Centa San Nicolò (TN);** * Casamento: --- * Óbito: ---



LAMBERT Antonio

ORIGEM

País: *Itália* * Região/Estado: *Trentino-Alto Ádige*
Província/Município: *Trento* * Comuna/Distrito: *Centa San Nicolò*

VIAGEM

Embarcou no porto de *Le Havre* em **17/04/1875** no navio *Rivadavia* e desembarcou no porto de *Vitória*, em **30 de Maio de 1875**, do navio *Ceres*.
Escala: *Rio de Janeiro*

DESTINO

Porto/Via fluvial pelo qual entrou no Espírito Santo: *Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina via rio Santa Maria da Vitória*
Colônia/Município: *Núcleo do Timbuhy*
Seção/Distrito/Fazenda ou Empresa: ---

OBSERVAÇÕES

Imigrante originário do "Tirol Italiano", à época dominado pela Áustria; Lote 1440.

FONTES DOCUMENTAIS

Lista Avulsa Vapor Ceres; L172-A (Matrícula de colonos do Núcleo Timbuhy 1872-1876) p. 37; Site Internet: www.natitrentino.mondotrentino.net, acessado em: 07/11/2012; Site Internet: http://www.familiandrich.com/familia/pafg493.htm#14094, acessado em: 01/11/2012;

Variações e/ou alterações do sobrenome: *LAMBER;*

Impressão: segunda-feira, 5 de outubro de 2015 - Número: 19310



Projeto Imigrantes Espírito Santo
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

WWW.APE.ES.GOV.BR - WWW.IMIGRANTES.ES.GOV.BR - IMIGRANTES@APE.ES.GOV.BR
Rua Sete de Setembro, 414 - Centro, Vitória (ES) - Cep.: 29.015.905 - Tels.: 3636.6128 e 3636.6129

A BASE DE DADOS DO PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO FOI DESENVOLVIDA A PARTIR DO CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES OBTIDAS PRINCIPALMENTE NOS DOCUMENTOS SOB A GUARDA E CUSTÓDIA DO APEES, TAIS COMO: RELAÇÕES DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS NOS NAVIOS E DESEMBARQUE NOS PORTOS DE DESTINO; LISTAS DE ENTRADA E SAÍDA DAS HOSPEDARIAS; PASSAPORTES; MATRÍCULAS E REGISTRAMENTOS DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS, ALÉM DAS LISTAS DE NAVIOS DO ARQUIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA, SEM CONDIÇÃO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS FORNECIDOS PELOS FAMILIARES E PESQUISADORES. O APEES AGRADECE A TODOS OS COLABORADORES: SERVIDORES E ESTABELECIDORES DA INSTITUIÇÃO; AOS DESCENDENTES DOS IMIGRANTES E PESQUISADORES QUE, DIRETA OU INDIETAMENTE CONTRIBUÍRAM E CONTRIBUÍRAM PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROJETO, AUXILIANDO NA PESQUISA E/OU FORNECENDO CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS PARA COMPLEMENTAR A BASE DE DADOS.

PROJETO, PESQUISA E ORGANIZAÇÃO: CLÁUDIO FRANCISCHETTO E AGOSTINO LAZZARO

ANEXO G – Registro de entrada no Espírito Santo da menina Ermínia, filha de Virgílio Lambert.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REGISTRO DE ENTRADA DE IMIGRANTE

LAMBERT

Erminia Clotilde

XXX

Pai: *LAMBERT Giovanni Vigilio* & Mãe: *MARTINELLI Filomena*

Grau de parentesco em relação ao Chefe da família: *Filha*

Idade em 1875: **3** * Profissão: *Agricultor* * Religião: *Católica*

Nascimento: **09/07/1871; Centa San Niccolò (TN);** * Casamento: **TOMMASI Gaetano Domenico; 26/04/1892; Santa Teresa (ES);** * Óbito: **04/04/1960; Sepultada em Santa Teresa (ES).**

ORIGEM

País: **Itália** * Região/Estado: **Trentino-Alto Ádige**
Província/Município: **Trento** * Comuna/Distrito: **Centa San Nicolò**

VIAGEM

Embarcou no porto de **Le Havre** em **17/04/1875** no navio **Rivadavia** e desembarcou no porto de **Vitória**, em **30 de Maio de 1875**, do navio **Ceres**.
Escala: **Rio de Janeiro**

DESTINO

Porto/Via fluvial pelo qual entrou no Espírito Santo: **Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina via rio Santa Maria da Vitória**
Colônia/Município: **Núcleo do Timbuhy**
Seção/Distrito/Fazenda ou Empresa: **---**

OBSERVAÇÕES

Imigrante originário do "Tirol Italiano", à época dominado pela Áustria; Consta, em fontes deste APEES, ter desembarcado com 1 ano de idade; Teve dois filhos: Virgílio, nascido em 05 de Julho de 1891 e João, nascido em 31 de Dezembro de 1892.

FONTES DOCUMENTAIS

Lista Avulsa Vapor Ceres; L172-A (Matrícula de colonos do Núcleo Timbuhy 1872-1876) p. 37; Site Internet: www.naitrentino.mondotrentino.net, acessado em: 07/11/2012; Site Internet: http://www.familiaandrich.com/familia/pafq241.htm#7484, acessado em: 07/11/2012; CC Paróquia de Santa Teresa (ES); Atestado de Bca Condudata Centa (TN);

Variações e/ou alterações do sobrenome: **LAMBER;**

Impressão: segunda-feira, 5 de outubro de 2015 - Número: 19339



PROJETO
IMIGRANTES
ESPÍRITO SANTO
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Cultura

WWW.APE.ES.GOV.BR - WWW.IMIGRANTES.ES.GOV.BR - IMIGRANTES@APE.ES.GOV.BR
Rua Sete de Setembro, 414 - Centro, Vitória (ES) - Cep.: 29.015.905 - Tels.: 3636.6128 e 3636.6129

A BASE DE DADOS DO PROJETO IMIGRANTES ESPÍRITO SANTO FOI DESENVOLVIDA A PARTIR DO CRUZAMENTO DE INFORMAÇÕES OBTIDAS PRINCIPALMENTE NOS DOCUMENTOS SOB A GUARDA E CUSTÓDIA DO APEES, TAIS COMO: RELAÇÕES DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS NOS NAVÍOS E DESEMBARQUE NOS PORTOS DE DESTINO; LISTAS DE ENTRADA E SAÍDA DAS HOspedesARIAS; PASSAPORTES; MATRÍCULAS E RECEBIMENTOS DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS, ALÉM DAS LISTAS DE NAVÍOS DO ARQUIVO NACIONAL; DE PUBLICAÇÕES SOBRE O TEMA, BEM COMO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS FORNECIDOS PELOS FAMILIARES E PESQUISADORES. O APEES AGRADECE A TODOS OS COLABORADORES: SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS DA INSTITUIÇÃO; AOS DESCENDENTES DOS IMIGRANTES E PESQUISADORES QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE CONTRIBUÍRAM E CONTRIBUÍRAM PARA A REALIZAÇÃO DESTA PROJETO, AUXILIANDO NA PESQUISA E/OU FORNECENDO CÓPIAS DE DOCUMENTOS E FOTOGRAFIAS PARA COMPLEMENTAR A BASE DE DADOS.

PROJETO, PESQUISA E ORGANIZAÇÃO: CLIMAR FRANCISCHETTO E AGOSTINO LAZZARO

ANEXO H - Primeira página do Jornal "A Província do Espírito-Santo" de 12 de dezembro de 1883.

ANNO 11 Brasil. --- Victoria, Quarta-feira, 12 de Dezembro de 1883 NUM. 391

A PROVINCIA DO ESPIRITO-SANTO

DIARIO CONSAGRADO AOS INTERESSES PROVINCIAES, FILIADO A ESCOLA LIBERAL

Redactores. -- MONIZ FREIRE E CLETO NUNES.

Escriptorio -- Rua do Commercio n. 31. Typographia -- Rua do Commercio n. 31.

Tiragem..... 1.100 exempls.

A Provincia do Espirito-Santo
 Diario consagrado aos interesses provinciales, filiado a escola liberal

ASSIGNATURAS

CAPITAL (SEM SELLO)		FORA DA CAPITAL (COM SELLO)	
Anno	120000	Anno	150000
Semestre	60000	Semestre	80000
Trimestre	40000	Trimestre	50000

Numero avulso do dia 100 rs. e do dia anterior 200.

As assignaturas são pagas adiantadamente, e podem começar em qualquer dia, terminando sempre em Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Guarda-se em nossas officinas os domingos, dias santificados, de festa nacional ou popular

Annuncios e publicações a pedido -- a preços convenc onados.

Correspondente em Paris para annuncios e reclames:
 O Sr. Albert Lurette, 51^{na}, Rue de S.^a Anne.

As pessoas que quezarem assignar a Provincia dirjam-se nella Capital ao escriptorio da redacção a rua do Commercio n. 31, e fóra aos dignos cavalheiros, nossos prestimosos agentes nas seguintes localidades:

Caracica. -- Major Ignacio Francisco de professor Barros.
Viana. -- Capitão Costa Junior.
Mangaraly. -- Henrique Coutinho.
Barra de Mangaraly. -- João Lopes.
Porto do Cachoero. -- Dalmacio Coutinho.
Carapina. -- Cap. Frederico Meirelles.
Serra. -- Antonio da Silva Borges.
Riacho. -- Basilio E. dos Santos Lea.
Nova Almeida. -- Comendador Ed. Mercier.
Santa Cruz. -- Venancio Flores.
S. Matheus. -- Graciliano de Oliveira.
Barra de S. Matheus. -- Antero Faria.
Linhares. -- Alexandre Calmon Sobrinho.
Espirito Santo. -- Adriaõ Nunes.
Guarapary. -- José Pinto Guimarães.
Benevente e Fiama. -- Jacintho de Mattos.
Povoação Alfredo Chaves. -- Dr. J. Adolpho P. Paça.
Itapemirim. -- João Loureiro.
Cachoeiro de Itapemirim. -- Dr. Horto de Araujo e Custodio Maia.
Santo Eduardo. -- Domingos do Nascimento.
Côrte. -- Dr. Antonio Aguirre, rua do Monte-Alegre n. 17. A. (Santa Theresa).

NOTAS EM SUBSTITUIÇÃO.
 DO THESOURO

De 1000 brancas, 4^a estampa sem valor desde 1^o de outubro passado.
 De 200 6^a estampa, idem, idem.
 Até 30 de junho de 1884, sem desconto:
 200000, 5^a estampa;
 100000, verdes;
 100000, 5^a estampa;
 10000, 3^a estampa.

DO BANCO DO BRASIL

Até 30 de abril de 1884, sem desconto, 200000, verdes.

SEÇÃO DE ANNUNCIOS

A' praça e ao publico

O proprietario do **CAFE ESTRELLA**, desejando retirar-se para a Italia, onde conta encontrar alivio a incommodos de saúde do que soffre -- offerece ao publico o seu bem montado estabelecimento, e tambem uma casa torrea sita à rua de General Osorio n. 37, d'esta cidade.

Além disso tem à venda uma canôa de 30 palmos de comprimento e 3 1/2 de bocca. Quem desejar empregar bem o seu dinheiro dirja-se ao abaixo assignado.

Victoria, 1^o de dezembro de 1883.
 Negri Domenico. G - G

A Provincia do Espirito-Santo

ESTE ESTABELECIMENTO convenientemente montado, e dispondo do melhor pessoal artistico, incumbe-se da factura de qualquer obra typographica.

Os trabalhos que tem feito para a secretaria de policia, thesouraria de fazenda, camara municipal, alfandega, ex-colonia de Santa Leopoldina, quartel de infantaria, caixa economica e outros estabelecimentos importantes dão-lhe direito à preferencia de publico.

Garante-se perfeição e preços modicos

31 RUA DO COMMERCIO 31 VICTORIA.

A Provincia do Espirito-Santo

CAFÉ MONTE-ALEGRE

Para satisfazer a commo-didade publica vende-se este delicioso café torrado e mais acreditado do mercado -- nos seguintes pontos:

RUA DO COMMERCIO
Casa do Galdino
RUA DUQUE DE CAXIAS
Padaria do Braga
Rua Sete de Setembro
 (ANTIGA DA VARZEA)

OS tres fermentos da digestão

Três fermentos existem que digerem os diversos alimentos com que se nutrem os homens. Cada um desses successos tem um nome especial. A primeira é sobre a carne muscular; a segunda sobre os corpos gordos; e a terceira sobre os feculentos. Portanto, em todas as affecções do estomago não pode haver melhor remedio do que a applicação simultanea dos tres elementos indispensaveis para uma digestão completa. O vinho ruppico do dr. V. de L. Rupp preenche admiravelmente esse fim. Dahi provem o favor que goza junto de todos os enfermos e convalescentes.

(10 - 2)

POBRESA DO SANGUE
 NERVO, DOENÇAS NEVROSAS
VINHO BELLINI
 (Quina e Columbo)

Este VINHO fortificante, tonico, febrifugo, antiperisodico, cura as Affecções neuroticas, Febres, Nervositas, Côrtes palidas, Irregularidades e Empobrecimento do sangue, e é recommendado ás Grávidas, Senhoras debolis, Pessoas idosas e emmenquicadas por Doenças ou Excessos.

Escreva em o retulo o selo official do Governo francez a firma de J. FAYARD.
 Adm. DETHAN, Pharmaceutico em PARIS

AS PILULAS APERITIVAS

DU
D. CARLOS BETTENCOURT

devem ser tomadas juntamente com a salisparilla e carbô para auxilium e a pressar em o tractamento, obrando como correctivo e conservando ao estomago a sua integridade funcional. Assim far-se-á uso de uma no almoço e outra no jantar, quando se estiver no uso da salsa, e querendo-se ter um effeito laxativo ou purgativo tomar-se-ão 4 a 5 de uma vez antes do jantar. Sendo necessario de usar-se um purgativo de vez em quando, afim de equilibrar a saúde, expellido do corpo as materias viciadas e os mucus humore que se accumulam no tubo digestivo, deve-se recorrer a estas pilulas aperitivas para evitar-se o desenvolvimento de molestias que mais tarde serão funestas e talvez incuraveis.

Regular os intestinos é uma necessidade imperiosa, visto como d'elle depende a conservação e perfeito estado de saúde do nosso organismo.

Preço
 Uma caixa 1\$000

DEPOSITO -- PHARMACIA VIGUIAR

DOENÇAS DO ESTOMAGO
 PASTILHAS e PÓS
PATERSON
 (Bismuth e Magnesia)

Recomendadas contra as Doenças do Estomago, Acidez, Arrotos, Vomitos, Colicos, Falta de Appetito e Digestões difficis; regulam as Funções do Estomago e dos Intestinos.

Escreva em o retulo o selo official do Governo francez a H. na J. FAYARD.
 Adm. DETHAN, Pharmaceutico em PARIS

Papel para embrulho vende-se n'esta typographia.

ALMANAK

DESEMBRO -- 31 dias

Domingo	2	9	16	23	30
Segunda-feira	3	10	17	24	31
Terça-feira	4	11	18	25	
Quarta-feira ..	5	12	19	26	
Quinta-feira ..	6	13	20	27	
Sexta-feira	7	14	21	28	
Sabbado	1	8	15	22	29

PHASES DA LUA

☾ Cresc. a 7. ☽ Cheia a 14.
 ☽ MING. a 21. ☾ NOVA a 29.

QUARTA-FEIRA 12 -- S. Justino M.

CALENDARIO POSITIVISTA
 ANNO 95
 MEZ DE BICHAT
 (SCIENCIA MODERNA)

13^o mez
 28 dias

1 -- Copernico	3 de Dez.
2 -- Kepler (Halley)	4 " "
3 -- Huggheens	5 " "
4 -- Diogo Bernoulli	6 " "
5 -- Bradley	7 " "
6 -- Volta (Sautour)	8 " "
7 -- GALILEU	9 " "
8 -- Viète	10 " "
9 -- Wallis	11 " "
10 -- Clairant	12 " "
11 -- Euler (Monge)	13 " "
12 -- D'Alembert	14 " "
13 -- Lagrange	15 " "
14 -- NEWTON	16 " "
15 -- Bergman	17 " "
16 -- Priestley (Davy)	18 " "
17 -- Cavendish	19 " "
18 -- Guyton-Morveau	20 " "
19 -- Berthollet	21 " "
20 -- Berzelius	22 " "
21 -- LA VOISIER	23 " "
22 -- Harvey	24 " "
23 -- Boërhaave	25 " "
24 -- Linnæu	26 " "
25 -- Haller	27 " "
26 -- Lamyrcck	28 " "
27 -- Broussais	29 " "
28 -- GALL	30 " "

Dia complementar -- Festa universal dos mortos -- a 31 de dezembro.

ANEXO I – Página do jornal “A Província do Espírito-Santo”, de 12 de dezembro de 1883 que apresentou uma nota sobre a “Indústria da Seda”.

A PROVINCIA DO ESPÍRITO-SANTO

A Província do Espírito-Santo

VICTORIA, 12 DE DEZEMBRO DE 1883.

Notas do dia

INDUSTRIA DA SEDA

Lembram-se os leitores d'aquella empresa iniciada pelo illustrado dr. Martin Francisco Filho, e por elle promovida para animar a sericultura entre nós?

Precisava-se de um capital de 10.000\$, assim disiam os entendidos, para que a industria prosperasse vantajosamente, e em breve no solo espirito-santense a cultura do café e da canna tivesse no casulo precioso da amoreira um competidor e um estimulante.

Circularam listas immediatamente; e o honrado ex-administrador viu corados seus bons desejos com a inscripção de todo o capital dentro de poucos dias.

Os accionistas começaram a calcular immensos lucros, fortunas fabulosas edificadas sobre as suas duas ou tres acções da grandiosa empresa; mas... *tout passe, tout cesse, tout lasse*, e... dentro em pouco ninguém mais d'isso se occupava.

Ha dias um jornal d'esta cidade (não nos lembra qual) perguntou que destino tivera a projectada industria, e não houve quem lhe podesse responder.

Ante-hontem, porém, tivemos uma ingrata nova que transmittiu-se com o peso que osannas as il lusões pudicas, e é que por esse caminho não adiantaremos por ora um passo.

Negociante acreditado aqui, um dos maiores accionistas da empresa tractou de indagar para a Europa do estado do mercado da seda nas praças importadoras da materia prima, e a resposta é das mais desanimadoras, porque de lá communicam que a offerta média oscilla entre 30 e 35 frs. por kilo da seda Timbuhy, que é o producto da me-

lhor qualidade que temos aqui, ao passo que a média do custo da produção do fio não nos permite exportar igual peso por menos de 50\$, o que estabelece uma desproporção de 70 % entre a offerta e a procura.

A seda, ao que parece, perde a estimativa, e o unico meio de aproveitar a nossa, com resultado, é manufactural-a para exportar bellos cortes de vestido; mas, para isso falta-nos tudo, inclusive a propria seda.

Não podia ser mais infecunda a generosa tentativa, e o resultado colhido é d'aquelles que nem permitem que mais n'ella se fale; e enquanto o mercado não sobe ou novos canaes se abrem á infeliz industria, vai o sr. Lambert, o infatigavel cultor do casulo, offerecendo ao nosso patriotismo kilos de seda espirito-santense — marca Timbuhy.

Agora mesmo elle se acha n'esta capital com uma regular porção d'aquelle producto que pretende vender para cobrir os seus grandes sacrificios — tempo e dinheiro.

Que o amparem os generosos.

CHRONICA DOS JORNAES

O Horizonte

Além da secção official trouxe as ephemerides nacionaes, os ecos da imprensa — resumo dos ultimos jornaes da capital, a secção noticiosa, a continuação de um artigo transcripto sobre a cromação, uma poesia e ineditorias.

BRINDE AOS ASSIGNANTES. — Por accordo realzado entre a empresa desta folha e o auctor do «Almanak da Província do Espírito Santo», resolvemos brindar as pessoas que tomarem uma assignatura annua d'A Província com um exemplar d'aquelle Almanak.

A assignatura deve ser paga adiantadamente.

FOLHETIM (92)

A. DAUDET

A FIRMA SOCIAL

BROMONT & RISLER

QUARTA PARTE

III

Clara continuou a velar-lhe á cabeceira. «É a minha obrigação», disse ella. A sua obrigação!

E eis a posição em que se via agora collocada em relação áquelle homem a quem ella tinha adorado egamente, e com quem contara viver sempre feliz.

Naquelle momento começava o baile a animar-se em casa de Sidonia.

O assalto tremia compassadamente, porque para facilitar as danças, a sra. Risler tinha mandado tirar os tapetes das salas.

A's veses ouviam-se tambem de baixo, vozes truncadas, depois applausos numerosos, multiplicados, pelos quaes adivinhava-se a multidão dos convidados, de que as salas deviam estar apinhadas.

Clara reflectia. Não se entregava á queixas e

lamentações estereis, pois sabia que a sorte era inflexivel, e que não ha rasões capazes de sustentar a triste logica da sua marcha inevitavel. Não tractava de inquirir como tinha aquelle homem conseguido enganar tanto tempo, como padecer sacrificios por um capricho a honra e a alegria da familia.

Era este o grande caso, e todas as suas reflexões não tinham o poder de amiguiqual-ê, de reparar o irreparavel.

Preoccupava-a, porém, o futuro. Abria-se-lhe diante dos olhos uma nova existencia, sombria, severa, cheia de privações e de trabalhos; e por um effeito singular, a ruína em lugar de assustar-a, restituia-lhe pelo contrario toda a coragem.

A idea de uma mudança reclamada pelas economias que tinham necessariamente de adoptar, do trabalho a que Jorge, e talvez ella, iam ver-se d'ali em diante obrigados, introduzia uma tal ou qual actividade na fria calma da sua desesperação.

Que onerosa carga do familia não lhe ia agora pesar sobre os hombros, com tres crianças para cuidar: a mãe, a filha e o marido!

O sentimento do tamanha responsabilidade, não lhe permitia occupar-se muito com a sua desgraça, com a ruína do seu amor; e a medida que se esquecia de si, para só attender aos tres entes fracos a quem tinha de proteger, comprehedia melhor o alcance da palavra «sacrificios» tão vaga para os indifferentes, tão seria para quem é obrigado a tomal-a como regra da vida.

Eis no que pensava a pobre mulher, durante a longa vigilia, durante essa triste vela d'armas e de lagrimas, em que se preparava para o grande combate.

FACTOS E BOATOS

Noticias Locaes

Tempo.—Hontem—hom tempo no Rio de Janeiro, Santa Cruz, Barra de S. Matheus e Caravelhas.

Nublado em Campos, Itapemirim e Benevente.

Chuvoso—na Serra, S. Matheus e Porto Seguro.

Aqui variavel.

Reição provincial. — O dr. juiz de direito d'esta comarca communicou á presidencia haver designado o dia 28 do corrente para a reunião da junta que tem de fazer a apuração dos votos recolhidos na eleição do dia 9 d'este mez, a que se procede para o preenchimento do numero de deputados d'assembléa legislativa provincial por este 1.º districto eleitoral.

Justiça da capital.—Foi nomeado o cidadão Miguel Teixeira da Silva Sarmiento para o cargo de adjunto do promotor publico d'esta comarca.

Alistamento militar.—A presidencia, por determinação do ministro da guerra, exigiu dos juizes de direito, presidentes das juntas revisoras, as seguintes informações:

- 1.º Qual o estado em que se acha o alistamento para o serviço do exercito e armada a que se devia ter procedido nas occasões do dia 1.º de agosto ultimo, segundo a determinação expressa do art.8.º do reg.º aprovado pelo decr. n. 5881 de 27 de fevereiro de 1875, cuja execução foi recommendada pelo mesmo ministro a 22 de junho e 6 de julho do corrente anno.
- 2.º Si houve alguma varochia em que se não reuniu respectiva junta, como prevê o art. 25 do citado regulamento, e quaes os motivos de tal occorrença, e quaes as providencias tomadas para suprir a omissão.
- 3.º Quaes as rasões—dado o caso de que ainda não esteja completo o trabalho das referidas juntas—que na sua opinião sem concorre para obstar a que o alistamento se faça no devido tempo e com a precisa regularidade.

Lumara municipal. — Hontem continuou a sua primeira sessão ordinaria, interrompida ha quasi um mez por falta de numero legal para funciouar.

Realizou-se convidar um engenheiro d'esta capital para fazer o organito e o plano de uma caixa para os mananciaes d'agua da Fonte Grande e da canalisação das mesmas aguas.

Nada mais occorreu digno de menção.

Companhia de infantaria. — O conselho de compras, reunido ante-hontem para tomar conhecimento das propostas feitas para o fornecimento de 50000 rios no semestre futuro, só accetou a de Braga & Comp.ª para fornecer pão, annullando todas as outras por não serem convenientes aos interesses da fazenda publica.

O sr. inspector da thesouraria designou para o dia 22 do corrente para receber-se novas propostas.

Tribunal do jury. — Reunio-se sexta-feira, 14, o tribunal do jury d'esta capital.

O NOVO ANNO. — Eramos aos nossos dignos agentes das localidades de fora o favor de remetterem com antecedencia a lista dos novos assignantes, bem como as alterações que possam occorrer até o fim do presente anno.

Obras da capitania. — A requisição da thesouraria de fazenda, o sr. inspector d'alfandega designou o 2.º escriptuario G. dofredo Silveira para servir junto á commissão encarregada do exame das obras e contas do novo quartel da capitania do porto.

Ordem franciscana. — Noticias não ha muito que o conego Antonio Dias da Rocha fora nomeado para servir de visitador da provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro, a qual comprehende tambem o territorio do Espírito-Santo, onde a ordem franciscana possui os conventos da Penha e S. Francisco.

Agora as folhas fluminenses desmenos que o revd. provincial, frei João Costa, pediu e obteve licença do governo imperial para recorrer á sua santidade o Papa d'esse acto do encarregado de negocios da Santa Sé na capital do imperio. A licença concedida, porém, não suspende os effeitos do ha-naplacito imperial outorgado áquella nomeação.

Vem aqui a proposito transcrever o que disse o *Vasco Coutinho*, outro jornal d'esta cidade, com referencia á nomeação do visitador.

«Ha alguma ordem franciscana, no Brasil?»

Tres frades ou quatro, um ou dous no convento de Santo Antonio, na Corte, em S. Sebastião, ontro na Paralyza do Norte, constituem UMA ORDEM?»

Não ha no ministerio um canonista e um theologo!

As perseguições da egreja nos tres primeiros seculos, e especialmente o de Decio em 250, foi a origem da vida regular; isto é, christão em vida commun e estavel; um só institutos convento, ou communidade, e sujeitos a uma regra (estatutos). Eram quatro as regras: — a de S. Basilio, de Santo Agostinho, de S. Bento e S. F. d'Assis.

Onde o internuncio e o governo arranjaram cousa semelhante, pelo menos, no Brasil?»

Exportação.—O manifesto do patacho nacional *Oliveira*, saído ha dia-pora o Rio de Janeiro, constou do seguinte:—4 saccos com 150 kilogrammas de algodão em rama; 140 com... 8,400 kilogrammas de café e 1,480 com 114,400 litros de milho; valor official—7,956\$.

Contado, n'aquella noite tinha Risler tanta necessidade de effusão, de cordialidade; e de mais a occasião parecia-lhe tão usada para uma entrevista com o seu amigo d'outro tempo, que em lugar de evital-o, entrou resolutamente no escriptorio.

O caixa estava assentado, iamovel no meio de uma enorme papelada e de grossos livros abertos, alguns dos quaes tinham resvalado por terra.

Ao rumor que fez ao entrar o patrão, Sigismundo nem levantou os olhos.

Tinha reconhecido as pisadas de Risler. Este, um pouco intimidado, hesitou um momento; depois instigado por um desses impulsos secretos que nos fazem seguir o caminho que nos aponta o destino, dirigiu-se para a grade do caixa.

—Sigismundo... disse elle em voz grave.

O velho levantou a cabeça, e mostrou um semblante contrahido, por onde corriam duas grossas lagrimas, talvez as primeiras que derramava em sua vida aquelle homem algarismo.

—Estas chorando, meu velho?... O que é que tens?

«O bom do Risler todo commovido, estendeu a mão ao amigo, que retirou arrebatadamente a sua.

Este movimento de repugnancia foi tão instinctivo, tão violento que toda a commoção de Risler se transformou immediatamente em indignação.

—Estão-te estendendo a mão, Sigismundo! Não tens a coragem de olhar-me a face?»

—Foi em nego-te a minha, respondeu Risler levantando-se.

MANCHADA

ANEXO K - Página do jornal "Gazeta de Notícias" de 18 de setembro de 1880 com uma nota sobre a visita de Virgílio Lambert ao Rio de Janeiro.

Anno VI
JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS
PAGAMENTO AVANÇADO
R. do Ouvidor, 170
RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro - 5-hado 18 de Setembro de 1880

GAZETA DE NOTÍCIAS

JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS
PAGAMENTO AVANÇADO
R. do Ouvidor, 170
RIO DE JANEIRO

Numero avulso 40 rs.

As assignaturas comecam em qualquer dia e terminam em 31 de dezembro
Os artigos enviados e redacção não serao restituídos a não se sejam voluntarios

Numero avulso 40 rs.

Tiragem 24,000 exemp.

MOLTIM PARLAMENTAR
O primeiro acto do anno hebrar...
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

ASSEMBLEIA PROVINCIAL
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

OS SENHORES
Depois de um tempo a par...
Depois de um tempo a par...

O Espirito-Santense.

JORNAL POLITICO, SCIENTIFICO, LITTERARIO E NOTICIOSO.



ASSIGNATURA SEM SELLO
POR UM ANNO 12 \$ 000
POR SEIS MESES 6 \$ 000
Por numero avulso 200 reis.

REDACTOR E PROPRIETARIO
Basilio Carvalho Daemon.

ASSIGNATURA COM SELLO
POR UM ANNO 14 \$ 000
POR SEIS MESES 7 \$ 000
Linha 100 rs., ao assignante 80 rs.

ANNO X. VICTORIA, 16 DE OUTUBRO DE 1880. NUM. 40.

O ESPIRITO-SANTENSE.

VICTORIA, 16 DE OUTUBRO DE 1880.

Uma especie de desanimo já affecta o gabinete. O estacionarismo em que se conserva demonstrando, que todas as particulas fundamentais do credito como governo achão-se em estado doloroso. A propria falta do throno, restituída e conieia, é uma prova evidente que o gabinete está proximo a concluir a empreitada de que foi incumbido.

Achando o paiz estregado, o seu partido desorganizado e com grande deslealdade em quasi todas as provincias o Sr. Conselheiro Saravia concluiu, depois de alguns exorcismos que faz, em bem do partido, a que portou, que nada mais ha a esperar do homem como aquelles de que se acha rodeado, tanto na Camara, como n'aquelle que lhe foram apresentados como influencias directas nas provincias.

Gastos os homems, desorganizado o partido, desaparecido o principio de moralidade nos que governão e que deve se concluir sem o retirar-se do poder o gabinete, e chamar-se a quartel de inverno o pseudo-partido liberal.

Os *Fagundes* já não tem accção, já não sabem o que fazem, já por demais estão desmoralizados. A prova está em que nas principaes questoes de alta politica do partido e em sua moralidade os ditos supremaciamenos *fagundes* servem tem voltado e desvolvido, torçado a votar e desvotar! O exemplo tem se nas votações do projecto Xingá, nos orçamentos

seu sei tirado, não póda jámais ter confiança em taes homems, em hora para acobertar erros passados hajão ultimamente reprimido se, contudo, impossivel lhes é gozar da minima confiança como governo, porque as provações porque passou o povo ainda estão palpitantes, as feridas ainda sangro no coração de muitos e o lucto de muitas mães, esposas e irmães ainda se consorra, porque o tempo pragmatico para o deixarem ainda não foi concluido, chamados assim á curiosidade a perguntar o motivo dello, respondendo se obviamente:—o filho, o esposo, o irmão foi uma victima da prepotencia do governo actual!

C. DEMON.

tempo no poder, e que até podemos affiançar ser facto julgado.
Até hoje ainda não apparece em ordem do dia a discussão do projecto da eleição directa, e sómente se tem tratado da resposta á falta do throno, e das eleições do Rio-Grande do Sul e da Parahyba.
Foi reconhecido pela commissão sender o Sr. Rio-Grande o Sr. Placencio de Alvor, creatura do Sr. Gaspar e a quem o Dr. Fomandozeo cantava aquella bonita *patimodis* na Camara dos deputados.
O Sr. Meira Vasconcelos é que teve de dançar na *corria bambá* a respeito da sua eleição pela Parahyba; e o Sr. Diego Velho descobriu sobre aquella eleição tantos viciotantos illegalidades e tanta approximação, que muitos senadores tiveram escrúpulos sobre sua legal approvação. O Sr. Christiano Ottoni, réo do mesmo crime pelo Espirito-Santo, por principio de coherencia e para ser curial com *todas as eleições liberrimas*, tem estado na estacada a defender a verdade da eleição da Parahyba. Isto hoje, a respeito de eleições está em entrar-se na cadeia do governo, ser escolhido por influencia do governo e ainda approvada sua eleição por indicação do governo, quanto ao mais são particulaes. O melhor seria apresentar o gabinete trez nomes a imperante e elle escolher um d'elles, porque assim poupava-se escandalos, vidas, dinhero e muito trabalho e consumições.

C. DEMON.

CORRESPONDENCIA.

CÔRTE, 13 DE OUTUBRO DE 1880.

Encorrou-se a 17.ª legislatura da Assembléa geral e installou-se a sessã extraordinaria. S. M. o Imperador leu a falta do throno, que junto envio, a qual, pelo seu laconismo vera que nos altas regiões de poder ha por demais descrença, para que se tire muitas conclusões e se fação bastantes commentarios, o que realmente tem accotado.

O que se tem concluido é, que o gabinete não se demorará muito

dos deputadas e projecto da *conamento curial* ou da *manchisa official*, como muitos chamão; vermos o que dará este grande desideratum dos liberrimas....
O *organamento geral* do imperio passou com muitas omeidas feitas no Senado e a favor do povo, entre outras foi reduzido a 2 por %, os 5 que pagava os empregados publicos. Assim mesmo na passou throno, pois que o parecer da commissão levou sempre seus cortes e louva hógidamente. O futuro Sr. Gaspar trovejou contra o Sr. Catejiga, dizendo que ia apresentar documentos sobre a applicação de fincoseiros d'aquelle grande-vulto e amagal-o; aqual, curial, sem nada apresentar fez um terrivel fiasco, até não comparecendo no Senado durante dois dias. E' um Quicibote dos tempos modernos este Sr. Gaspar!

Ha grande barulhada sobre a estrada de ferro que dirige o Engenheiro Moraes, a ponto de haver greço do engenheiros, tendo abandonado os trabalhos e pedido demissão trezo. Veremos o que dará isto...
Por fallar em estrada de ferro, o Sr. Durque tem expellido Avisos sobre Avisos, depois de seu passeio a Leopoldina, isto logo á sua volta.
Por Decreto de 25 do passado foi nomeado Commandante Superior da Serra o Capitão dessa provincia o Sr. Major Antonio Pinto Loureiro, ficando o Commandante Superior d'ahi nem dispensado, nem reformado, nem addido.

O Sr. Fructuoso e sua familia annuncião-se á porta.
— Entre o Sr. Fructuoso.
— Oh! como está, como está e seahore... Então vá sahír?
— Vámos ao theatro. Entre Sr. Fructuoso; entre minha seahora.
Entra toda a familia; são 7 pessoas.
Muitos cumprimentos no caso, beijos, abraços, toques de mãos, etc., etc.
— Como que estão vão ao theatro?
— Sim, minhas seahoras.
— O que se representa hoje?
— A Graça de Deus.
— Não sabemos: que pena!
— Pois minhas seahoras o comarante está á ordens...
— Mes não viemos preparadas...
— O que tem isso, ninguém repara: o theatro é grande.
— Se os meus trouxessemos enfeites na cabeça...
— Se quizer D. Marquinhos, posso emprestar-lhe e mesmo para D. Emilia, D. Zefirina, e para todos em fim.
— Pois então, se não é incommodado...
— Mes o meu vestido não está decente.
— Nem o meu, diz a outra.
— Nem o meu, diz ainda a outra.
— A seahora offerece os seus vestidos e todos scocito.
O Sr. Fructuoso (que tinha vindo de polacos e chinellas de cordão) que pôr-se no chão e veste-se a cacha e calça-nos as botinas a Melidés.

FOLHETIM.

AS VISITAS.

O leitor já pensou seriamente no que é uma visita? ou creio que não; se tivesse pensado escrever na primeira sua residência em letres grandes e FULAN NA ESTÁ EM CASA.

Eu tenho uma antipathia decidida por toda quanta de visita, e fundo este meu modo de pensar no seguinte:
A visita é:
— Uma consumidora do quendo chá e torrada apparco.
— Planto de gorilla-chuava.
— Carragorda de sapatos de borraçola, se chover.
— Investigaçã do nosso damitilio.
— Conselheira do nosso acto.
E... sempre, sempre e sempre uma ralhada amoladora!
Estes pretensões nunca fallão ao geral das visitas; d'aqui detachão-se as especies que são innumeras.
Vejamos algumas.
— Estão-se na melhor disposição de deitar-se uma pressa ás 8 horas da noite. Deu-se pressa ao chá.
— Vai-se tudo para a mesa, batem á porta.
— Quem é?
— Sou eu.
— O amigo Felisberto e a familia.
— Que leve o diaho toda a familia e veda tambem. Moleques vai abrir a porta. Abre-se a porta: entra o Sr. Felisberto, a mulher, uma irmã da mu-

lher, a cunhada de Felisberto, trez filhos, e um do peito ao cinto da mulher, pretos com lanternas, e um tal Sr. Assarã que não conhecemos.
Ha completa chuva de abraços entre as mulheres, e nós comprimentamos a todos com avarias sautas de mãos, mas desejamos de fazer estalar entre os nossos dentes os do proximo.
— Então como passou?
— Vámas! de son movida. As seahoras, e os meus como caño?
— Tudo riço.
— E o que se quer. Então andá d'anda está passio?
— Não estavamos em casa cynicos, e deliboramos vir aqui distrahir-nos esta noite.
— Agradeço-lhes a distraçã.
Como o leitor vé, a familia do Sr. Felisberto achando-se aborrecida em sua casa, faz de nós — especie de *Trudy* e vem divertir-se, aborrecendo-nos.
O nosso chá — que era para dois — fica inutilizado, e precisa-se novo para o exercicio luvatur.
Despeça com o chá que se dá ás visitas:
Café meia libra 15000
Um barril d'agua 40
Manteiga, uma libra 18280
Quatro pães de 100 640
Dois litros de doces 29000
Trez de assucar 900
Linha 100 100
Velas gestas 800
Um queijo de Minas 18280
88000

Gasta-se em dinheiro 88000 demorão-se as visitas até meia noite; levão-nos por tanto quito horas de paciencia, e um dia pegamos quebra uma chaveta e desmancha-nos o apparelho!
Note-se ainda que, algum de todos estes incommodos, temos de dar respostas á mil perguntas de todos os generos que nos são feitas, concordar com as infundadas sanções que nos são propoas, e tudo isto para de eu occasio em que os olhos estã-nos a fechar o corpo a pedir-nos a cama...
E visto as visitas!
Prosigamos no estudo:
Combia-se dar um passeio com as seahoras e estamos-nos vestindo. Pretendemos ir jantar com um parente que nos mandou convidar. Batem á porta.
— Quem é?
E' o Sr. Sigismundo que vem passar o dia conosco; para levar-se do umas visitas incommodas que esperava ter hoje em casa.
De fórma que o Sr. Sigismundo quando não que se incomodado vai incommodar aos amigos.
E nós que tinhamos deparchado a passeio os nossos familiares, e que estamos inteiramente desprevidos, temos que despirnos e ir para a cozinha fazer jantar para o Sigismundo e sua familia.
Então não são as visitas uma excollentia cousa?
Mata;
Um benedictino passou-nos um canavete. Chge a hora e vamos para o theatro.

Como se vê desarrama-se todo o guarda-roupa a casa fica porada de vestidos, chapos, calcezes, paléto, e chinellas de cordão.
Apretoamos-nos no theatro com um destacamento dentro do camarote; ficamos nos lugares do fundo para dar preferencia do sirtas, e nos intervallos temos que comprar 2 ou 3 laços de bolina de ovo e bus-bolões para dar á toda aquella gente, visto que o Sr. Fructuoso não estava presente!
Durante os intervallos as seahoras tem bellor por duas dnas ou trez vezes e lá vamos nós beber agua no batiquim; querem vér uma actriz mais do perto e temos que pedir o biancolo a um visinho para servir-nos! E' incommodado sobre incommodado.
Fimda o espectáculo, o tempo está borresco. Vamos para a casa de carreta, chegamos lá, desmolvie-se uma torrente horrivel, e todo aquelle povo dorme-nos em casa, nos nossos melhores camas, e nós vamos dormir na estera!
De manhã amoca tudo, junta o toma ainda á noite chá!
Declaro que estas são as melhores visitas que se chego.
Pretendo ainda fallar de outras, quando me sobrar o tempo.
Agora vos sacrifico-me a uma chismã d'elles, que está batendo á porta!
Adeos leitor, foga das visitas como o diaho da cruz. ***

ANEXO M – Página do jornal “O Espírito-Santense de 16 de outubro de 1880 com nota sobre Virgilio Lambert e a sericicultura.

Foi muito comentado por comissões e partogrammas, no dia 28 do passado o illustre Visconde Rio-Branco, João por parte de S. M. o Imperador o Comarista Delamaré.

Nos Estados do Prata anda tudo em suspensas, revoluções, em uma balbúrdia horrível; não se sabe nem mesmo o que haverá, pois as notícias d'alli tanto se contradizem quanto se póla mesma viram no reconhecimento da verdade. O que é certo é, que aquellas republicas estão como um vulcão.

Já temos um representante do Roumanie, só nos falta agora um do Celesite Império, no que muito trabalho os nossos politicos liberaes. Que felicidade para o Brazil! Sem dinheiro e sem prestigio ter actual um representante do Celesite Império?...

NOTICIARIO.

Noticias — Por estar adiantado na composição e nosa jorna não damos hoje todas as noticias vindas pelo vapor, e por este ter chegado tarde.

Eleição directa. — Ainda não entrou em discussão o dia 14 de corrente o projecto de eleição directa para que foi extraordinariamente convocada a Assembléa Geral.

Refresco. — Um linal retornado do Barão de Biscail, feito a lapitipum dos seus distinctos acadêmicos da Academia das Bellas-Artes, achou-se exposta na rua do Ouvidor e vai ser offerecido ao illustre Sr. Conselheiro João Alfredo pelos penambucanos.

Senador. — Foi reconhecido Sr. senador pelo Rio Grande do Sul o Sr. Dr. Florencio de Abreu. Também foi reconhecido pela Parahyba, o Sr. Dr. Meira da Vasconcelos, ex-collido pela Corôa.

Sericicultura. — O celano Virgilio Lambert, Tirolês, foi a S. M. o Imperador apresentar o resultado de suas experiências em relação ao criação do bicho de seda, fizesse no districto de Timbalá, na Imperial Colonia de Santa Leopoldina, provincia do Espiritu-Santo. S. M. o Imperador dignou-se aceitar uma caixa contendo todas as amostras do producto obtida e o respectivo relatório de todas as observações feitas.

Espectaculo. — O Sr. José Antonio Jacobina dá um espectáculo de prestidigitagem em uma das academias Meliponense em beneficio particular d'esta sociedade. E' de esperar a concurrencia do publico por já serem conhecidos aqui, por informações de pessoas da villa de Vitoria, a perfeição de seus trabalhos. Dará um espectáculo pois seguro para B-venente no Africa-Poa que é esperado b-je.

Baptizados. — O Reverendo Vigário desta freguesia, communicou nos dias de yesterday celebrados em freguesia de Oropina, na occasião da festividade forão unicamente treze e não o numero que o nosso informante deu.

Professor. — De S. José do Qualimão foi-nos enviado uma correspondencia para a publicarmos, sobre não ter o professor que foi de Itaboraí dado aula sem uma vez, por vez, quando sabese que existe alli grande numero de alumnos, e que depois de removido, ainda não hoje não deu aula no lugar que foi lhe indicado apesar; de tudo recebe ordenado e o Delegado Litterario lhe passa attestado de frequencia. Ora, como não vaio legitimando o dito artigo, isto é, responsabilisado e firma reconhecida não o publicamos. Isto já, por mais de uma vez temos recommendado.

Revolução do Estado Oricanial. — Dizia Orosario do Sul de Bagé, não sabemos com que fundamento, que pelo litoral de Uruguay e Quaraly se prepara uma revolução, que desenvolver-se em principio de Outubro, sob a direção dos Generaes Simão Martinez e Nicol Coronel.

Perú, Bolivia e Chile. — Tendo intervido os Estados-Unidos para

entrar em explicações com aquelles republicas, esperase que sua intervenção será benéfica em bom de concluir-se a paz, da qua tanto precisa aquelles Estados.

Felice em falta. — Organizou-se na Córta uma sociedade com o fim de montar-se uma fabrica para preparar em lã, o peixe.

Esta fabrica vai ser estabelecida em Oba-Pria.

Querem liquidar as contas com quem os offendem, e a quem vada odio eterno. Eis como o Citizen falla da Dama filha:

Os homens que insultam não morrem. Falla para junto de sua mulher, suas esposas e suas filhas. A fallar e vertebral pouco se importado com o Sr. Acadêmico; contudo se os admittes receber algum postumo em lugar de sua individualidade, que por decencia não diremos qual é!

Não se póla negar que é uma linguagem de coléctos. Que illusão para o pobre Perincha (Gambetta), que cuidava que a amnistia viesse pacificá-lo a França. Pobre opportunista! Non est paup impit!

Primo no mar. — A honra de Elroy Inglês cabo de ser desastrosa. O l'edado, vapor de 1,5 toneladas construido em 1872, em Dunbarton, foi desarmado no alto mar pelo seu Comandante.

Este homem fugiu com a mulher, o primeiro e segundo officios e 10 arcaes. D'ixou a bordo do seu navio 953 pessoas, a maior parte delles mulheres e crianças, perigosas não por medo, tendo encontrado o vapor Sarda, este Capitulo declarou que seu navio tinha-se submergido com 953 pessoas, e que elle salvara no fim com a familia.

A Sciencia checando a Alen, o busto inglês a fez igual declarando e o telegrapho logo annunciou a Europa inteira a horrivel catastrophe.

A Providencia preveniu de outra forma, e encaregou-se de manifestar a palmonia e odiosos conductos do Capitulo de Jeddah.

Os pobres passageiros, depois de serem accusados de um lado para outro em seu navio, abandonado perto do portel Cebo de Grandali, e tereis supportado uma agonia de 36 horas encontraram o vapor Antenor, que levou a Jeddah a rebou e até Alen tendo os infelizes chegado a sua salvação.

Este facto muito ha de causar a maior sensação em toda a Europa.

Vem a propósito recordar com que intelligencia freguesia os veredictos, a imprensa inglesa acollia a noticia da catastrophe do General Abbacia, que succedea ha 13 annos, na passagem do Bombom, apesar que o commandante francez, o Sr. Nicolai do Comandante Valery, não recorre a nenhuma subterfugio e não deixou seu navio sem um momento em que se fundia, como foi demonstrado perante o tribunal de Marselha, por pessoas que sobreviverão a catastrophe.

Que fabrica! — Ig-Oaklesh, porção dos Estados-Unidos, encerra no seu recinto uma fabrica de phosphoreo sem rival. 80 no anno passado convertiu em pillos para os fabricar 200 millos de troncos de arvores!

Uma tradição viva. — Lemus nas Nocturnas, de New-York, do 21 de Julho:

— N. cidade de New-Yrk, a Sr. Isabel Winter exhibiu o contendo annuário veros do seu nascimento.

Nesse dia teve junto de si seis filhas, das quaes o mais velho tem 82 annos e o mais moço 58; querenta nozes, cento e quatro brancos e dezesseis teranellas!

Quadro cynopico. — Eis abaixo a duração aproximada dos telegrammas expedidos de Paris a todas as partes do mundo:

- Alen, 5 horas; Alexandria (Egypcio), 7 1/2; Alcock 3; Amsterdam, 1/18 minutos; Amboro, 1; Astrekin (Russia), 16; Athens, 5; Bala, 1 hora 15 minutos; Baltimore (Maryland, America), 5; Barcelona (Espanha), cablo Marcella, 2/20; Berão (Espanha), 3/30; Berlin, 1/30; Berna, 1/30; Bilbao (Espanha), 3; Bombay (India), 7; Boston 4; Buenos Ayres, 10; Bucharest, 5; Cairo (Ly.), 5 horas; Calcutá, 9; C. p. (Bl.), 10; Ceylan (Isa.), 9; Chicago, 6; Christiania, 5; Colonia, 1/15; Constantinopla, 5; Compagnie de Cuba, 10;

Dantzic, 2 horas 30 minutos; Dada 2/30; Dublin, 3; Eimburg, 2 horas 30 minutos; Estirna 6.

Falmouth (Inglaterra), 2 horas 30 minutos; Florença (Italia), 1/2; Franc fort sur-Mein, 1/20; Philadelphia, 5; Genebra, 1 hora 15 minutos; Genova, 2; Gibraltar, 4; Glasgow, 3; Gravelin 3; Hamilton (Canada), 1/15; Hamburgo, 1 hora 30 minutos; Hays (Ly.), 2/30; Hong Kong, 12; Ithalia (Rumania), 5 horas; Iquiqui (Peru), 1/15; Ikonok-Sibiria 7; Jerusalim, 4 horas;

Kiew (Russia), 3 horas; La Ombre (Creta), 4 horas; L'horre (Italia), 8; Lusanna, 2; Leipzig, 2/30; Liza, 1/30; Lima, (Peru), 15; Lisboa, 3; Liverpool (Inglaterra), 2; Divara, 2; Londres, 1/15; Madra, 4 horas; Madras (India), 8; Madri, 2/30; Malaga, 3/30; Malta, 4; Manchester, 2/10; Martima (Antilla), 15; Melbourne (America), 6; Melbourne (Australia), 15; Magonia, 2; Mexico, 10; Minsk, 1; Moscow, 4; Munich, 8; Messory (Italia), 9;

Nagasaki (Japan), 14 horas; Napolé, 2; New-Castile-Flyne, 3; New York 4; New-York, 8; Olesna, 4 horas;

Pekin (lasta Kiewka electricamente), 9 horas; (De Kiewka a Pekin por electricidade), 4 horas; Penang, 9 horas; Pernambuco (Brazil), 6; Pest (Austria-Hungria), 3; Pireo (El) Grecia 5; Pondichery (India), 9; Portland (Australia), 13; Porto, 3; Portugal, 3; Praga, 3; Quebec (America), 15 horas; Rio de Janeiro, 8 horas; Roma 1/30; Rotterdam, 1/15;

Santa Fé, Republicas Argentina, 11 horas; S. Francisco (California), 11; S. Petersburgo, 3; S. Vicente (Cabo Verde), 5; Saigon (Cochinchina), 11; Samarang (Java), 11; Sebastopol, 13; Singapore, 10; Sheffield (Inglaterra), 3; Southampton, 11; Stuttger, 3; Sydney (Australia), 15; Tarragona, 3; Tiflis (Caucaso), 6; Tórin, 1/15;

Valparaiso (Chili) 12 horas; Veracruz 2/30; Vera-Cruz (Mexico), 19; Viza (Espanha), 13;

Washington (Estados-Unidos), 6 horas; Wien, 1/45;

Yokohama (Japan), 15 horas; Zurigo, 3 horas 30 minutos; Zanzibar 7; Zurich, 2.

Jesuítas sabios. — Diz a Epoca de Madrid, que entre os 78 padres Jesuítas expulsos da França e refugiados na Gerchna de Liza, nasceu o grande physico Padre Luigi, o notavel mathematico padre Cattucci, o seu mestre historico Padre Journein, e o illustre Padre directedor de todos os cursos da importantissima revista L'avid Catholica.

Um jurado preso. — No dia 14 de Junho foi a primeira vez que na Georgia se admitiu um negro a fazer parte do Jury do Superior Cort de Atlanta. Os seus cinco colligos brancos escolherão-no para seu Presidente, e no primeiro processo, contra um homem de cor, accusado de roubo, pro-nunciou-se a innocencia do culpabilidade.

Mas, no segundo processo, o jurado preto foi recusado pelo branco, que todavia era de raça africana. Este ultimo declarou que não queria nenhum negro a decidir da sua sorte.

As cizanas do poeta Ovidio. — Até então todos suppunhamos que as cizanas do poeta Ovidio desceram sen sobre os murgens do Neg. Nro. O Vaterland, de Vienna, nos diz que não, e que repouso em Szapary, na Hungria, a antiga Sabaria dos romanos e a Steinauanger de allemes. Como prova elle sua asserção? Pela seguinte inscripção funeraria alli encontrada:

His suis est vates, quam dixi Canaria in Augusti patris condere busti locum. Sape nunc voluit patrias occumbere terras. Sed frustra: hanc illi fata dedere locum.

Titulo de seu Príncipe. — O titulo de Príncipe de Galles, que pertence ao herdeiro presuntivo do throno de Inglaterra, tem sido usado até hoje por dezesseis fillos de soberanos de Grot-Bretanha. Foi no magnifico castello de Carnarvon, no Norte do paiz de Galles, que nasceu em 1284, pouco depois da conquista dessa região, o primeiro príncipe a quem se concedeu este titulo. Chamava-se Eduardo e era fillo de Eduardo I, da dynastia dos Plantagenets, e de Loure de Castella.

Aha de perpetuar esta recordação historica, o almschiff do castello de Carnarvon manou agora collocar no velho castello de Carnarvon, proximo do aqueducto, uma tradição com que nasceu o primeiro Príncipe de Galles, uma grande placa de mármore, em qual estão escriptos os nomes dos dezesseis Príncipes de Galles, assim como se dá a data do seu nascimento.

HISTORIOGRAPHIA.

Origem da escravidão moderna.

Não havia mais sendo servos no Occidente, quando os musulmanos, expulsos da Hispanha, em 1415, se refugiaram nas regiões Africanas.

Os portuguezes de desembarcaram nas costas de Arginnie, aprisionaram alguns dos infelizes fugitivos, no anno de 1440, e os trouxeram para Lisboa como escravos.

O ganho tentou os aventureiros e do terror violentei forão victimas os infelizes sectarios do Mahomet.

As familias dos captivos, não podendo libertal-os, offereceram, em 1448, troncos por escravos negros: foi desta troca que nasceu o infamoz trafico, que depois não se convergendo chamar — COMMERCIO DE ESCRAVOS.

Os hespanhues e os inglezos, temendo nesse commercio uma parte activa, e a Africa, desde a margem do Senegal até a extremidade de Angola, acabou por tornar-se um grande mercado de escravos para as nações europeas.

No principio do Seculo XVI transportou-se desta parte do mundo para a nascente America, bandos de pessoas para remediar as medonhas despovoções, consequencia da conquista hespanhola.

A escravidão dos negros, tal a contraria aos principios da religião christã, foi ao principio uma especie de contrabando tolerado.

Em 1501 quizera persuadir á Fernand e Isabel, soberanos de Castella, que era um meio de desviar os negros da idolatria, para fergal-os á entrar na verdadeira religião, e aquelles desaturados reis, authorisaram a escravidão. A mesma concessão, o sub o mesmo pretexto, convergido de Luiz XIII, tornar escravos, os negros das colonias francezas.

Colombo foi quem introduziu na Hespanha a escravidão, enviando-lhes os infelizes negros do Haiti, quando descobriu esta ilha.

Em 1716, introduzido tambem na França, desprezando-se a sublimissima maxima e que todo o escravo que tocasse e solo d'aquello pai tornar-se-ia livre.

O pretexto foy dada a salvaguarda espiritual dos escravos, e, além disso a necessidade de ensinar-lhes alguns officios em proveito das colonias.

Paris tornou-se um brouo um mercado publico de escravos, e 50 annos depois, em 1772, a authorisação real foi revogada. Nas colonias, os escravos negros callado sob o arbitrio e a crueldade dos senhores.

Luiz XIV, publicou o seu famoso Codig-negro, em 1685, para proteger os miseros escravos e libertar a sua condicção, mas este codig não foi executado n'aquillo que era vantajoso para os escravos. O governo, persuadido além disso que as colonias não podiam ser aculturas sem escravos negros, accorreu ao trafico com subveção que subido a mais de dois milloes de libras por anno.

Em 1787, uma sociedade de Amigos dos Negros, se fundou no Inglaterra para abolido deste commercio, e pouco tempo depois, uma sociedade similhante fundou-se em Paris.

Em 1792, o rei de Dinamarca,

fixou o anno de 1803 para a interdicção do trafico nas suas colonias.

A sociedade franceza excedeu a Dinamarca, provocando todas as medidas que tinha e tomara, em favor dos negros, a Assembléa Nacional e a Convencção. Esta ultima decretou, a 17 de Julho de 1793, a suppressão da subveção concedida a aquelles que fazido commercio, e a 16 pluviose (5 de Janeiro de 1791) proclamou a libertação de todos os escravos. A escravidão colonial foi estabelecida no anno X pelo Consulado.

O parlamento ingloz proclamou em 1807 a abolição do commercio de escravos.

Na segunda Restauração, em 1815, o governo da França e das outras potencias maritimas, adoptando tambem este principio. No entanto a escravidão não foi abolida nas colonias inglozas, sendo no anno de 1833, e a das colonias francezas em 1845, por decreto do governo provisório: e este principio foi escripto na Constituição.

Os Estados-Unidos da America, depois de uma luta gigante, suprimiram tambem a escravidão em 1865.

Il já não ha mais escravos sendo no Brazil e nos colonias hespanholas e portuguezas.

No Brazil a importação de escravos foi prohibida pela Lei de 7 de Novembro de 1831.

A Lei de 28 de Setembro de 1871, declarou o ventre livre, e a nove annos não nasce mais um escravo.

LITTERATURA.

EU SERIA FELIZ!

AO MEU AMIGO S. J. S. A.

Eu seria feliz, ah! se eu possesse Ser o lir que colhece em teu seio, Oh! lenio divinal. Eu seria feliz, ah! se eu tivesse As minhas mãos crispadas entre as tuas No momento final.

Eu seria feliz, meu meu brouo, 25 e possesêe lir a ambrosia Que tuas mãos hinda feces. Eu seria feliz se um casto beijo Me transportasse ás regiões siléreas, Por tempo meu fugaceo.

Eu seria feliz, se tu possesses Olliar entorpecida para o bardo Que te adora tanto; E me desses espirito, embora vago, Que visse estancar do milhas faces O amargo pranto.

Eu seria feliz, ah! se em meus cantos Possedessem commover-te as fibras d'alma Minha pura vesal. Eu seria feliz se os lindos labios Desbrassares, no lór meus tristes versos N'um riso angelical.

Eu seria feliz, ah! se eu possedesse Qu'brar estas canções que mo privado De confessar-te amor, Eu seria feliz, ah! se eu tivesse Os subidos brilhantes de Goleonda Para a teus pés depôr.

Eu seria feliz, ah! se eu possedesse Me abraçar como louca matriposa No luz de teu olhar. Eu seria feliz se tu me desesses, Entre grossos de amor, o pomo Parua Quei fructo anular.

Eu seria feliz, ah! se tu me toges, Se possedes estancar amarga fonte De meus dolos, milhas. Eu seria feliz, ah! se eu possedesse Ser do teu garganta alabastrin Um liudo rosário.

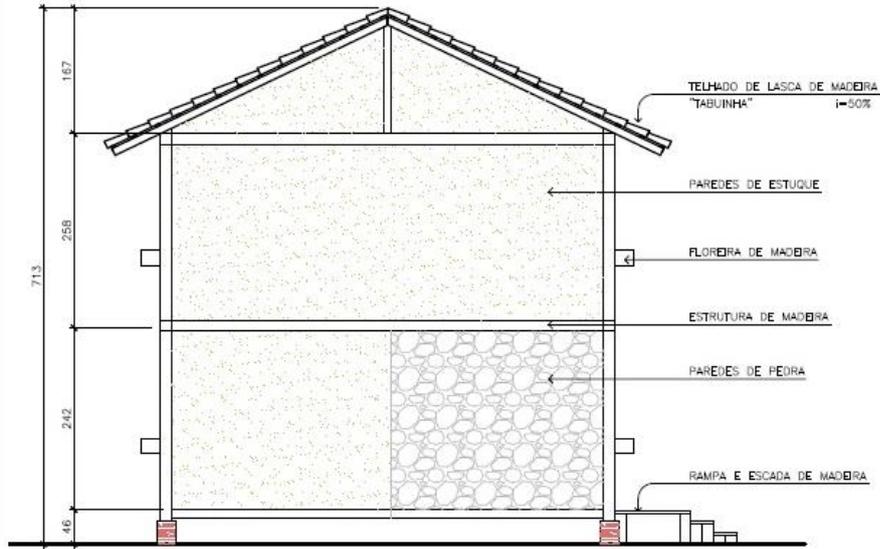
Eu seria feliz, se sempre meiga, Me sorrises a minha desventura Qual najo tutelar; E em meu, milhas, se dar-te-ia Os meus sentidos de peito, a minha villa Sem o menor pesar.

Bahin. — Cachoeira. P. P.

ANEXO O – Planta da réplica da Casa Lambert



1 VISTA FRONTAL
ESC: 1/75



2 VISTA LATERAL
ESC: 1/75

Cor	Pend	Plot
1	0.1	1
2	0.2	7
3	0.3	7
4	0.4	7
5	0.5	7
6	0.6	7
7	0.1	7
8	0.8	7
9	0.15	7
10	1.0	7
11	0.25	7
12	0.35	7
13	0.75	7

ESCALA DE PLANTAS - PAREDES: 1/1

<p>PMST SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA</p>		Projeto:	
		<p>PÓRTICO DE ACESSO DO MUNICÍPIO DE SANTA TERESA</p>	
Título: Vistas	Escala: 1/75	Francha: 06/07	Data: Nov/06
Truilar do Projeto: Arqª Priscila Pizzolo da Motta	Desenhista: Priscila Motta	Coordenação: Secretaria de Obras e Infra-Estrutura	